

UFRRJ

INSTITUTO DE AGRONOMIA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA**

DISSERTAÇÃO

**OS CAMINHOS DO ENSINO PROFISSIONAL:
UMA ANÁLISE DO CURSO TÉCNICO EM
AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENSINO
MÉDIO EM NOVO PARAÍSO-RR**

TALIANA PEREIRA DE SOUZA

2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**OS CAMINHOS DO ENSINO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE DO
CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENSINO
MÉDIO EM NOVO PARAÍSO-RR**

TALIANA PEREIRA DE SOUZA

Sob a Orientação do Professor
Dr. Flávio Anício Andrade

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Setembro de 2013

373.246

S729c

T

Souza, Taliana Pereira de, 1986-

Os caminhos do ensino profissional: uma análise do curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio em Novo Paraíso-RR / Taliana Pereira de Souza - 2013.

98 f. : il.

Orientador: Flávio Anício Andrade.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 86-88.

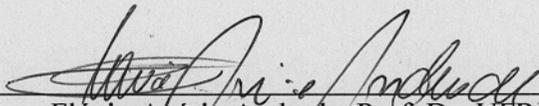
1. Ensino profissional - Teses. 2. Ensino técnico - Roraima - Teses. 3. Ensino agrícola - Roraima - Teses. 4. Ensino médio - Roraima - Teses. I. Andrade, Flávio Anício, 1950-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

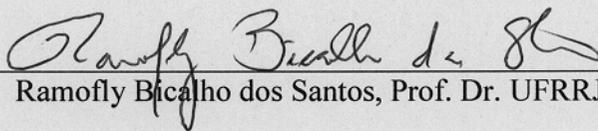
TALIANA PEREIRA DE SOUZA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

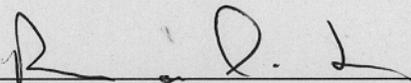
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 23/09/2013.



Flávio Anício Andrade, Prof. Dr. UFRRJ



Ramofly Bicalho dos Santos, Prof. Dr. UFRRJ



Alvaro de Oliveira Senra, Prof. Dr. CEFET-RJ

DEDICATÓRIA

Ao William, meu querido esposo.
À minha amada irmã Thalita.
Ao Sr. José Nilson, meu amado pai.
Ao meu orientador Prof. Dr. Flávio Anício

DEDICATÓRIA

Ao William, meu querido esposo.
A minha amada irmã Thalyta.
Ao Sr. José Nilson, meu amado pai.
Ao meu orientador Prof. Dr. Flávio Anício.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Jesus pela vida e por ter me proporcionado a realização deste sonho para o meu crescimento intelectual da minha vida acadêmica.

Ao meu esposo William por me apoiar em todos os momentos.

A minha família pelo apoio e incentivo.

À coordenação do PPGEA, em nome do Prof. Gabriel e da Profa. Sandra por trazer essa oportunidade de elevação do horizonte formativo do servidor do IFRR e aos demais servidores da instituição.

Aos professores do PPGEA por nos trazer inúmeros conhecimentos para ampliação da nossa visão de mundo.

Ao meu orientador Prof. Dr. Flávio Andrade, pelas grandes orientações durante a jornada da realização desta pesquisa.

RESUMO

SOUZA, Taliana Pereira de. **Os caminhos do ensino profissional: uma análise do cursotécnico em agropecuária integrado ao ensino médio em Novo Paraíso-RR.** 2013. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2013.

Essa pesquisa parte da preocupação das perspectivas dos atores envolvidos no processo educacional do IFRR-CNP quanto às dificuldades e avanços do desenvolvimento do Curso Técnico Agrícola Integrado ao Ensino Médio. Com o advento da expansão da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica temos mais discentes tendo a formação integrada do Ensino Médio com o curso técnico. Diante disso, problematiza-se a expansão da Rede Federal dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia considerando que esta tem oportunizado a oferta de vagas de educação profissional para uma parcela da população que antes era alijada de uma educação com qualidade. A presente pesquisa objetivou investigar as visões dos discentes, docentes e gestores do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio acerca do desenvolvimento do curso e do seu possível papel no desenvolvimento socioeconômico da região onde se localiza a instituição. A pesquisa verificou a profícua contribuição do curso tanto para o desenvolvimento pessoal dos alunos como para o da região com a oferta de uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Educação Profissional, Ensino Médio Integrado, Técnico em Agropecuária.

ABSTRACT

SOUZA, Taliana Pereira. **Parths of professional education: a review of technical progress in agriculture integrated school in New Paradise-RR**. 2013.109f. Dissertation (Master Science in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2013.

This part of the research concerns the perspectives of the actors involved in the process educational IFRR-CNP about the difficulties and advances the development of the Integrated Agricultural Technical Course to High School. With the advent of expansion of the Federal Network of Vocational Technology we have more students taking integrated training of high school Education with a technical course. Therefore, discusses the expansion taking integrated training of Federal Network of Federal Education, Science and Technology has oportunized considering that the openings of professional education for a portion of the population that was previously deprevide from quality education. Present research aimed to investigate the views of students, teachers and mangers of Technical Course in a Integrated the high School about the development of the course and its possible role in socio-economic development of the region where the institution is located. The survey found a fruitful contribution of course both for the personal development of the students as to the region with the provision of a quality education.

Key Word: Professional Education, Integrate High School, Agriculture Technician.

LISTA DE SIGLAS

CAES	Coordenação de Assistência ao Estudante
CEFET-RR	Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima
CH	Ciências Humanas e suas Tecnologias
CN	Ciências da Natureza e suas Tecnologias
CNP	Campus Novo Paraíso
COOP	Cooperativa
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
Ha	Hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFRR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
LC	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MT	Matemática e suas Tecnologias
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PPGEA	Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RR	Roraima
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEPLAN	Secretária do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SM	Salário Mínimo
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS

Figura1 -	Alojamento escolar.....	24
Figura2 -	Laboratório de Química e Biologia.....	24
Figura3 -	Biblioteca.....	25
Figura4 -	Laboratório de Informática.....	25
Figura5 -	Mapa Político de Roraima.....	25
Figura6 -	Aprisco.....	25
Figura7 -	Saída dos discentes para as suas casas.....	26
Figura8 -	Espaço de convivência no CNP.....	26
Figura9 -	Aluno por área de procedência.....	39
Figura 10 -	Aluno por município.....	40
Figura 11 -	Aluno por gênero.....	40
Figura 12 -	Aluno por regime de internato e semi-internato.....	40
Figura 13 -	Alunos do CTA em aula de campo.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de discentes matriculados em 2011.1 e 2012.1 no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio no IFRR - Campus Novo Paraíso.	9
Tabela 2 - Cooperativas Agropecuárias no Sul do Estado de Roraima.	27
Tabela 3 - Quantitativo dos discentes do Curso Técnico em Agropecuária por sexo.	46
Tabela 4 - População Urbana e Rural da Região Sul do Estado de Roraima.	63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CAPÍTULO I - ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS E REFERENCIAL METODOLÓGICO TÉCNICO DA PESQUISA	4
1.1 JUSTIFICATIVA	4
1.2 Objetivos	7
1.2.1 Objetivo geral	7
1.2.2 Objetivos específicos	7
1.3 Questões de Estudo	7
1.4 Delimitações do Estudo	8
1.5 Metodologia	8
1.5.1 População e amostra	9
1.5.2 Procedimentos de coleta e análise de dados	10
2 CAPÍTULO II - O IFRR-CNP, CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA E AS PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS DOS DISCENTES DO IFRR/CAMPUS NOVO PARAÍSO	12
2.1 A Educação Profissional no Brasil	15
2.2 Um Panorama Histórico do IFRR - Campus Novo Paraíso	22
2.3 O Processo Histórico do Ensino Médio Integrado	28
3 CAPÍTULO III – CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO RURAL NO SUL DE RORAIMA	31
3.1 EDUCAÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO SUL DE RORAIMA	33
3.2 O Contexto Social e Econômico de Roraima e do Entorno o Campus Novo Paraíso	36
3.3 A Realidade Sócio Econômica dos Discentes do IFRR Campus Novo Paraíso	37
3.4 A Formação do Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio no IFRR-Campus Novo Paraíso	41
4 CAPÍTULO IV - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	46
4.1 A MOTIVAÇÃO NA ESCOLHA DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	47
4.2 A Visão dos Discentes: Ensino Profissional, Mercado de Trabalho e IFRR	49
4.3 O Desenvolvimento do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio na Visão dos Discentes	52
4.4 As Percepções dos Discentes do CTA Sobre a Importância e a Contribuição do Curso	55
4.5 A Visão dos Discentes do CTA Sobre as Perspectivas Profissionais	58
4.6 Local de Moradia dos Discentes	62
5 CAPÍTULO V - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS APLICADAS COM OS DOCENTES	64
5.1 O DESENVOLVIMENTO CURRICULAR DO IFRR-CAMPUS NOVO PARAÍSO	73
6 CAPÍTULO VI - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS APLICADAS COM OS GESTORES	75
6.1 AS PERSPECTIVAS FORMATIVAS DO CTA NA VISÃO DOS GESTORES	75
6.2 A Proposta Pedagógica do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR-Campus Novo Paraíso	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
APÊNDICE(S)	89
ANEXO(S)	96

INTRODUÇÃO

Nasci em Boa Vista, capital de Roraima, no ano de 1986. Minha família, formada por pai servidor público federal do Antigo Território Federal de Roraima é analfabeto funcional, e a minha mãe, *in memoriam*, era analfabeta e do lar. Meu pai conseguiu ser selecionado para agente de portaria, enquanto que, minha mãe trabalhava nos afazeres doméstica, sendo surda e também hipertensa, o que lhe ocasionou derrame (por quatro vezes), e, no último, veio a falecer no ano 2000, aos 46 anos.

O meu pai sustentava minha irmã e eu proporcionando-nos uma boa educação para agirmos com ética e sensatez. Meu pai não media esforços para nos educar, a fim de que pudéssemos ter um futuro melhor por meio da educação. Estudamos sempre em escola pública, uma vez que o salário do meu pai não era suficiente para nos dar outras formas de acesso a educação, no ensino privado.

Assim crescemos, minha irmã seguiu o campo da docência, formando-se em Pedagogia, e eu fui para área da Tecnologia, sendo formada pelo IFRR-Campus Boa Vista-CBV.

Em 2006 fui aprovada no vestibular para o curso de Tecnólogo em Gestão de Serviços de Saúde do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica-CEFET-RR, e no período do curso aquele sofreu alteração no nome, passando a ser denominado de Gestão Hospitalar, no IFRR-Campus Boa Vista, e em março de 2009, coleí grau nesta formação.

Aprovada no processo seletivo do IFRR-CBV, comecei os meus estudos em 2006, pois sempre me interessei por mais conhecimento, procurando continuamente participar de cursos e eventos científicos das mais diversas áreas para ter um saber seletivo e eclético.

Depois que minha mãe faleceu fui morar com a minha avó, que já era aposentada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS, onde passamos por muitas dificuldades financeiras, uma vez que nem sempre tínhamos uma refeição adequada no dia a dia.

Portanto, com base na renda familiar, durante a formação superior, fui bolsista do Programa de Assistência ao Estudante, projeto de Assistência Social e Política Pública desenvolvida na Instituição, na época CEFET, por um período de doze meses na Diretoria de Ensino Superior do CEFET-Roraima destinado aos discentes de baixa renda familiar, no qual pude perceber uma bolsa de meio salário mínimo.

No ano seguinte, em 2007, passei a ser aluna bolsista no I Programa de Iniciação Científica-PIBICIT, durante um ano trabalhei desenvolvendo a pesquisa: “A participação das Associações Comunitárias no acompanhamento das Políticas Públicas pelo Conselho Municipal de Saúde”, pelo qual o fruto deste trabalho foi publicado na 3ª edição da Revista Norte Científico, lançado em 2008, que foi meu primeiro passo para abrir os olhos para a pesquisa científica.

Com intuito de ter uma profissão o quanto antes, dediquei-me arduamente e realizava os meus estudos em casa, e como não tinha acesso à internet, ia às “lanhouses” para pesquisar e estudar, e também no próprio local de estudo do CEFET-RR na época, visando realizar concursos públicos e ser aprovada, pois não tinha condições de pagar um cursinho preparatório.

Em fevereiro de 2008 começaram a surgir os resultados: fui aprovada e tomei posse no cargo efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde subordinada a Secretaria de Saúde do Estado de Roraima-SESAU-RR. Logo em seguida fui chamada para trabalhar na prefeitura

para o cargo efetivo de Assistente Administrativo, no qual eu recusei, permanecendo no Estado.

Nesse mesmo ano, fiz o concurso e fui aprovada para outro cargo. Assim em maio de 2008 fui convocada para o cargo efetivo de Assistente Administrativo subordinado a Secretaria de Saúde do Estado de Roraima-SESAU-RR, e pedi exoneração do cargo anterior.

Em novembro de 2008 pedi exoneração do cargo de Assistente Administrativo do Estado de Roraima para tomar posse no cargo de Assistente em Administração do antigo CEFET-RR, na Unidade Descentralizada de Novo Paraíso e que em breve passaria a ser Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR-Campus Novo Paraíso, onde permaneci até outubro de 2010 no Campus Novo Paraíso. Em novembro de 2010 fui removida para o IFRR-Campus Boa Vista, no qual estou trabalhando até os dias atuais.

Ingressei em minha primeira pós-graduação, ainda em novembro de 2010, e concluí a Pós-Graduação “Lato Sensu em Educação Profissional na Modalidade Básica de Educação para Jovens e Adultos-PROEJA” pelo IFRR-Campus Novo Paraíso, com o título do trabalho: “Vizinhanças do Conhecimento: Encontro Paradoxal no Olhar Discente do Curso Técnico em Agropecuária do Campus Novo Paraíso”.

No primeiro semestre de 2011 participei do processo de seleção para o Curso de Mestrado em Educação Agrícola, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-RJ, o qual o fruto está aqui representado. Infelizmente a realização desse sonho foi adiada para além do prazo previsto anteriormente, pois em meados de 2012 sofri um grave acidente de trânsito em minha moto passando por cinco procedimentos cirúrgicos, ficando aproximadamente nove meses sem andar, o que me impediu de dar andamento a pesquisa e a realização dos estágios obrigatórios. Mas hoje estou de “pé” e feliz por esta conquista.

Portanto, eu poderia ter escolhido outro Campus para desenvolver essa pesquisa, o mais próximo do qual estou atualmente, mas escolhi o Campus Novo Paraíso, pois foi por meio dele que eu sou servidora pública federal, por enquanto na condição de Técnica Administrativa, mas assim que surgir a oportunidade quero ser professora do IFRR. Trabalhei por quase dois anos (2008-2010) no IFRR-CNP, e por ter trabalhado nele, tive a oportunidade de dialogar com muitos discentes, docentes e equipe gestora, e pude perceber algumas situações preocupantes, na qual hoje na condição de pesquisadora tenho plena certeza de estar contribuindo de alguma forma para a melhoria da Educação Agrícola desta.

Deste modo, eu sinto o dever e a necessidade de trazer contribuições por meio da pesquisa científica para a Instituição que sempre me apoiou e esteve ao meu lado em toda minha vida acadêmica e profissional, bem como para a sociedade como um todo, sendo esses os meus grandes interesses em ter pesquisado no IFRR-Campus Novo Paraíso.

No capítulo I deste trabalho são apresentados os aspectos epistemológico e referencial metodológico técnico da pesquisa.

No capítulo II são apresentadas as informações acerca do IFRR-Campus Novo Paraíso e como vem se desenvolvendo a Educação Profissional proporcionada por esta instituição, partindo da análise do todo, do ser integral para compreensão da realidade por intermédio da educação. Apoiar-se no discurso de que a pessoa deve ter ampliado os seus conhecimentos que serão necessários para o mundo do trabalho, mas também quer a escola propicie a formação humanista voltada para a reflexão crítica do aluno.

Além disso, é exposto sobre o avanço da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica dos Institutos Federais, discute-se sobre o Ensino Médio Integrado. Expõe

também a percepção da formação do currículo e da formação do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

No que tange ao capítulo III, relaciona-se a Educação Profissional no viés da Escola do Campo na busca de uma educação mais afinada com os anseios das populações rurais. Reafirma-se também a crítica ao modelo influente de concepções burguesas que permeia sociedade capitalista que vivemos, para que a educação venha assimilar de forma acrítica de seu discurso pelas instituições federais de ensino.

No capítulo IV, a discussão dos resultados obtidos com os discentes do IFRR, Campus Novo Paraíso, das turmas do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. Apresentam-se os seguintes fatores: a motivação pela escolha do curso, perspectivas futuras da formação profissional e outros.

Assim, com base nos dados obtidos pelos questionários com os 185 alunos sobre diversos temas, por exemplo, buscamos saber sobre a contribuição do CTA, bem como, para saber implicitamente se o curso está voltado para a formação cidadã no mundo do trabalho, e/ou preparação para a inserção no mercado de trabalho?

No capítulo V, analisam-se os resultados obtidos por meio das entrevistas com os docentes do IFRR, Campus Novo Paraíso. Discutem-se os seguintes temas: o desenvolvimento curricular do CTA, para se saber quais as perspectivas profissionais na formação do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio? E quais as mudanças e os avanços na oferta do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio houve?

No capítulo VI, analisa-se os resultados obtidos com os gestores no sentido de compreender o papel do curso, seu processo histórico, as perspectivas formativas para a região Sul do Estado de Roraima, avanços e dificuldades de sua implementação.

1 CAPÍTULO I - ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS E REFERENCIAL METODOLÓGICO TÉCNICO DA PESQUISA

1.1 JUSTIFICATIVA

O IFRR-Campus Novo Paraíso, local escolhido para esta investigação, tem um papel social muito importante, o mesmo é a primeira instituição de educação profissional técnica de nível médio na modalidade integrada na região Sul do Estado de Roraima, onde depois da capital Boa Vista, estão os dois municípios mais populosos, que são Rorainópolis e Caracarái e a carência de formação profissional específica para agropecuária, característica da região.

Cabe destacar que o IFRR-Campus Novo Paraíso é a única a oferecer, no Sul do Estado de Roraima, a Educação Profissionalizante na área de Agropecuária por meio do: Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica para Jovens e Adultos–PROEJA, Subsequente, e na Pedagogia da Alternância.

Assim, este trabalho nasceu com o intuito de investigar o desenvolvimento o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Roraima-Campus Novo Paraíso (IFRR/CNP) quanto às perspectivas educacionais dos discentes sobre a formação profissional. Há relevância no tema que nos remete as inúmeras reflexões que podem ser observadas no cenário educacional, isto é, muitos adolescentes e jovens estão estudando nas instituições públicas de ensino, mas os anseios para uma grande maioria divergem quanto à perspectiva profissional que estão inseridos.

O resultado deste trabalho refere-se a uma nova descoberta para instituição que está crescendo, e ainda é uma “criança” com quase seis anos de implantação. Assim, essa pesquisa com as ricas contribuições dos conhecimentos auferidos com os discentes, docentes e gestores, trará inúmeras reflexões sobre a realidade atual e assim, visualizarmos onde é necessário adotar medidas que viabilizem medidas efetivas com base em resultados dos diferentes atores envolvidos no processo educacional.

Este será o foco do pretense estudo, de cunho qualitativo, na pesquisa descritiva trará às respostas por meio da investigação às reflexões acerca da finalidade do curso e a verificação *in loco* sobre as perspectivas formativas dos discentes do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

Nesse sentido, é preciso investigar as contradições que ora se apresentam no compasso de uma visão crítica do avanço da Educação Profissional na expansão do ensino, em especial no Campus Novo Paraíso, local dessa pesquisa, no sentido de entender as visões dos atores envolvidos (docentes, gestores e discentes) em relação às perspectivas formativas do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

Neste contexto, é preciso compreender as perspectivas educacionais que favoreçam a consolidação do Ensino Agrícola do Campo na perspectiva da escola democrática e o sucesso escolar do discente, bem como o da Instituição, com intuito de entendermos o que temos e o que queremos da Educação Agrícola, quais são os benefícios trazidos para os alunos e suas comunidades, quais são os valores desta escola no contexto de uma sociedade permeada pelas lógicas do consumo e do egoísmo.

Temos vivenciado o grande crescimento da oferta da formação profissional com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, investimento de grande proporção em todo o Brasil, chegando aos lugares mais distantes com enfoque por exemplo, no meio rural, onde há carência escolas com maiores recursos didáticos e tecnológicos, ambientes específicos para a melhoria do ensino e aprendizagem.

Cumprе destacar, que a denominação da rede refere-se ao conjunto de instituições tais como: Escolas Agrotécnicas, Escolas Técnicas Federais, Centro de Educação Profissional e Tecnológica sendo elas subordinadas ao Ministério da Educação-MEC e ligadas a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica-SETEC.

Em 2008, com a edição da Lei nº 11.782 de 29 de dezembro vai estabelecer oficialmente a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que é composta pelas seguintes instituições: Centros Federais de Educação Tecnológica de Minas Gerais e Celso Suckow da Fonseca-CEFET Rio de Janeiro, Escolas Técnicas ligadas as Universidades Federais, Universidade Tecnológica do Paraná, e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Conforme consta no paragrafo único da lei supracitada, estas instituições tem natureza jurídica de autarquia, detém autonomia administrativa, didático pedagógica, disciplinar, financeira, e patrimonial.

Diante desse cenário, faz-se necessário observamos que na busca de uma educação de qualidade, a concorrência (elemento indissociável no sistema capitalista que vivemos) é elevada entre os jovens e adolescentes na busca de uma vaga nos Institutos Federais de Educação, Profissional e Tecnológica, pois esta se caracteriza por vários espaços mais equipados, com boa estrutura física, contendo laboratórios diversos, e professores de alto nível, e, dentre outros.

Por outro lado, nas escolas públicas estaduais e municipais o desenvolvimento da educação brasileira encontra inúmeros óbices, isso pode ser notado quando se denega o total descaso que as escolas estão, quando não se valoriza os profissionais da educação, em especial os docentes, que possuem baixos salários, condições precárias de instalações e infraestrutura.

Diferente desta realidade, o Campus Novo Paraíso tem sido uma oportunidade ímpar na região Sul do Estado de Roraima, é uma instituição recente, inaugurada em 2007, ofertando uma educação de qualidade para adolescentes, jovens e adultos, pois aqueles que participam do processo seletivo e galgam êxito, terão ao seu alcance uma educação diferenciada com equipamentos adequados, infraestrutura, com por exemplos: biblioteca e laboratórios diversos.

Isso reforça a qualidade de ensino dos Institutos Federais que é composta por espaços diferenciados de aprendizagem, laboratórios específicos de inovação e tecnologias, que diferem muito das estruturas físicas de outras instituições estaduais, e municipais, tais fatores, tem atraído um público-alvo que contraditoriamente não se coaduna com a proposta dos cursos profissionalizantes, visa apenas à inserção acadêmica e o ingresso no ensino superior (FREITAS, 2006).

Assim, o interesse por essa temática está relacionado, com a oportunidade de ter conhecido o público-alvo, do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio de perto, quando trabalhei no Campus Novo Paraíso como Técnica Administrativa em Educação por quase dois anos, de 2008 a 2010, no final de 2010, fui removida para o Campus Boa Vista, onde residia anteriormente com a minha família.

Nesse período pude acompanhar de perto o desenvolvimento do curso, também realizei uma pesquisa com os discentes, que foi transformado em artigo, produto final da especialização em Educação Profissional na modalidade Básica para Jovens e Adultos em 2009, além disso, por trabalhar lá pude conhecer vários discentes; pelo fato de instituição ser recente e o número de alunos não ser muito elevado nos horários de intervalo, eu conversava com eles, também pelo fato de trabalhar na biblioteca improvisada numa sala pequena, era a única servidora que ali ficava, tive contato com muitos discentes na entrega de livro, em consultas, sobre as perspectivas educacionais que eles pensavam.

Com base nisso, surgiu o interesse em compreender o porquê a maioria dos discentes “sacrificam” o seu dia nos estudos no curso técnico que alguns não irão atuar, isto é, entender melhor, o que leva um discente a se profissionalizar num curso que no final não o interessa, mas o faz?

Logo, a abordagem traz a reflexão da preocupação como um discente que passa de 03 a 04 anos estudando para um curso técnico e ao final diz não ser aquilo que se empenhou ou passou esse período se profissionalizando, e se não conseguirem êxito no vestibular a um determinado curso pretendido, irão optar pelos subsequentes ou atuarão na área que se profissionalizaram? Preocupa-me a satisfação dos discentes por aquilo que fazem, pois quando você gosta do que faz isso se torna muito mais prazeroso, menos oneroso, e mais salutar para o desenvolvimento humano.

Um dos entraves encontrados no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio consiste no público-alvo atendido para a formação profissional, pois a grande maioria é urbana, este é o desafio para o Campus Novo Paraíso, um problema bastante conhecido por outras instituições no país, o que leva a muitos a não atender a finalidade maior do Plano de Curso do mesmo, que é a formação profissional para práticas agropecuárias como garantia de desenvolvimento e fixação do estudante na região.

Com esses delineamentos, focaremos nas contribuições de dois autores: o primeiro de Antonio Gramsci no que tange à defesa de oferta de educação de qualidade para todos independente de classe social, em especial, com a oferta de cursos profissionalizantes que não tenham a função característica instrumental, mas que congreguem a formação específica com a formação de um sujeito que tenha a compreensão do mundo que o rodeia, pois com essa educação passará a ter as condições intelectuais para governar e não ser simplesmente mandado na sua vida e no seu trabalho.

O segundo é a contribuição de Pierre Bourdieu, no entendimento de qual o ideário das famílias que investem nos seus filhos incentivando o estudo para ampliar o capital cultural das mesmas. No caso de uma instituição federal de ensino como o Campus Novo Paraíso-(IFRR-CNP), estas famílias pretendem que seus filhos tenham sucesso escolar, com o aumento das possibilidades de acesso a outros níveis de ensino. Nesse sentido, busca-se entender se a escola (IFRR-CNP) “bitola-se” frente ao pensamento de enfatizar o ensino profissional estritamente ou quer trabalhar os dois planos de formação profissional oferecendo a possibilidade de ampliar o horizonte formativo do discente com o Ensino Superior.

Logo, os dois autores são imprescindíveis para a conclusão deste trabalho, embora em dois níveis diversos, mas integrados, pois, enquanto Gramsci trata sobre a temática político-pedagógica com ênfase na democratização de oportunidades de ascensão a uma educação de qualidade e que essa formação técnico-profissional possa também aumentar o leque de opções, no horizonte formativo deste discente, Bourdieu, ao tratar sobre o capital cultural, evidencia que quando os alunos já trazem consigo certas disposições sócio-

culturaisquerem melhorar de vida, e isso os influenciam para elevar seu horizonte da formação profissional (técnico) não sendo apenas um técnico, como também, um graduado, tecnólogo, especialista, mestre, doutor.

Nestes termos, verificaremos se a formação profissional ofertada pelo IFRR-Campus Novo Paraíso compactua com essa ideia de aumentar o capital cultural dos discentes, ou seja, que vise incentivar a abertura de outras formas no horizonte formativo, ou simplesmente queira somente a formação técnica para ocupar uma vaga no mercado de trabalho, que carece de técnicos, atendendo ou não as condições favoráveis no cenário regional. Ou se a Instituição está somente ali para “fazer de conta” que o Estado tem dado educação de qualidade formando técnicos, mas que a grande maioria não terão oportunidades de trabalho, já que no mercado não há grandes indústrias que possam receber estes novos profissionais.

Assim, buscaremos mostrar um panorama da Educação Profissional a partir do Regime Militar de 1964, abordando o Plano de expansão da Educação Profissional, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no segundo momento esmiuçaremos sobre a Educação do Campo no contexto local, numa proposta de educação condizente com as reais necessidades do meio rural, no terceiro momento discorreremos sobre o desenvolvimento do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, quanto a sua proposta curricular, bem como, e finalmente o levantamento de dados da pesquisa *in loco* no IFRR-Campus Novo Paraíso, com a análise dos resultados e considerações finais.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Investigar as percepções do corpo discente, docente e gestor no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do Campus Novo Paraíso quanto ao papel do curso no desenvolvimento socioeconômico da região em que se localiza.

1.2.2 Objetivos específicos

- i) Identificar as perspectivas dos discentes, docentes e gestor quanto à proposta pedagógica do curso e sua execução;
- ii) Verificar a aproximação ou não do curso Técnico em Agropecuária com o contexto social e econômico em que estão inseridos os discentes;
- iii) Analisar as perspectivas educacionais entre a relação dos saberes dos discentes do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e sua adequação às necessidades formativas e perspectivas de inserção profissional.

1.3 Questões de Estudo

Logo, essa investigação visa contribuir para a melhoria do trabalho pedagógico da instituição almejando fornecer subsídios para as práticas de gestão e educação nela presente, pois será se a instituição tem conseguido o resultado esperado? Como os discentes têm

crescido com o curso na perspectiva da formação cidadã e técnica? O que os conhecimentos do curso representam para melhorar a qualidade de vida dos mesmos e desenvolvimento da sua comunidade? Diante destas interrogações, os resultados que serão obtidos serão analisados com enfoque na dicotomia sucesso institucional versus o da realização pessoal dos educandos.

1.4 Delimitações do Estudo

A presente pesquisa foi realizada com docentes, servidores ocupantes de cargos de gestão e os discentes de todos os módulos disponíveis do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR/Campus Novo Paraíso.

1.5 Metodologia

O presente estudo está pautado sob o ponto de vista da abordagem do problema, por ser pesquisa qualitativa com o intuito de interpretar o fenômeno e atribuir significados. Sob a ótica dos objetivos a pesquisa será feita de forma descritiva para levantar informações referentes à discussão do real e o ideal quanto aos objetivos do Curso Técnico em Agropecuária, tendo como procedimentos técnicos: a pesquisa bibliográfica e documental (OLIVEIRA NETTO, 2008).

Nesse contexto, Magnani (2005) citado por Valdemarim (2010, p.127) declara que a pesquisa qualitativa em educação consiste:

Na interação pesquisador-pesquisado; essa estreita relação de ambos entre si e com um problema a ser resolvido, movidos pela necessidade de compreensão e interpretação, à luz de bibliografia especializada de material predominante discursivo (linguagem em situação) relativo a um estudo de caso.

Diante disso, a presente pesquisa pautou-se na análise dos resultados com a descoberta e descrição e o entendimento do desenvolvimento do CTA, permitindo a compreensão de múltiplos aspectos da realidade, teve o reconhecimento do sujeito pesquisado como portador de um conhecimento, sendo imparcial no levantamento de dados por meios dos instrumentos escolhidos, o que se prezou pela imparcialidade do projeto político que possuo, para não orientar o pesquisado em alguma direção.

Assim, desenvolveu-se o presente trabalho com a grande finalidade da pesquisa qualitativa quanto a sua metodologia que consiste em ajudar os sujeitos pesquisados conforme Martins (2004, p. 296) “a se fortalecerem enquanto sujeitos autônomos, capazes de elaborar o seu projeto de classe”, logo que ele seja capaz “[...] elaborar seu próprio projeto político”. Para a compreensão teórica da realidade da educação do campo no Brasil, recorreremos à contribuição de Roseli Salette Caldart. Também, no enfoque macro do trabalho, isto é, para o entendimento do objeto de estudo, a contribuição teórica de Gramsci e Bourdieu.

Para a realização deste estudo foi determinante a análise documental do Plano de Curso do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRR, bem como, os instrumentos legais produzidos pelo Ministério da Educação, como por exemplo, o livro intitulado por “Ressignificação do

Ensino Agrícola”, que nos apresenta quais os principais desafios e conquistas que se enfrentam na Educação Agrícola no cenário nacional, fruto de trabalho coletivo elaborado por gestores de vários Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Logo, a análise documental, foi de fundamental importância nesta investigação dando mais consistências aos resultados obtidos.

1.5.1 População e amostra

A população foi constituída por intencionalidade e posteriormente por voluntariedade nas turmas de discentes que compõem o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do Campus Novo Paraíso nos anos de 2011 e 2012, bem como com os servidores em cargo de gestão ligados a área de ensino, extensão e pesquisa e os docentes diretamente envolvidos no curso. A amostra foi de 60,60 % da população pesquisada dos discentes, o público-alvo, razão do curso existir, sendo um valor expressivo por nos ofertar grandes contribuições.

A tabela abaixo destaca o quantitativo das turmas pesquisadas, bem como, o quantitativo geral de alunos que cada turma possui. Foram participantes da pesquisa os discentes das dez(10) turmas, assim distribuídas, três (03) turmas do Módulo I, 02 (duas) turmas do Módulo II, uma (01) turma do Módulo VI, duas (02) turmas do Módulo VII e duas (02) turmas do módulo VIII. Sendo que do Módulo V a VIII a pesquisa ocorreu no primeiro semestre de 2011, e o Módulo I no primeiro semestre de 2012.

Tabela 1 - Quantitativo de discentes matriculados em 2011.1 e 2012.1 no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio no IFRR - Campus Novo Paraíso.

Módulo cursado	Módulo I 2012.1	Módulo V 2011.1	Módulo VI 2011.1	Módulo VII 2011.1	Módulo VIII 2011.1	Total de Turmas
Quantitativo de discentes por turma e	44411- 38 alunos 44412- 37 alunos 44413- 38 alunos	44451- 32 discentes 44452- 26 discentes	44461- 15 alunos	44471- 18 alunos 44472- 21 alunos	44481- 27 alunos 44482- 30 alunos	10 turmas
TOTAL	113 alunos	58 alunos	15 alunos	39 alunos	57 alunos	282 discentes

Fonte: Da própria pesquisa.

Quanto aos servidores entrevistados totalizou dezesseis (16) entrevistas, assim dividido: onze (11) docentes, e cinco (05) servidores em cargo de função gratificada, distribuídos da seguinte forma: quatro (04) docentes da área de formação geral e sete (07) docentes da área técnica. Já, quanto aos servidores em cargo de função gratificada foram: dois (02) servidores técnicos um Pedagogo e um Técnico em Agropecuária, e três(03) docentes da área técnica.

No que tange a entrevista, cabe destacar o que Lankshear e Knobel (2008, p. 171) enfatizam:

Em suma, os dados das entrevistas, na forma como foram expressos pelos respondentes, nunca podem ser usados em um estudo como representações diretas de alguma “verdade” definitiva. Apesar das limitações, as entrevistas continuam sendo o melhor meio disponível para ter acesso a opiniões, crenças e valores dos

participantes, bem como a relatos situados dos eventos em um dado momento no tempo.

Nesse sentido, nos valem das entrevistas por essas contribuições que ficariam limitadas se fossem só com um questionário. Assim, os servidores em cargo de gestão entrevistados foram: o Diretor Geral do Campus Novo Paraíso, o Coordenador de Cursos Integrado, sendo dois, um em 2012 e outro em 2013, o Diretor de Ensino; o Diretor de Extensão. Nesse intervalo, houve eleições para a Direção Geral do Campus, com onovo diretor, houve mudanças nos cargos de gestão, por isso, tivemos duas entrevistas com oCoordenador(a) do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio.

1.5.2 Procedimentos de coleta e análise de dados

Esta pesquisa terá como procedimento e ferramenta de investigação a pesquisa documental e bibliográfica. A primeira consiste na consulta a documentos oficiais do curso Técnico em Agropecuária, dentre os quais destacamos o Plano de Curso e o Plano de Desenvolvimento Institucional. Já a pesquisa bibliográfica pautou-se na consulta de periódicos, revistas online, teses e mestrados do tema em discussão.

Assim, verificaremos os dados descritivos, por meio de entrevistas que foram realizadas com docentes e servidores em cargo de gestão, e os questionários aplicados com os discentes, na qual se buscou entender a temática, bem como, as perspectivas dos sujeitos pesquisados, na busca da interpretação e no alcance dos objetivos propostos.

O levantamento de dados ocorreu com a realização de visita *in loco*, com observação indireta e aplicação dos instrumentos de coleta de dados, registro fotográfico, questionários com os discentes e entrevistas com o grupo gestor e docentes, sendo para os discentes os questionários foram semiaberto, já para os docentes, e os servidores em cargos de gestão, foi utilizada a entrevista semiestruturada. Foi elaborado dois instrumentos de questionário, o primeiro foi direcionado para os discentes dos módulos V, VI, VII e VIII que foi aplicado no ano de 2011, em apêndice A, e o segundo questionário conforme o apêndice B que teve questões mais fechadas, foi direcionado para os discentes do módulo I aplicado em 2012, com intuito de facilitar o entendimento e o procedimento de resposta para os mesmos, já que estão iniciando os estudos, e para muitos teriam dificuldades para dissertar suas opiniões.

A primeira etapa da pesquisa de campo ocorreu em meados de 2011 com a aplicação do questionário com noventa e cinco (95), e entrevistas com três pessoas da equipe de gestão: o Diretor de Ensino, o Diretor de Extensão, e Coordenador do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. Seguem nos apêndices C e D, os roteiros das entrevistas.

A segunda etapa foi realizada no primeiro semestre de 2012 com a aplicação de entrevistas com onze docentes e dois gestores e foram aplicados noventa (90) questionários com discentes do primeiro módulo do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

Na abordagem da aplicação dos questionários e entrevistas com os docentes e servidores em cargos de gestão, foi apresentado aos sujeitos pesquisados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em apêndice E, foi informada a finalidade da pesquisa e pedido que, se fosse de seu interesse ser participante da pesquisa, o participante assinasse o termo; mas que se desistisse depois de ter aceitado participar como sujeito da pesquisa, o

mesmo poderia a qualquer momento comunicar a pesquisadora, informando da desistência de participação.

Na coleta de dados, nem todos os discentes quiseram participar do questionário, mas tivemos um quantitativo expressivo, foram cento e oitenta e cinco (185) discentes participantes, noventa e cinco (95) discentes das sete turmas em 2011 do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, que são: a 44451, 44452, 44461, 44471, 44472, 44481, 44482; e noventa (90) discentes na segunda etapa em 2012 das três turmas do módulo I, 44411, 44412, 44413, que configurou o total do percentual de 60,60% do total de alunos deste curso no período pesquisado.

Convém frisar o que esmiúça Duarte(2004) da tarefa complexa, mas não impossível da aplicação de entrevista, a saber:

Realizar entrevistas, sobretudo se forem semiestruturadas, abertas, de histórias de vida etc. não é tarefa banal; propiciar situações de contato, ao mesmo tempo formais e informais, de forma a “provocar” um discurso mais ou menos livre, mas que atenda aos objetivos da pesquisa e que seja significativo no contexto investigado e academicamente relevante é uma tarefa bem mais complexa do que parece à primeira vista.

Diante disso, as entrevistas seguiu um roteiro semiestruturado, as quais abordaram sobre o conhecimento da realidade da educação profissional no CNP, do papel do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, das perspectivas da formação profissional aos alunos para o futuro.

2 CAPÍTULO II - O IFRR-CNP, CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA E AS PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS DOS DISCENTES DO IFRR/CAMPUS NOVO PARAÍSO

2 ENSINO PROFISSIONAL: CAPITAL E TRABALHO

A economia mundial tem alavancado inúmeras mudanças e a globalização entra para massificar as informações, difundir os conhecimentos em tempo simultâneo nesse cenário rico de mudanças. Assim, a mundialização do capital é um feito complexo do capitalismo que por sua vez acaba influenciando nas políticas educacionais.

Nesse sentido, os interesses são diversos por exemplos como apontados segundo Garcia (2000, p. 12):

O governo e os empresários continuarão não só definindo as políticas de formação e seus recursos, como também desqualificando um nível de ensino que poderia ser utilizado como referência para se buscar a formação profissional de qualidade, proporcionada numa escola unitária uma escola de natureza científica tecnológica.

Para tanto, os sistemas educacionais tem buscado se adequar nesse cenário, procurando se ajustar ao modelo enfatizado pelo toyotismo, no qual se apregoa o aumento de competências e habilidades para o mercado do trabalho, pois com esses aprimoramentos a pessoa poderá concorrer a um emprego no mercado de trabalho.

Antunes e Alves (2004, p. 345) destacam que a nova forma de ser no trabalho produção parte do esteio do toyotismo que não pretende “instaurar uma sociedade “racionalizada”, mas apenas uma “fábrica racionalizada”. Isso se consubstancia com uma formação profissional despreocupada com a formação humana.

Ciavatta e Ramos (2011) declaram que é preciso que se perceba que atual conjuntura é reforçada por vivermos numa estrutura secular de classes e implantação do capitalismo, por isso se faz necessário verificar raízes sociais que as mantêm que desencadeia a fragmentação do ensino médio e na educação profissional.

Diante disso, a globalização do capital com seu avanço tem influenciado grandemente o acesso ao emprego, com isso vem ocorrendo transformações no campo do trabalho, hoje o emprego tem um valor imperioso no desenvolvimento da educação, pois se faz necessário o discente se qualificar, especializar em algum ou em várias formações de conhecimento, para poder ter um currículo atrativo para conseguir o seu espaço no mercado de trabalho.

Segundo Nogueira (2009, p. 50) ao discutir sobre o mercado, ele destaca que o “[...] mercado é palavra banida dos textos em que se discute Educação Profissional”. No entanto, ainda que não subordinado e subjugado pela crueza do mercado, é impossível ignorá-lo. Conhecê-lo para entendê-lo não se configura em um “mal necessário”. Assim, é preciso se discutir a formação profissional, no intuito de qual mercado ela está focalizando.

Nessa perspectiva, nos últimos anos tem crescido a economia do Brasil, a ênfase na agenda nacional da importância da qualificação profissional com vistas a elevar esse processo de expansão da economia. Nesse contexto, a Educação Profissional e Tecnológica-EPT em todos os seus planos de formação, tem se tornado uma área de disputa nos mais

diversos sujeitos tanto público como o privado, ligados a este nível de ensino (SANTOS; RODRIGUES, 2012).

Assim, faz-se necessário salientar que, a educação profissional foi majoritariamente ligada aos anseios do capital como pode ser bem observado no pensar Kuenzer(2007, p.1156):

Ao longo do século XX, no Brasil, a par da escola de formação geral, foi se desenvolvendo extensa e diversificada oferta de educação profissional, com o intuito de atender às demandas decorrentes da expansão dos setores industrial, comercial e de serviços que se intensificou a partir dos anos de 1940. Esta expansão determinada pelo movimento do mercado para atender as necessidades definidas de formação profissional especializada, se deu de forma caótica, sem responder a uma política especificamente formulada para educação profissional.

Como se depreende do texto acima, a educação profissional já nasce com o intuito de atender o mercado, em especial o setor industrial, que aconteceu de forma distorcida, pois não se criou uma política para dar conta da complexidade desta temática.

Por outro lado, a educação profissional no desenvolvimento de suas estratégias para a aprendizagem industrial, vem recebendo influências de organismos internacionais no que tange a recomendações tais como: financiamento, cooperação técnica na definição de políticas nacionais e regionais de cunho tanto econômico como social (PRONKO, 2003).

Desde a década de 60 o Brasil vem sofrendo mudanças no tocante às políticas públicas, pois o país integra os planos econômicos globais, passando a ter o enfoque substancial nas ordens do desenvolvimento econômico capitalista, sendo que o binômio a educação e desenvolvimento estão presentes desde o início, passando a ser o cerne das estratégias bem planejadas por meio de novos marcos legais aprovados (AGUIAR, 2012).

Surge em 1950 pelo filósofo Schultz a teoria do capital humano, que consiste no argumento de que o desenvolvimento econômico de uma nação está estritamente relacionado com o incremento em educação, com a finalidade das pessoas poderem ampliar os seus conhecimentos e habilidades com base nas demandas requeridas pelo mercado de trabalho (AGUIAR, 2012).

Percebe-se aí uma ligação entre o que apregoa a teoria com a discussão do emprego, isto é, passa-se a responsabilidade para a pessoa para ir à busca de uma educação que lhe dê benefícios. Logo se a pessoa não conseguir um emprego, o problema foi dela que não estudou o suficiente para galgar esse objetivo, o sistema capitalista fica imune dessa responsabilidade.

E nesse contexto, a teoria do capital humano transfere a culpa do insucesso escolar para o aluno, este paradigma de educação não considera que os problemas existentes em nossa sociedade decorrem da conjuntura do sistema capitalista que focaliza para o desemprego estrutural. A crescente propagação de que só a qualificação é um importante fator para a pessoa obter um emprego, não considerando as outras causas intervenientes tais como, classe social, políticas de educação, saúde e outros que podem minorar as chances de ter o sucesso escolar, bem como, ter o seu emprego no mercado.

A grande ênfase recai para o indivíduo, o qual é responsabilizado (culpado) pelo seu fracasso escolar, logo desemprego, devido à progressiva exclusão social que permeia a nossa sociedade. Por outro lado o sistema capitalista é preservado das suas nefastas ações. Nos discursos midiáticos, escamoteiam-se a realidade, ocultando a influência do sistema

capitalista por tantas mazelas na nossa sociedade, pois recai para a pessoa em formação se não conseguiu o emprego, é porque ainda não está qualificado suficiente.

Corroborando com esse pensar, Aguiar (2012, p.5) ao tratar sobre a Teoria do Capital Humano declara que:

A teoria também sugere que os pobres só permanecem na sua condição de pobreza porque lhes faltam os conhecimentos que os tornariam produtores mais hábeis e, conseqüentemente, melhorariam seus rendimentos. Afirma que a educação será capaz de transformar uma pessoa de baixa qualificação em uma de qualificação mais alta. E, mais ainda, que uma vez alcançada melhor qualificação, seria reduzida a oferta total de trabalhadores pouco qualificados. Logo, a educação determinaria uma distribuição melhor de renda, pois aqueles que melhorassem de nível seriam mais bem pagos e os que permanecessem na condição primeira também teriam seus salários aumentados devido à distribuição da oferta de “mão-de-obra barata”.

Corroborando com esse pensar, Pereira (2012, p. 286) declara que a educação profissional se consubstancia “como um campo de disputa entre projetos hegemônicos voltados ao capital e projetos outros de educação do trabalhador como resistência (reação e criação) ao modo de produção de vida existente”.

Conforme Alves et al.(2009, p.12)vem ocorrendo mudanças significativas depois dos anos 90, assim enfatiza:

As políticas educacionais principalmente a partir da década de 1990 são adequadas aos novos conceitos do mundo capitalista atual, foram modeladas pela ideologia das competências e emolduradas pela Teoria do Capital Humano, dando origem à materialização de uma educação profissionalizante sob a perspectiva do capital.

Assim, é imprescindível conhecer como estão fundamentadas as políticas educacionais hoje, que muito não mudaram do cenário anterior, expresso, sobretudo pelos diferentes contextos de escolarização no nosso país, onde as discrepâncias são gritantes, contribuindo para reproduzir a ordem capitalista neoliberal.

No tocante ao investimento no campo educacional, Soares(2003, p.10) “[...] as mudanças operadas nos processos de produção se fizeram em nome do “capital” e do “mercado” e o desenvolvimento da ciência se deu para atender a essas demandas, sendo o saber técnico-científico colocado como mercadoria chave para a concorrência capitalista” Assim, são exigências das novas estratégias de produção e organização que os trabalhadores possuam uma gama de conhecimentos, bem como habilidades múltiplas, pois na economia do conhecimento é necessário que o capital intelectual das empresas/organizações saiba responder as novas mudanças que permeiam o mundo do trabalho.

Nesse contexto, no entendimento de Miranda (2011, p. 35) o mesmo apregoa que “as políticas públicas tem se aliado ao capital, com objetivo de alancar o seu domínio e permanecer o seu controle sobre os excluídos, com a meta de por meio destas políticas públicas eles possam no futuro ter a ascensão social”.

Nesse sentido corrobora Oliveira (2008,p.44):

A valorização do pragmatismo, o reducionismo da problemática educacional a questões de ordem técnicas e gerenciais reforçam, no âmbito escolar, a descontextualização e a leitura enviesada dos reais fatores determinantes dos resultados negativos que ainda temos no sistema educacional brasileiro.

Assim, está permeado na educação brasileira, o viés do pragmatismo das políticas sociais, isso pode ser notado quando se denega o total descaso que as escolas estão, quando não se valoriza os profissionais da educação, em especial os docentes, que possuem baixos salários, equivalente a profissões mais abrutalhadas (CIAVATTA; RAMOS, 2011).

Nesse contexto, atendendo anseios divergentes a educação profissional no Brasil para a construção da cidadania do discente, está tenuamente voltada para a valorização da educação humanista, pois se consubstancia por valores e práticas preconizados na globalização do capital.

Dessa forma, podemos inferir que a Educação Profissional tem corroborado na proporção que tem ofertado em seus ambientes educacionais uma organização curricular distante da formação cidadã e crítica, embora na teoria aborde isso, no real não se empenha maiores esforços para a formação humanista, porém na prática ela se encontra mais estreitamente ligada à formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Além disso, diante desse cenário educacional permeado pela lógica de mercado, Costa (2012, p. 420) aponta que o “o processo educacional também tem atuado como mecanismo para a formação do consumidor, ficando em segundo plano a construção de um sujeito crítico participante do processo histórico, capaz de construir seu destino e fazer escolhas conscientes livres”.

Assim, as inúmeras alterações que vem sendo trabalhada na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, reforçam a mundialização do capital e difusão da globalização. Isso pode ser observado, nos marcos legais que enfatizam as políticas educacionais, e os programas que intensificam as concepções da teoria do capital, bem como o da empregabilidade.

Nesse contexto, a globalização tem mudado os rumos da educação para atender a alta demanda por novos postos de trabalho, bem como atenuar a pressão por vagas, pois são altos os índices das desigualdades sociais. Isso exige do discente cada vez mais que eles estejam mais informados das novas tecnologias tais como: Informática e Comunicação na produção de conhecimentos. Assim a Educação Profissional de hoje, requer novas dinâmicas de formação profissional e tecnológica.

Nessa questão das desigualdades Bordieu procurou entender as diversas relações com o olhar voltado para a compreensão de uma sociedade que diferencia as pessoas, segrega das mesmas oportunidades de aprendizagens, daqueles que possuem um alto poder aquisitivo, e que o estado corrobora como essa reprodução no campo social (CATANI, 2007).

Portanto, com o desenvolvimento tecnológico cada vez mais preciso, é inegável a sua contribuição para sociedade, mas aponta para um distanciamento significativo entre o desenvolvimento social e crescimento econômico. Isso pode ser constatado com o desemprego estrutural, bem como, com a precarização dos serviços sociais, que torna cada vez mais acentuada, precisando para que ocorram melhorias na prática, apesar de os discursos políticos apontem outros dados (SOARES, 2003).

2.1 A Educação Profissional no Brasil

Num breve resumo a Educação Profissional já passou por vários estágios, vejamos: primeiramente com a Escola de Aprendizes e Artífices (1909), segundo com os Liceus Profissionalizantes (1937), terceiro com as Escolas Industriais e Técnicas (1942), quarto com as Escolas Técnicas Federais (autarquias) e as Escolas Agrotécnicas Federais (1959),

quinto com os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET) (1978), e com o sexto que atualmente vigora: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (2008), embora ainda existam Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica-CEFETs, a saber, o de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

No bojo do avanço da educação profissional, Gritti (2007, p. 39) analisando o Parecer nº 16/99 do Conselho Nacional de Educação que dispõe sobre a Educação profissional de nível técnico, relata que o percurso da Educação Profissional teve “a preocupação com os órfãos e demais desvalidos da sorte”. Nesse sentido, esta educação destinava somente a elementos das mais baixas categorias sociais. O que ainda perdura nos nossos dias, a relação da educação profissional para as classes sociais mais baixas, pois os integrantes das classes sociais mais altas não se interessariam tanto por este segmento, mas sim para os cursos de graduação e/ou bacharelado de melhor prestígio.

A gênese da Educação Profissional remonta para a seguinte análise do que ocorria antes no período colonial, no qual a Educação era voltada para uma pequena elite, isto é, a educação propedêutica, já para as massas, a população de menor poder aquisitivo, eram destinadas o ensino profissional com vistas a alimentá-los para o exercício de um ofício para sustentar a coroa, pois nesta época o trabalho manual era desvalorizado (SILVA, 2011).

A primeira constituição brasileira a tratar especialmente do ensino técnico, profissional e industrial foi a Constituição de 1937 que destinou um de seus artigos, o 129 que esmiuçava que o ensino pré-vocacional tinha um público certo, as classes menos favorecidas, e que as indústrias e os sindicatos criassem mecanismos de capacitação profissional para os filhos dos seus trabalhadores ou dos associados. Para se manter o Estado teria que subsidiar estas entidades, com auxílios, facilidades e subsídios a ser concedido pelo poder público.

Vale ressaltar ainda que Ramos (2005, p.232) descreve que o período inaugural do Golpe Civil Militar em 1964, fez permanecer a preocupação para atender por meio do ensinoprofissional as demandas decorrentes das mudanças do sistema econômico, ou seja, os acontecimentos: “o milagre econômico”, e o projeto “Brasil como potência emergente”, neste período imperava a grande concentração de capital, internacionalização da economia, e limitação de salários, com a ênfase principal para a formação técnica, sendo considerado elemento principal, no grande leque das mediações das práticas educativas.

A autora supracitada enfatiza a intenção da educação *a priori* buscou a formação de técnicos sendo engendrada com base nas necessidades do mercado de trabalho e não estimulando os discentes para adentrarem nas universidades, com a formação profissional concluída no ensino médio, eles poderiam de imediato ter uma vida economicamente ativa.

Nesse sentido, a autora supracitada (2005, p. 234) destaca que foram realizadas “ajustes curriculares nos cursos profissionais denominadas de pareceres do Conselho Federal de Educação, e, finalmente, a extinção da profissionalização obrigatória no 2º grau pela Lei nº 7.044 em 1982”.

Vale apontar que outro marco importante no que diz respeito à Educação Brasileira foi a promulgação da Lei de Diretrizes da Educação Brasileira-LDB, nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 que torna de modo obrigatório o ensino técnico profissional a todo currículo do segundo grau. Este novo modelo representou uma urgência para formação de técnicos, com isso fez crescer vorazmente a quantidade de matrículas, bem como a fundação de novos cursos técnicos (CARNEIRO, 2009).

Esse primeiro instrumento esteve pautado fundamentalmente para a profissionalização no qual o discente era obrigado no 2º grau a fazer um curso técnico, com vistas a refrear a demanda por ensino superior, sustentando as características de diferenças sociais de um segmento social destinado para o trabalho (as camadas populares) e outro mais forte (as populações mais favorecidas) para a formação intelectual.

A segunda LDB foi criada em 20 de novembro 1996 com a Lei nº 9.394, que dispôs de um capítulo especialmente para tratar sobre a Educação Profissional como uma modalidade educacional (Título VI, Capítulo III), com destaque para desenvolver as aptidões para a vida produtiva (art.39).

Essa nova LDB trás como novidade a reforma do qual o Ensino Médio deixa de ser uma extensão do Ensino Superior passando a integrar a Educação Básica em conjunto com a Educação Infantil e Educação Fundamental. No contexto histórico ela ocorre no âmbito da instalação do neoliberalismo no Brasil. Assim, o governo abraça as medidas orientadas pelo Banco Mundial que se espalha no Estado mínimo de maneira a gerenciar sua política nos países em desenvolvimento.

No desenvolvimento histórico que percorre o Regime Militar de 1964 a 1985 a educação estava ligada a um padrão de sociedade com vistas a industrialização, com a finalidade de atender e ampliar a quantidade de vagas ao ensino público gratuito, sendo um grande investimento de grandes proporções, como não se havia antes, mas diminuiu paulatinamente a qualidade desse ensino (PAULA, 2003).

Cumprir destacar que esta nova LDB ao declarar que a Educação Profissional forma para a produtividade, tornou-se um fator a mais para incluir mais pessoas no processo produtivo, ou seja, segundo Carneiro (2009, p. 131) a formação profissional está em defasagem no país, para ela é urgente dada “a situação de abandono das pequenas comunidades do interior do país, cujas populações excluídas do campo, vão também sendo excluídas do mercado de trabalho”.

No tocante a formação profissional, que ela possa está aliada especialmente para priorizar a formação de cidadãos, e não a ser adaptados ao mercado de trabalho. Nesse sentido, esta modalidade educacional retroage quando não cumpre o seu real papel que além de formar para o exercício de uma profissão, não ressalta a formação cidadã para a construção de sujeitos sociais, críticos, autônomos e participativos de seus direitos e deveres.

Nogueira (2009, p. 48) faz um breve resumo interessante que traça o desenvolvimento da educação profissional, a saber:

A profissionalização obrigatória do então segundo grau, estabelecida em pleno regime militar pela Lei nº 5.692/71; o abandono dessa obrigatoriedade face ao seu insucesso, reconhecido pela Lei nº 7.044/82; a proibição do ensino profissional integrado, determinada pelo Decreto nº 2.208/97 do governo Fernando Henrique Cardoso, gerando o divórcio forçado do Ensino Médio com a Educação Profissional, e o atual esforço concentrado do governo Lula de ressuscitar, a partir da edição do Decreto nº 5.154/2004, exatamente até então proibida integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional Técnica de nível médio – são alguns exemplos do vaivém conceitual e organizacional que, ao longo do tempo, tem caracterizado a formação do jovem adulto visando a sua inserção no mundo do trabalho, em nosso país.

A expansão da educação profissional para os lugares mais longínquos dos centros urbanos tem proporcionado uma oportunidade de educação no qual muitos municípios não possuem a formação profissional. Assim, essa proposta não só visa incluir mais discentes,

para as populações do campo antes esquecidas, como também propicia o aumento da melhoria da qualidade do ensino, e, também poder proporcionar às populações que antes eram desassistidas de formação técnica e tecnológica.

Assim vai se desenvolvendo no Brasil com a expansão da Educação Profissional, tem atenuado a carência de inúmeros profissionais técnicos, no qual a formação técnica em especial com a Expansão da Rede Federal tem chegado às diversas populações, com vistas a sanar as lacunas no mercado de trabalho.

A proposta educacional dos Institutos Federais vai além da formação para o trabalho, ela visa segundo Pacheco (2011,p.5):

Agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas em deixar de afirmar seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos.

No tocante a essa discussão se faz imprescindível que as políticas educacionais não comunguem com conceitos neoliberais que não contribuem para formação completa do ser, que busca formar consumidores ao invés de cidadãos, por estar submissa a educação em consonância com o capital, no qual o currículo é a ferramenta para não só treinar as habilidades e técnicas para empregar e reproduzir as relações capitalistas (PACHECO, 2011).

A expansão da rede federal atende a três dimensões, assim, a forma de se escolher a localidade para se implantar uma instituição escolar federal de educação se dará observando alguns critérios preconizados na Lei que institui os Institutos Federais de Educação, a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, a saber, os fatores geográficos, demográficos, socioambientais, econômicas e culturais, a saber:

Dimensão Social: visa universalizar o atendimento aos Territórios da Cidadania, bem como, atender aos municípios populosos e com baixa receita per capita, integrantes do G100 (caracterizado por o aglomerado de cidades do Brasil com receita per capita inferior a R\$ 1 mil e com mais de 80 mil habitantes) e municípios com alto grau de extrema pobreza.

Dimensão Geográfica:propõe atender em especial aos municípios com mais de 50.000 habitantes ou microrregiões não cobertas; assim como, universalizar a oferta às mesorregiões brasileiras que não há escolas federais; interiorizar a oferta pública de Educação Profissional e Ensino Superior; oferecer a Educação Superior Federal para Estados com índice abaixo da média nacional.

Dimensão de Desenvolvimento: têm em vista os municípios com Arranjos Produtivos Locais-APLs identificados; e entorno de grandes investimentos. Nesse contexto, busca se desenvolver esses territórios.

Estes três aspectos são analisados para integrar na escolha dos locais alvos de mais uma instituição pública federal de educação, mas antes de instalar uma unidade desta, as populações são ouvidas em audiências públicas para conhecerem as perspectivas dos populares.

Assim, os Institutos Federais são fruto da conjunção de estabelecimentos públicos ligados à oferta de educação profissional de nível médio ou superior e outras instituições particulares. Assim o MEC (2012, p.30) destaca:

Atua na educação profissional um conjunto de estabelecimentos públicos e privados que se caracterizam como escolas técnicas, agrotécnicas, centros de formação profissional, associações/escolas, entre outros. O Censo Escolar 2011 revela que a participação da rede pública tem crescido anualmente e já representa 53,5 % das matrículas.

Assim, com a disponibilização da Educação Profissional pelo Campus Novo Paraíso essa formação tem agregado muitos discentes na busca do sucesso escolar, pois nos institutos federais de educação, os discentes irão encontrar um leque de ambientes que facilitam a aprendizagem dos mesmos, bem como, pela infraestrutura que existe na Rede Federal e do elevado grau de formação dos docentes.

Assim, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologias são propiciadas as populações diversas a continuidade dos estudos, bem como da profissionalização, em nível médio, superior e até pós-graduação. Segundo Miranda (2011, p.48) “essa estrutura tem sido apresentada aos estudantes como a solução para uma série de problemas que afetam a formação profissional”.

Além disso, há oferta de educação profissional disponíveis à população por outras formas, por exemplo: a formação para o trabalho tem sido um forte investimento do Governo Federal na Educação, são vários programas criados, o mais recente em 2011 é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que foi instituído pela União, com o escopo de expandir a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2012).

No contexto da certificação profissional, existe o programa de certificação, o CERTIFIC, que é destinado aos trabalhadores que já possuem conhecimentos práticos de determinada profissão, mas que ainda não tiveram condições de fazer o curso profissional e ter o seu certificado. São várias áreas atendidas, tais como: música, construção civil, turismo e hospitalidade, eletroeletrônica ou pesca. Para o trabalhador que não tem sua qualificação reconhecida, são 377 escolas que oferecem a formação e o diploma. Assim, esses trabalhadores, terão seus saberes testados e a possibilidade de aprimorar os seus conhecimentos por meio de uma educação formal (BRASIL, 2012).

Vale ressaltar que o governo federal tem ampliado a oferta de cursos técnicos por vários programas e ações, vamos citar alguns desses, como não é o foco do pretenso estudo, por isso não iremos nos aprofundar muito, no nosso caso estamos inseridos na expansão da Rede Federal que será esmiuçado logo mais. Assim temos:

Programa Brasil Profissionalizado: que se refere ao aumento da oferta e ao fortalecimento da educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio nas redes estaduais, em parceria com a União. Este programa Brasil foi instituído em 2007, almeja fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica com o repasse de recursos da União para os Estados no intuito de investir e modernizar suas escolas de formação profissional integrando ao Ensino Médio, e também há a expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, com isso a certificação em formação profissional tem sido cada vez mais fácil (BRASIL, 2012).

Rede e-TecBrasil: neste abrange cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional grátis na modalidade à distância. Poderão oferecer cursos à

distância tanto a rede estadual e federal de ensino como o Sistema S, e instituições credenciadas aos sistemas estaduais de ensino.

Acordo de Gratuidade com os serviços Nacionais de Aprendizagem: Neste acordo o Governo Federal oferece uma contribuição compulsória para o Sistema S, na oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional grátis para pessoas de baixa renda, em especial discentes e trabalhadores.

FIES Técnico e Empresa: Esta opção busca financiar estudantes e trabalhadores que não tem condições financeiras para realizar cursos técnicos, cursos de qualificação profissional, formação inicial e continuada em escolas técnicas particulares e no Sistema “S” Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). No que tange ao FIES-empresa, o Fundo de Financiamento Estudantil-FIES financia cursos de formação inicial e continuada para empregados, inclusive no local de trabalho.

Assim, cumpre discutir sobre a oferta de educação, no qual Frigotto (2007, p.1135) apregoa que é preciso “uma efetiva universalização da educação básica de qualidade social efetiva e, articulada a esta, a educação profissional e técnica que não se reduza ao adestramento pragmático do mercado”.

Por outro lado cumpre destacar que o Governo Federal buscando atenuar a questão do acesso à educação superior em instituições federais de ensino, tem criado políticas e programas tais como: o PROUNI (Programa Universidade para todos), o SISU (Sistema de Seleção Unificada) pelo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), Financiamento pelo FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), o Sistema de Cotas o mais recente, foi criado pela Lei nº 12.711 de 30 de agosto de 2012, que prever que nos editais de seleção do vestibulartenham 12,5 % das vagas para discentes de escolas públicas, bem como, discentes de baixa renda com renda familiar de até um salário mínimo e meio, sendo levados em consideração critérios de cor e raça.

As instituições federais de ensino incluem as Universidades, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em Roraima, já se atende à determinação legal do Sistema de Cotas, criado pela Lei nº 12.711, de 30 de agosto de 2012) para o ingresso nos cursos de tecnologia e licenciaturas.

A Educação Profissional na atual conjuntura tem corroborado na proporção que tem ofertado em seus ambientes educacionais uma organização curricular distante da formação cidadã e crítica, embora na teoria aborde isso, no real não se empenha maiores esforços para a formação humanista, porém na prática ela se encontra mais estreitamente ligada à formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Concebe e analisa Kuenzer (2000, p. 36) que o Ensino Médio deve contribuir “no compromisso de educar o jovem para participar política e produtivamente do mundo das relações sociais concretas, pelo desenvolvimento da autonomia intelectual e da autonomia ético-política”.

Por outro lado, retrata Libâneo (2011) sobre o desenvolvimento educacional, que atua das seguintes formas: primeiro quer um trabalhador que seja mais flexível e polivalente, tal fato só aumenta a importância para que a escola possa desenvolver o potencial dos discentes de suas habilidades e competências sociais e pessoais; segundo a escola fincada no contexto do capitalismo, vai ser interferida para atender os objetivos e as metas do capitalismo que são as preocupações com o mercado; terceiro alterar-se os desígnios e as

preferências da escola; causam mudanças nos objetivos e nos valores escolares; forçam a escola mudar suas práticas por causa do avanço tecnológico dos meios de comunicação e da introdução da informática; induzem alteração na atitude do professor e no trabalho docente, uma vez que os meios de comunicação e os demais recursos tecnológicos são muito motivadores.

Logo, a Educação Profissional não deve ser para formação mecânica de um ser para o trabalho, mas que seja para a formação humana oferecendo condições para o sujeito entender de sua história, o mundo em que vive, e não ser somente um habilitado para o trabalho.

Nessa perspectiva, a educação profissional requer outra configuração, pois no aspecto de tão só formar para o trabalho, ela ganha cada vez mais contornos diversos, para as classes populares apresentam-se como rápida notoriedade de igualdade de educação, quando na verdade, tem-se toda uma lógica por trás desse processo, pois o sistema que vivemos é o que move o Brasil hoje e que reflete na educação e em outros campos.

Assim, depreende-se que a lógica atual distancia o homem de sua realidade, embora nos ditames legais preveja a justiça social e equidade, na realidade isto não se concretiza devido o sistema capitalista em que vivemos.

Dessa forma, Tavares (2012, p.10) descreve que Educação Profissional visa “formar técnicos, tecnólogos e engenheiros em áreas específicas, de modo a contribuir para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia nacional”.

Nesse contexto, Ferreti e Silva Júnior (2000, p. 49) enumera os inúmeros óbices que permeia o cenário educacional das condições objetivas que se caracterizam pela:

[...] a drástica redução dos gastos sociais, em particular na educação, as condições precárias das redes de ensino público, as reconhecidas deficiências na formação de professores, parecem pouco realistas, tanto as diretrizes curriculares para o ensino médio, quanto as presentes.

No tocante a essa discussão, o neoliberalismo quer distanciar o papel do estado na concessão dos direitos sociais, por caracterizá-lo como ineficiente, passando a apregoar a função para o mercado. Assim, a defesa do Estado Neoliberal é o mercado.

Vale apontar o que Nogueira (2002) alude sobre a obra de Bourdieu:

A grande contribuição de Bourdieu para a compreensão sociológica da escola foi a de ter ressaltado que essa instituição não é neutra. Formalmente, a escola trataria a todos de modo igual, todos assistiriam às mesmas aulas, seriam submetidos às mesmas formas de avaliação, obedeceriam às mesmas regras e, portanto, supostamente, teriam as mesmas chances (p.28).

Desta forma, podemos inferir que Bourdieu alega que a escola não representa um espaço neutro, mas um ambiente que propaga os ditames da classe dominante, assim ela transmite conhecimentos, mas avalia seus alunos de forma unilateral, ou seja, universal, e que esta busca atender a reprodução e dominação das classes dominantes (NOGUEIRA, 2002).

Nessa perspectiva, a escola cumpre ao mesmo tempo as funções de reprodução cultural e social, isto é, reproduzindo as relações sociais de produção da sociedade capitalista. Assim, com a qualificação profissional das pessoas para o mercado de trabalho impõe uma determinada ideologia que os faz aceitarem a sua condição social, atendendo ao mesmo tempo o projeto de dominação atual (FREITAG, 2005).

A educação profissional no Brasil está numa nova estrutura após reforma que ocorreu no governo de Fernando Henrique Cardoso, sob o viés operacional ela está dividida em três níveis: o básico, técnico e tecnológico (BRANDÃO, 2009).

Nesse contexto, a educação profissional vai suprindo as carências de mão de obra no mercado de trabalho, e com a formação profissional essas lacunas vão sendo atenuadas, pois ela propicia a capacitação de inúmeras pessoas que irão concorrer a uma vaga no mercado de trabalho.

Diante disso, Ciavatta e Ramos (2011, p. 36) declaram que “na atualidade a carência de perspectivas de trabalho e renda para os jovens, principalmente, das classes populares, torna a educação profissional uma necessidade”.

Dessa forma, infere-se que hoje é bem latente esses caminhos diversos, os quais estão sendo massificados com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Nesse sentido, cumpre destacar o que Neves (1997, p. 23) preconiza a:

Escolarização que, à medida que se amplia e se aprofunda a organização científica do trabalho e da vida, requer um patamar sempre mais complexo da capacidade de abstração do conjunto da força de trabalho, quer ela realize tarefas simples ou complexas no mundo da produção ou assuma responsabilidades sócio-político-culturais na organização de seu cotidiano.

Por outro lado, que a Educação Profissional possa se tornar uma política de Estado, “de forma garantir a continuidade com a sucessão deste governo pelos próximos” Tavares(2012, p.17).

Um caminho para essa solução será a conforme Antoniazze Leal Neto (2008, p. 3):

Necessidade de se repensar a educação profissional e o ensino médio sob a perspectiva da emancipação humana e não da manutenção da lógica do capital que em sua gênese é excludente, reforçando as desigualdades sociais em que o campo educacional é apenas uma de suas manifestações.

Portanto, a educação profissional não deve ser afunilada estritamente para formar pessoas para trabalharem no mercado de trabalho, nesse pensar, Gramsci faz críticas para que a educação não só alimente ao sistema capitalista, pois segundo Gramsci formar para o trabalho é um dos requisitos para emancipação humana, que a educação faça com que a pessoa possa entender e planejar o contexto social em que vive, por meio do conhecimento histórico, cultural e tecnológico (OLIVEIRA; ESTACHESKI, 2012).

2.2 Um Panorama Histórico do IFRR - Campus Novo Paraíso

O IFRR e seus Campus adotam como missão institucional: “Desenvolver de forma articulada os processos de educação, pesquisa aplicada, inovação tecnológica e extensão, valorizando o ser humano, considerando a territorialidade e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país”.

No que tange ao Ensino, o art. 28 do Estatuto do IFRR (2009) expressa que:

O currículo do IFRR está fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto político-

pedagógico, sendo norteado pelos princípios da estética da sensibilidade, da política de igualdade, da ética da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano.

O IFRR e seus Campus possuem como elemento norteador, o Projeto Político Institucional lançado em 2009, atualmente vem recebendo formulações. Este instrumento tem o enfoque para construção de cidadãos e pessoas preparadas para o mercado de trabalho.

No que diz respeito aos elementos norteadores do currículo do IFRR, tudo está voltado para uma educação humanista, mas infelizmente na prática no desenvolvimento da história do mundo em que vivemos permeado por inúmeras modificações, essa realidade muda. Assim para acompanhar essa evolução a educação vem se adaptando.

O IFRR é composto por três *campi*, no qual há o *Campus* Novo Paraíso, que está situado na região sul do estado de Roraima, Rodovia BR 174, Km 512, próximo da Vila Novo Paraíso, pertencente ao município de Caracará, distante 256 Km da capital Boa Vista.

O campus está bem centralizado, pois sua localização estratégica fica próximo do anel rodoviário localizado na Vila Novo Paraíso que interliga a BR-174 (que dá acesso de Boa Vista a Manaus) a BR-210, que dá acesso aos municípios de São Luiz, São João da Baliza e Caroebe e a BR-432, que liga ao município do Cantá.

Num breve histórico, a instituição iniciou as suas atividades em 06 de agosto de 2007, antes fora denominado de Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso – UNED criada pela Portaria nº 1.974/06, sendo uma unidade do Centro Federal de Tecnologia de Roraima - CEFET. As atividades pedagógicas da escola com os alunos iniciaram em 15 de agosto de 2007, tendo sido inaugurada em ato solene em 19 de novembro de 2007.

A UNED Novo Paraíso a princípio, começou com seis turmas de alunos distribuídos nos cursos: Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e o Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, na modalidade PROEJA, com um total de 220 alunos. O quadro de servidores era formado por quatorze (14) professores e seis (06) técnicos administrativos. A referida instituição atua nas modalidades Educação Profissionalizante, Ensino Médio Integrado ao curso técnico, com duração integral.

Atualmente, o Campus continua a ofertar o Curso Técnico em Agropecuária e passou a ofertar o Curso Técnico em Agricultura. O Campus Novo Paraíso está localizado na região Sul de Roraima, que alcança uma área de 99.325.70 km². Atualmente o Campus Novo Paraíso possui setenta (70) servidores que inclui professores e servidores administrativos, sendo desse total, e dezenove (19) servidores ocupam função gratificada, conforme tabela em anexo A.

O quantitativo do número de alunos Campus Novo Paraíso, segundo informações colhidas na Coordenação de Registro Escolar-CORES, a matrícula inicial de 2013.1 do Campus Novo Paraíso foi bastante significativa, a saber: Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio com duzentos e setenta e quatro (274) alunos; Técnico em Agricultura na Modalidade Subsequente com vinte e nove (29) alunos; Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio com trinta e dois (32) alunos; Técnico subsequente em Agropecuária em Regime de alternância com quarenta e oito (48) alunos.

A instituição oferece o Programa de Assistência Estudantil do IFRR Campus Novo Paraíso – PAE/CNP (Bolsa de Apoio Técnico, Bolsa de Apoio Esportivo), apoio ao discente em viagens de imersão cultural e de integração de disciplina, auxílio alimentação.

A Coordenação de Assistência ao Estudante-CAES realiza o levantamento de informações junto aos discentes para se conhecer a realidade socioeconômica e educacional dos discentes do Campus com a finalidade de auxiliar para a implementação da política de assistência estudantil.

Os ambientes didáticos que compõe a estrutura física do Campus Novo Paraíso são: duas (02) estufas, um (01) de campo agrostológico; um (01) sistema de irrigação; uma (01) Biblioteca, um (01) espaço para avicultura; quatro(04) laboratórios: que são assim distribuídos: um (01) Laboratório de Química e Biologia; um (01) Laboratório de Agroindústria e Física; um (01) Laboratório de Sementes; um (01) Laboratório de Análise de Solos. Seguem abaixo algumas fotos dos espaços do Campus Novo Paraíso:



Figura 1 -Alojamento escolar.



Figura 2 - Laboratório de Química e Biologia.

A figura 1 refere-se ao alojamento escolar, verifica-se a densa área florestal que está inserida por trás das construções da estrutura física do Campus Novo Paraíso, estes espaços são destinados aos alunos do curso subsequente em Técnico em Agropecuária na metodologia da alternância no qual há dois (2) alojamentos, onde possui duas (2) turmas: uma feminina e outra masculina, que passam quinze (15) dias de forma alternada no tempo escola, e os outros quinze (15) dias no tempo comunidade (em suas propriedades, lotes, sítios ou fazendas).

Para conhecimento, por exemplo, na biblioteca em funcionamento desde 2010, tem um acervo em torno de um mil e quatrocentos (1.400) livros cadastrados e três mil (3.000) para serem catalogados. Lá na biblioteca há ambiente de consulta local, uma sala com computadores disponíveis aos alunos realizarem consulta virtual, uma sala de estudo individual e um salão de estudo coletivo.

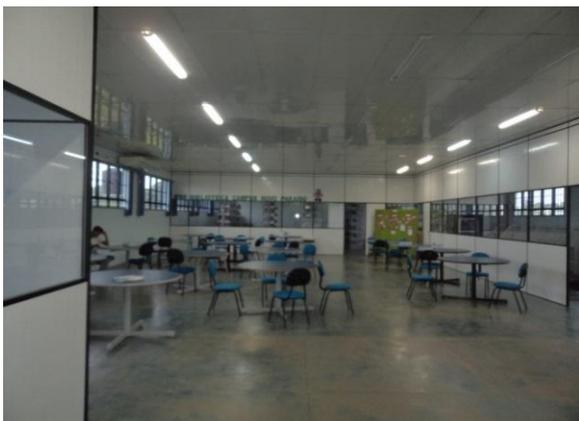


Figura 3 – Biblioteca.



Figura 4 - Laboratório de Informática.

Além disso, no Campus há duas (02) casas para servidores (que são destinadas para aqueles servidores que vem de passagem pelo Campus sem recebimento de diárias, os quais poderão ficar hospedados lá). Há também casa de repouso que é para os servidores descansarem no intervalo do almoço, mas poucos servidores utilizam.

Sobre a quantificação populacional do entorno desse campus, Carneiro e Gomes (2010, p. 2) assim se referem:

O IFRR/Campus Novo Paraíso tem uma área de abrangência, que permite o acesso aos seus cursos e atividades de estudantes filhos de agricultores e proprietários rurais residentes e demais moradores de 06 pequenos municípios do estado, que juntos perfazem um total de 78.212 habitantes, conforme especificação a seguir: São Luiz, com 6.750, São João da Baliza, com 6.769, Rorainópolis, com 24.279, Caroebe, com 8.114, Caracarái, com 18.398 [...].

Segue abaixo o mapa do Estado de Roraima, no qual se pode visualizar onde esses municípios estão localizados ao Sul do Estado de Roraima, no qual são atendidos pelo Campus Novo Paraíso:



Figura 5 - Mapa Político de Roraima.
 Fonte: Disponível em: www.opoliglota.com.br

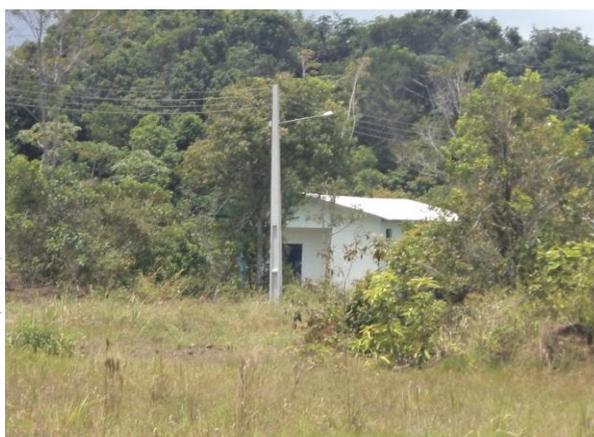


Figura 6 – Aprisco.

O Estado de Roraima é a menor economia do Brasil, mas no que diz respeito a qualidade de vida não acompanha esse número, no resultado do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) apresentando pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD) embasado nos dados do IBGE (2010), anteriormente

estava em 12º, Roraima agora está numa na colocação média entre os outros estados do Brasil, pois ocupa a 13ª posição a nível nacional com o índice do IDHM de 0,707, sendo abaixo da média nacional que consiste em 0,730.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede três dimensões que são a educação, renda e saúde, o qual o resultado varia de 0 a 1, quanto mais perto do 1, melhor é esse índice. Dentre estes fatores, o Estado de Roraima se saiu melhor no quesito longevidade, com o índice de 0.809 (IBGE, 2010).

Quanto à caracterização da população residente no entorno do Campus, Silva (2008, p. 34), a descreve como:

[...] Uma comunidade rural constituída por pequenos proprietários rurais assentados em projetos de colonização, originários do fluxo migratório, principalmente entre as décadas de 70 e 80. Sendo em sua maioria pobres que, em seus lotes, doados pelo INCRA ou pelo Governo do Estado de Roraima, constroem seus casebres.

Assim, em sua maioria vivem as populações das zonas rurais de Roraima, elas não têm um nível social elevado, a grande parte produz para o seu próprio sustento e o excesso vende nas feiras, além de terem dependência do Governo do Estado de alguns programas tais como: o vale solidário (é concedido mensalmente, o beneficiário recebe um cartão que dá direito para a família carente sacar 120 reais para comprar alimentos), o prócusteio (que refere-se a uma ajuda financeira no valor de 500 reais por bimestre para o agricultor comprar algum utensílio, objeto, insumo para o seu lote).



Figura 7 - Saída dos discentes no hall de entrada.



Figura 8 - Espaço de convivência no CNP.

Segundo Amaral et al. (2011,p. 10) o Estado de Roraima teve um grande crescimento real da Região Norte em 2008 (7,6%) “ influenciado pela produção de arroz na agricultura, pela construção civil (21,8%) e pela indústria de transformação, principalmente os segmentos de alimentos e bebidas (14,9%) e produtos de madeira, exclusive móveis (24,4%) [...]”.

O Estado Roraima é um estado pequeno sua população é de 450.479 habitantes, a população em idade escolar compreende um total de 139.816 pessoas, o último dado do PIB (R\$ 1.000,00) é de R\$4.889,3002,00 (2008).

A renda média dos roraimenses gira em torno de R\$ 556,00 (2010). Os dados relativos à educação apontam que a taxa de analfabetismo na faixa etária de 10 a 14 anos corresponde a 2,7 %, e de 15 anos ou mais a 9,6 % (IBGE, 2010).

O Produto Interno Bruto (PIB) de Roraima em 2010 apresentou um alto crescimento comparado aos anos anteriores, o crescimento se deu em volume de 9,6%, ficando em quinto lugar com maior elevação da Região Norte. Para se entender esse desenvolvimento dos anos de 2001 a 2010 o crescimento anual foi de 6,6%.

Entretanto, esse índice de crescimento não elevou a classificação no ranking nacional, pois Roraima continua na 27ª colocação. Assim, as últimas pesquisas revelaram que o número do PIB roraimense em 2010 foi de R\$ 6.341 milhões, representando quase a 0,17% do PIB nacional (TÉRCIO NETO, 2012).

Ainda na discussão do autor supracitado, cabe esmiuçar a composição do PIB da participação dos setores que a compõe.

Assim, o setor primário, a agropecuária, teve um aumento de 4,1%, correspondendo a 4,7% do valor acrescentado ao bruto em 2010, apresentando uma melhora no desempenho, já que em 2009, houve uma significativa queda de -8,1%.

No entanto a isso, segundo um estudo da Secretária do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima-SEPLAN em 2011, a agropecuária está em último lugar do setor produtivo, no qual o setor primário representa 5,6% no valor adicionado do Produto Interno Bruto-PIB do Estado de Roraima.

Para se compreender o leque de entidades que lidam com a agropecuária, temos Segundo Arantes e Silva (2013) as cooperativas agropecuárias na região Sul do Estado de Roraima correspondem à tabela abaixo:

Tabela 2 - Cooperativas Agropecuárias no Sul do Estado de Roraima.

Nº	Nome da entidade	Sigla	Data de criação	Município
01	Coop. dos Produtores Rurais de Roraima	COOPERAIMA	18/11/2003	Caracarái
02	Coop. De Agricultores e Agricultoras do Cujubim/Caracarái	CAPAC	11/12/2006	Caracarái
03	Coop. Agropecuária de Aquicultura do Estado de Roraima	COOPERAQUI	08/02/1998	Caracarái
04	Coop. dos Produtores Rurais do Município de Caracarái	COOPRUMUC	21/06/1995	Caracarái
05	Coop. Agropecuária de Agricultores e Agricultoras Familiares de Caroebe	COOPARFAC	18/10/2004	Caroebe
06	Coop. Mista Agroextrativista do Xixau	COOPXIXUAU	01/02/2010	Rorainópolis
07	Coop. de Produção de Banana de Nova Colina	COOPROBLAC	15/01/2004	Rorainópolis
08	Coop. dos Produtores de Leite do Município de Rorainópolis	LEITE RLIS	03/08/2010	Rorainópolis
09	Coop. Mista dos Pequenos Pecuaristas da BR 210	COOMPPECS	04/09/1992	São João da Baliza
10	Coop. Agropecuária e Agroindustrial Sul de Roraima	COOPERSUL	21/01/2010	São Luiz

Como pode ser observada, a grande quantidade de cooperativas, estão concentradas nas cidades mais desenvolvidas e populosas; Caracarái com quatro (04) cooperativas e Rorainópolis com três (03) cooperativas, e com variedade de fins, temos cooperativas de agropecuária e agroindústria, de produtores rurais de pecuarista, de produtores de leite, banana, de aquicultura, de produtores da agricultura familiar.

Já o setor secundário que compreende a construção civil, extração mineral, transformação, e serviço de utilidade pública, teve o melhor destaque entre os demais setores com expressivo crescimento, com participação de 13,2% e com taxa de volume de 14,6%. Este desempenho está atrelado com o intenso aumento da construção civil (21,1%), bem como, da atividade de extração mineral de minérios não metálicos que aumentou em 45,9%.

O setor terciário compreendido no Estado permanece com a predominância do crescimento econômico do Estado de Roraima, nesse contexto, explica Tércio Neto (2012, não paginado):

O setor de serviços, com participação de 82,2 %, cresceu 9,6% em relação a 2009, em termos de reais. A administração, a saúde e a educação pública e seguridade social continuam sendo a principal atividade econômica do estado (e do setor de serviços), participando com 49,7% do valor adicionado bruto em 2010, contra 47,8% em 2009, obtendo crescimento em volume de 5,9 %. O comércio, por sua vez, foi a segunda principal atividade de serviços no estado (e da economia total) e, em 2010, teve crescimento expressivo de 23,6%.

Dadas às condições favoráveis climáticas, as características dos solos dos municípios da Região Sul do Estado de Roraima propicia o cultivo de inúmeras culturas, tais como: café, cacau, cana-de-açúcar, arroz, feijão, milho, mandioca, laranja, tubérculos, banana, pastagens, cultivos de ciclo curto (maracujá, abacaxi, melancia e outros) e de cultivos permanente (cupuaçu, coco, cítricos e outros). Assim, a maioria dos municípios tem a combinação de fatores físicos e econômicos sendo baseada em cultivo de rápido retorno, por exemplos vamos citar alguns municípios que fazem parte do Sul do Estado de Roraima.

Assim, o IFRR está atento à caracterização regional e à demanda do arranjo produtivo local, o Campus Novo Paraíso com os seus cursos têm como objetivo principal a formação integral do Técnico em Agricultura e Agropecuária para que o mesmo possa atuar de forma proativa, perfeitamente, inserido no contexto local contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico e social da propriedade familiar e/ou da região, bem como para a melhoria da qualidade de vida de sua família e da comunidade local (IFRR, 2012).

2.3 O Processo Histórico do Ensino Médio Integrado

A Educação profissional e o Ensino Médio são temáticas muito em voga na sociedade brasileira, e um fato que contribui para isso, refere-se à expansão da Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica, no qual têm sido inauguradas novas instituições e ampliado à oferta de cursos técnicos integrados, cursos subsequentes, tecnólogos e licenciaturas. O instrumento legal que trouxe novamente a possibilidade de integração do Ensino Médio com a formação profissional foi o Decreto nº 5.154/04.

Neste sentido, Souza (2010, p.63) enfatiza que “pode se verificar que historicamente a linha central das políticas para o ensino médio tem sido organizada em torno da relação capital e trabalho, atendendo em geral os interesses do capital”.

Diante disso, as perspectivas deste investimento têm variáveis diversas, nas discussões de Ciavatta e Ramos (2011, p. 31) a finalidade dessas “[...] função formativa esteve sempre, historicamente, subsumida ao caráter economicista da educação, que se tornou hegemônico na modernidade”.

Atualmente, observa-se que as políticas de ensino médio nos diversos Estados possuem aspectos em comum, tais como: diretrizes e materiais curriculares, programas de recuperação e enriquecimento da aprendizagem e outros, são ações restritas para alcançar metas escolares no sentido de cumprir estatísticas, bem como, se destacar como uma das melhores escolas com o excelente desempenho dos discentes aprovados em provas nacionais, como por exemplo, o ENEM, o que pode distanciar a gestão escolar de outras ações importantes, por exemplo, não se preocupando em desenvolver projetos e pesquisas que enfoquem as relações com a sociedade, e as suas diversas interfaces, sociais, culturais e econômicas (NEUBAUER et al., 2011).

A LDB atual tem atrelado ao Ensino Médio o papel de preparar para o mundo de trabalho, bem como, para prosseguir nos estudos. No entanto, segundo Melo et al. (2009):

A definição de sua concepção é um problema político, porquanto o acesso ao nível médio e a natureza da formação por ele oferecida-propedêutica ou profissionalizante- inscrevem-se no âmbito das relações de poder típicas de uma sociedade dividida em classes sociais. É nesse contexto que se atribui ou o exercício das funções intelectuais e dirigentes.

Nesse sentido corrobora Oliveira (2009, p.53) “cada vez mais, a luta política por um Ensino Médio que objetive a formação “integral” dos educandos, impõe-se como necessária e consequente”. Noutro aspecto a mesma destaca que é necessário que haja um projeto educativo que nasça do pensamento comum, possa reunir as ações coletivas que possam fazer com que o poder público garanta o acesso ao ensino possa oportunizar idem (2009, p. 53) “uma formação que contribua para a emancipação da classe que vive do trabalho”.

Por outro lado, CÊA (2006, p. 14) faz crítica ao Ensino Médio Integrado por ser a oferta “desintegrada da formação profissional”, assim a caracteriza como sendo:

O ‘ensino médio integrado’, mais que uma nova expressão cunhada pelo decreto nº 5.154/2004, representa, de fato, uma significativa oportunidade de formação para o trabalho, organicamente articulada à elevação dos níveis de escolaridade, possibilidade retirada do horizonte da grande massa de trabalhadores entre 1997 e 2004 [...] faceta renovada de uma política que reedita o pragmatismo da educação profissional voltada para as necessidades emanadas do mercado.

Assim, o ensino médio integrado tem duas direções de formação: uma para formação geral e a outra para formação profissional, para tanto, é preciso que a integração preconizada no curso tenha a interação de todos os aspectos da vida, do trabalho, a ciência e a cultura no processo formativo, embasada no horizonte de formação que propicie conforme Ciavatta e Ramos (2011, p. 31) “a formação politécnica e *omnilateral* dos trabalhadores e tendo como propósito fundamental proporcionar-lhes a compreensão das relações sociais de produção e do processo histórico e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas”.

No tocante a educação politécnica está relacionada “[...] pelo domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas” com o intuito primordial de historicizar o ensino em todos os seus aspectos, incluindo o conhecimento técnico no curso do desenvolvimento das sociedades, o que propiciará um entendimento crítico do seu real significado (SAVIANI, 2009).

O Ensino Médio Integrado sem dúvida tem muito a contribuir, desde que seja um anseio do discente, e não uma imposição. A expansão da Educação Profissional com a democratização da oferta de vagas para cursos técnicos a cursos superiores tem proporcionado a inúmeros discentes que antes eram alijados desse direito, uma educação

diferenciada, pois ela trouxe para áreas interioranas cursos técnicos e superiores que antes as instituições eram direcionadas para as capitais e regiões litorâneas (TAVARES, 2012).

Nesse contexto, Ciavatta e Ramos (2011,p.35) destaca a visão que alguns setores sociedade têm sobre a temática:

[...] os segmentos da sociedade que veem positivamente o ensino médio integrado à educação profissional tendem a coincidir com aqueles que dependem da oferta pública da educação básica. Diante da baixa qualidade da oferta, a educação profissional não deixa de ser uma alternativa de funcionalidade do ensino, no sentido de proporcionar uma suposta facilidade de ingresso no mercado de trabalho. A oferta concomitante e subsequente da educação profissional não deixa de seguir a mesma lógica.

Portanto, para que se vivencie e usufrua uma educação efetiva alguns fatores são importantes para oportunizar uma escola que tanto ofereça a formação profissional como a integração do ensino médio, para isso se requer segundo Oliveira (2009, p. 53) “repensar da infraestrutura, do currículo, da valorização dos profissionais da Educação entre outros”.

3 **CAPÍTULO III – CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO RURAL NO SUL DE RORAIMA**

A discussão por uma Educação do Campo nasceu de intensos debates do Iº Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), que aconteceu em julho de 1997, na Universidade de Brasília, depois deste aconteceram outros eventos, a saber, a I Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, que ocorreu em Luziânia, Goiás, no período de 27 a 30 de julho de 1998, que fez surgir a nomenclatura “Educação Básica do Campo”

Logo em seguida, muda-se o termo para Educação do Campo segundo Caldart (2012, p.258) começa a ser usada no início das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro de 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates II Conferência Nacional de Educação Básica do Campo em 2004.

Segundo Caldart (2009, p. 41) conceitua o termo Educação do Campo como sendo:

Na sua origem, o ‘o do’ da Educação *do* campo tem a ver com esse protagonismo: não é ‘para’ e nem mesmo ‘com’: é *dos* trabalhadores, educação *do* campo, *dos* camponeses, pedagogia *do* oprimido... Um ‘do’ que não é dado, mas que precisam ser construídos pelo processo de formação dos sujeitos coletivos, sujeitos que lutam para tomar parte da dinâmica social, para se constituir como sujeitos políticos, capazes de influir na agenda política da sociedade. Mas que representa nos limites ‘impostos pelo quadro em que se insere’, a emergência efetiva de novos educadores, interrogadores da educação, da sociedade, construtores (pela luta/pressão) de política, pensadores da pedagogia, sujeitos de práticas.

Ainda com base nos pressupostos da autora supracitada, por Educação do Campo têm-se alguns desafios no tocante as políticas neoliberais que influem na educação e agricultura. Assim, uma das defesas dos movimentos sociais do campo pela Educação do Campo, consiste na discussão sempre adiada no decorrer da história do Brasil da efetiva universalização do direito a educação básica.

No contexto atual do campo, segundo Caldart (2010) é caracterizada por:

[...] por fortes contradições decorrentes da expansão das relações capitalistas na agricultura acirram o contraponto entre lógicas ou modos de produção agrícola. Trata-se da polarização entre a agricultura voltada para a produção de alimento (lógica do trabalho para reprodução da vida) identificada como agricultura camponesa, dada sua forte ligação com o modo camponês de fazer agricultura-, e a agricultura voltada para o negócio, sobretudo para produção de commodities (lógica do trabalho para reprodução do capital) chamada de agricultura capitalista ou de agronegócio, ou, ainda de agricultura industrial, dada a sua subordinação à lógica de produção de indústria.

Diante desse cenário, a educação do campo tem ganhado bastante enfoque, por meio das discussões nos debates das políticas educacionais brasileiras, no que tange ao seu desenvolvimento nos últimos anos, pois ainda prevalece o êxodo rural, que começou no século XX, com boom nas décadas de 60 e 70. Hoje não é diferente, tal fato é reflexo da inviável agricultura familiar e crescimento do agronegócio com o cultivo para a exportação (VENDRAMINI, 2007).

Há alguns problemas graves no campo que possivelmente leve ao êxodo rural, por exemplo, em função da modernização da agricultura vai gerando mais concentração de renda, bem como, a desigualdade social do campo. Nesse contexto, Santos e Mardel (2011, p. 46) declaram que “[...] a realidade da educação para o mundo rural está imersa em utopias, exclusões e desigualdades”.

No que tange a escola rural Teixeira e Coutinho (2009, p.7) se apropriam da ideia de Althusser (1985) que consiste em dizer que a escola propaga as regras, os bons costumes, isto é o comportamento que toda pessoa deve seguir neste sistema capitalista. E assim destacam:

[...] a escola rural pode ser compreendida como um aparelho ideológico do Estado na medida em que difunde saberes que enquadram sujeitos do campo de acordo com a função que exercem no processo de produção no campo, difundindo ideias, concepções, gostos, crenças e categorias do conhecimento alheio a história, aos anseios e às necessidades do trabalhador do campo.

Diante de tal proposição, percebemos que a escola tem proporcionado uma educação não somente voltada para a perspectiva mais técnica, mas também humana. A educação de qualidade deve chegar à zona rural, pois está expresso no artigo 205 da Constituição Federal que a Educação é dever do Estado e da família.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim, embora seja um direito social, ainda existem muitas desigualdades educacionais em especial no campo, onde as dificuldades são maiores por falta de políticas públicas efetivas que cheguem a essas populações tão sofridas.

No que tange a essa insuficiência dos direitos, Costa (2012, p.418) ressalta que “o neoliberalismo consegue impor suas políticas antidemocráticas, a partir do momento em que desintegra culturalmente a possibilidade de existência do direito social, além de um aparato institucional que tenda a garantir a concretização de tal direito, firmado pela escola pública”.

Nesse contexto, Duarte (2007, p.708) discute sobre no artigo intitulado “Educação como um direito fundamental de natureza social”, o qual apresenta as implicações sobre as medidas que o Estado deverá adotar para satisfazer os entraves desse direito. Nessa discussão a mesma conclui que:

[...] A tarefa de concretização do direito educacional, é possível afirmar que o Estado deve aparelhar-se para fornecer a todos, progressivamente, os serviços educacionais mínimos. Isso significa reconhecer que o direito à educação só se efetiva mediante o planejamento e a implementação de políticas públicas. Em outras palavras, a satisfação do direito não se esgota na realização do seu aspecto meramente individual (garantia de uma vaga na escola, por exemplo), mas abrange a realização de prestações de natureza diversa por parte do poder público, num processo que se sucede no tempo.

Diante disso, que a educação voltada para as populações do campo não deva ser ofertada tão só para cumprir estatísticas, no qual a oferta de cursos e o diálogo com a comunidade no desenvolvimento dos mesmos não ocorre, pois é preciso que as populações do campo participem das escolhas dos cursos inseridos no meio em que vivem. Assim, que

venha ser de fato uma educação do campo e não uma educação imposta, de cima para baixo, pois estas populações anseiam melhores condições de vida, e o ensino e a aprendizagem podem oferecer inúmeras possibilidades de ascensão social. Nessa discussão, contribui Caldart (2003, p. 64):

Não há escolas do campo num campo sem perspectivas, com o povo sem horizontes e buscando sair dele. Por outro lado, também não há como implementar um projeto popular de desenvolvimento do campo sem um projeto de educação, e sem expandir radicalmente a escolarização para todos os povos do campo. E a escola pode ser um agente muito importante de formação da consciência das pessoas para a própria necessidade de sua mobilização e organização para lutar por um projeto deste tipo.

Assim, se a escola ignora as desigualdades culturais entre as crianças de diferentes classes ao transmitir os conteúdos tais como: métodos, técnicas, utilizando critérios de avaliações que favoreçam os mais favorecidos e detrimento aos menos desfavorecidos, reproduzindo uma falsa educação, isto é, tratar os discentes além das desigualdades que sejam como se fossem iguais em direitos e deveres, só irá manter as desigualdades existentes (CATANI, 2002).

Portanto, a Educação do Campo requer atenção das políticas públicas para que possam não só ter a disposição de uma formação profissional, mas também uma formação humana que dê condições para os discentes poderem ter o pensamento crítico e reflexivo.

3.1 EDUCAÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO SUL DE RORAIMA

A Educação Agrícola na sua forma profissional tem mudado a rotina dos discentes, advindo das cidades rurais, pois para a grande parte dos municípios nos espaços rurais, enfrentam diversos entraves tais como: infraestrutura deficiente, bem como, más condições de vida, saneamento básico, opções de lazer e entre outros bem reduzidos que nos espaços urbanos são mais.

Nesse contexto Peripolliet al. (2011, p. 11) asseveram que:

O cultivo desta imagem negativa, estigmatizada do campo, tem resultado, na prática, na oferta de políticas compensatórias, materializada em uma educação de baixa qualidade, em decorrência da contratação de professores sem qualificação adequada (“leigos”), veiculada em estruturas físicas precárias (barracões), transporte (sucateado), métodos e conteúdos adaptados do meio urbano, distante das preocupações e necessidades dos alunos e da comunidade camponesa, o número ainda significativo de analfabetos no campo vem confirmar isso.

Assim, as características supracitadas que atingem essas localidades, trazem para ela o estigma que o desvaloriza, no qual muitos aprendem que o rural é atrasado e urbano é evoluído. No entanto, na zona rural é possível observar inúmeros avanços com a produção agrícola, mas estes avanços são mais notáveis para os proprietários de terras mais favorecidos, enquanto que os menos favorecidos, os pequenos agricultores, por exemplo, por falta de condições financeiras sofrem para manter o seu cultivo.

Diante desse cenário, convém destacar as características apontadas das cidades no entorno do CNP-Campus Novo Paraíso, que foram identificadas por meio das

potencialidades e fragilidades das populações atendidas nos Campi do Instituto Federal, por meio da Coordenação do Observatório do Mundo do Trabalho, ligada a Pró-Reitoria de Extensão do IFRR, que fizeram visitas técnicas no entorno do Campis do IFRR, para identificar as várias nuances que permeia a sociedade local. Assim, em agosto de 2011 foi divulgado o relatório da visita técnica no entorno do Campus Novo Paraíso, que segue abaixo um breve resumo de vital importância para entendermos o desenvolvimento socioeconômico dos municípios atendidos pelo Campus.

Com base nas informações apontadas da equipe de servidores da Comissão Observatório do Mundo do Trabalho do IFRR, que é realizada por meio de visitas técnicas e entrevistas, no caso do Campus Novo Paraíso, este trabalho ocorreu no período de 01 a 04 de agosto de 2011, nos seguintes municípios: Caracaraí, Rorainópolis, São Luiz, São João da Baliza e Caroebe, a finalidade deste trabalho consistiu em levantar informações destes municípios nas seguintes áreas: social, econômica, recursos naturais e educação.

Nessa perspectiva, buscou-se com esse trabalho dados para subsidiar o IFRR nas estratégias de realização de política de ensino, pesquisa e extensão e quais demandas que a sociedade requer da instituição (IFRR/Campus Novo Paraíso). Assim, destaca-se abaixo os principais resultados deste levantamento que nos ajudam a compreender melhor as principais peculiaridades que estão imergidas os municípios ao redor do Campus Novo Paraíso.

Assim, na mesorregião Sul, há duas economias fortes, isto é, a segunda e terceira economia do estado de Roraima que são respectivamente: Rorainópolis e Caracaraí, no qual todos os municípios apresentam o ramo da agricultura com uma fonte na economia, mas não a principal, pois os municípios são totalmente dependentes de recursos federais para o seu desenvolvimento econômico.

No entanto, na grande proporção dos municípios do entorno do Campus Novo Paraíso, são em sua maioria muito dependentes de repasse de recursos federais para a subsistência e geração de renda, no qual consiste seu aporte financeiro necessitam mais de 50 % do orçamento da Administração Pública para poder sobreviver como município.

As escolas públicas estaduais e municipais do Estado encontram alguns óbices, tais como, as condições precárias de instalações e infraestrutura, estradas, acesso. Nesse contexto, enfatiza Oliveira (2008, p.48):

Observa-se uma realidade marcada por escolas sucateadas, professores mal pagos e em número insuficiente, ausência de bibliotecas, déficit no número de carteiras, problemas com iluminação, falta de água potável, infraestrutura precária etc. Problemas que enfrentam as escolas públicas brasileiras e que levam os alunos a chegarem ao final da educação básica em condições extremamente deficitárias, seja para disputar um emprego ou para continuar seus estudos.

Nesse sentido, isso pode ser notado quando se denega o total descaso em que as escolas estão, quando não se valoriza os profissionais da educação, em especial os docentes, que possuem baixos salários. Diferente desta realidade, o Campus Novo Paraíso apresenta vários aspectos positivos, como por exemplo, a estrutura física é bem ampla, com diversos espaços pedagógicos para uma boa aprendizagem.

A economia imperante em todos os municípios atendidos pelo Campus Novo Paraíso, é denominada de “contra-cheque”, que consiste na renda advinda do serviço público, ou seja, são os concursados, empregados públicos, contratados, das três esferas de governo: federal, municipal e estadual que faz com que a economia sobreviva.

No município de Caracarái segundo a pesquisa, verificaram-se os seguintes problemas: na assistência técnica e extensão rural, na comercialização dos produtos primários, no êxodo rural, nos programas de inclusão, difusão de tecnologia e qualificação de mão-de-obra jovem.

Já no município de Rorainópolis, apesar de ter na sua economia grande participação do setor público este se destaca no dinamismo econômico, em especial na indústria extrativa vegetal e mineral.

Segundo os principais movimentos sociais estabelecidos nos municípios rorainopolitanos, a saber, a Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (ADLIS) e a Central de Organizações Rurais de Rorainópolis, destacaram que as principais deficiências presente no município são: há falta de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável e uma política de Estado para a agricultura familiar.

Diante desses relatos percebemos que há falta dessas políticas tornam onerosos os esforços e investimentos nesse seguimento, ou seja, o desenvolvimento agrícola, embora se busque a profissionalização de jovens para atuarem nesse mercado, é muito provável que tal fato possa provocar neles um descrédito em prosseguir a profissão, já que não há muito incentivo e políticas públicas para isso, assim eles desencorajados a prosseguir neste campo, possivelmente irão buscar uma nova oportunidade em outra área.

No município de São Luiz além da economia do “contracheque”, este se destaca no seguimento da agricultura na produção de banana e laranja. Todavia, esbarra-se na barreira fitossanitária devido ao cancro cítrico, doença que acomete as plantas frutíferas, outro problema que prejudica o desenvolvimento agropecuário refere-se: a comercialização e beneficiamento, a falta de estrutura básica para realizar o manuseio de produtos agropecuários.

Os municípios de Rorainópolis e São Luiz a pecuária é semiextensiva, comprometendo áreas de grande potencialidade voltadas para lavouras de maior valor comercial como, por exemplos: a soja, cacau, cana-de-açúcar, entre outras, além de uma diversidade de frutas.

Nesse sentido, a pecuária semiextensiva caracteriza-se conforme registra Mattos et al.(2010, p.154):

[...] pela utilização de práticas de manejo como rotação de pastagens, mineralização do rebanho e recuperação de pastagens. [...] são formadas normalmente em solos com baixa fertilidade e que utilizam o sistema de corte e queima com frequência.

Além disso, no município supracitado, outro problema, refere-se a falta de oferta do primeiro emprego para o jovem, pois o poder público municipal não tem condições de absorver essa mão de obra, o que leva os jovens a saírem do campo, para outras cidades mais desenvolvida economicamente, como por exemplos a capital Boa Vista ou Rorainópolis.

No município de São João da Baliza, verificam-se as potencialidades na agricultura familiar na fruticultura da banana e na silvicultura da castanha do Brasil, a pecuária de corte. No entanto, há uma carência de profissionais na agricultura mecanizada, de profissionais na área de saúde e educação, mas se aposta que com a vinda da Universidade Estadual de Roraima no município estes dados possam ser alterados, no período estava em planejamento, hoje já existe um polo de extensão da Universidade citada.

No município de Caroebe, cerca de 65% de sua economia é representada pelo setor público, o principal produto agrícola é a banana. Segundo informações obtidas com o prefeito do município Sr. Paulo Ortiz (2011), há uma precariedade na qualidade de ensino em virtude da má conservação das vicinais e da BR 210 que prejudicam o acesso dos alunos ao sistema oficial de ensino. As carências do município são: de profissionais veterinários e agrônomos. Os principais problemas informados são: na saúde, na assistência técnica e extensão rural e base de serviços para apoio à agricultura familiar.

Além disso, no município de Caroebe a pecuária predomina na criação do gado leiteiro. Nesta mesma localidade o extrativismo vegetal está voltado para a exploração de castanha do Pará, e as árvores para extração de madeiras: angelim, louro, roxinho, cupiúba e maçaranduba.

Nos municípios apresentados acima, apresentam em comum, deficiências no que tange a precariedade das vicinais, tal como a vicinal 210, bem como, a BR 174 e principal via de acesso para capital Boa Vista e Manaus que emperra no escoamento da produção agrícola, levando a evasão do agricultor familiar devido à falta de infraestrutura.

Portanto, com base no relatório supracitado, é clarificado que os municípios apresentam diversos problemas, um dos quais está relacionado com as carências profissionais especializados nas áreas de agropecuária, outro trata-se sobre o êxodo rural, já que este fenômeno vem ocorrendo com mais frequência nas cidades de Caracaraí, Rorainópolis, São Luiz para a capital Boa Vista.

Diante disso, para atenuar essas demandas e deficiências o IFRR tem se planejado, para que os discentes possam futuramente ser inseridos nas lacunas existentes, e possam contribuir para o desenvolvimento local, já que a Educação oferecida no IFRR-Campus Novo Paraíso é ofertada com qualidade para que estes alunos aprendam e possam ser inseridos no mercado de trabalho ou possam galgar outros níveis de ensino, por exemplo o ensino superior.

3.2 O Contexto Social e Econômico de Roraima e do Entorno o Campus Novo Paraíso

O IFRR-Campus Novo Paraíso está situado na BR-174, km 512, na Vila de Novo Paraíso no município de Caracaraí-Roraima, o mesmo faz parte do Instituto Federal de Roraima, sendo o primeiro Campus do IFRR inaugurado na zona rural.

A realidade econômica e social do entorno do IFRR-CNP, encontra-se cenário das políticas públicas, a ferramenta, o Plano Plurianual de Trabalho (PPA) que compreende quatro anos de organização e destinos dos objetivos e metas traçados para o alcance dos objetivos da coletividade, o atual PPA corresponde ao período de 2012 a 2016.

Nesse sentido, o governo do Estado de Roraima, bem como a prefeitura de vários municípios das zonas rurais, tem realizado concursos públicos para professor, principalmente a partir do ano 2000, visando efetivar seus quadros docentes com a formação preconizada pelas Leis e Bases da Educação; todavia, nas áreas de vicinais e vilas mais afastadas, as precárias condições de vida não favorecem a permanência de docentes qualificados com suas famílias, que tão logo conseguem, são removidos para trabalhar na capital do estado, Boa Vista (FREITAS, 2001).

Nesse contexto, conforme Carneiro e Gomes(2010), os maiores números de assentamentos rurais estão localizados no sul e sudeste de Roraima, sendo que há diferenças quanto à extensão territorial e capacidade de assentamento, no entanto, esses assentamentos têm como característica comum, serem edificadas nas mediações das rodovias, como por exemplo no Sul do Estado de Roraima, temos duas: a BR 174 e 210.

Os assentamentos dividem-se em lotes que gira em torno de 50 a 100 hectares de terras, no começo o povoamento a distribuição dos lotes cabia ao INCRA, hoje além desse, temos o Instituto de Terras de Roraima-ITERAIMA.

No que diz respeito sobre a relação trabalho/produção em Roraima conforme Rocha (2011, p.4) “[...] o que predomina nas categorias: posseiro, proprietário, assalariado e arrendatário, especialmente no Estado de Roraima predominam a condição de proprietário do lote”.

Lopes (2009) esmiúça que o ramo da agricultura de Roraima como predomínio incipiente, sendo caracterizado “com baixo padrão tecnológico e pequeno emprego de capital”, onde o cerne desta produção está concentrado na zona florestal e em especial ao longo da BRs 174 e 201, situação que não é diverge nos assentamentos.

Vale ressaltar, a produção agrícola de Roraima, encontra dois óbices para ampliar uma produção sustentável que são: a distribuição de terras e a indefinição na regularização destas, além disso, a superfície de Roraima representa 22.429.898 ha de terras, mas só 42 % desta área é propícia para agricultura, pois as demais terras, possuem algum empecilho para o cultivo tais como: ocupação de humanos, locais inadequados, pedregosas ou pantanosas, áreas de conservação de reserva legal e outros espaços de preservação permanente(BAÚ, 2011).

No estado de Roraima a indústria é incipiente, e a oferta contínua de cursos técnicos, em ligação com a principiante economia local, leva a abarcar rapidamente as vagas disponíveis para o Técnico em Agropecuária, e logo em seguida resta o desemprego.

No contexto do dia-a-dia, os agricultores passam por dificuldades, tais como: para ter acesso até a cidade, a capital, isto é, para fazer compras nos supermercados, na casa de venda de produtos agropecuários, e outros estabelecimentos comerciais, os produtores enfrentam dificuldades para se locomoverem, pois as estradas, as vicinais como são denominadas, estão em péssimo estado de conservação, essas dificuldades mais presentes nelas que nas BRs.

Nesse sentido, há nas vicinais muitas pontes de madeira que estão em estado precário, danificadas, e improvisadas com outras madeiras pelos próprios produtores para não cair, na maioria os colonos Reyes e Seabra (2012, p.107)“possuem apenas uma moto como modo de locomoção, desta forma não contribuindo para o escoamento da produção reduzindo assim a possibilidade de crescimento de cultivo”.

Portanto, ainda são incipientes as pesquisas na área agropecuária da região Sul de Roraima, o que levou a comissão a fazer este estudo, também no que se refere as pesquisas e fontes de dados que tratem sobre a agricultura familiar dos agricultores da região nos lotes de assentamentos de Roraima.

3.3 A Realidade Sócio Econômica dos Descendentes do IFRR Campus Novo Paraíso

O IFRR- Campus Novo Paraíso por meio da Coordenação de Assistência ao Estudante realizou um levantamento de informações junto aos discentes matriculados, a fim de verificar a realidade socioeconômica vivenciada do público-alvo atendida nos cursos técnicos e Ensino Médio Integrado do Campus Novo Paraíso.

O público-alvo atendido são discentes, adolescentes e jovens oriundos dos cinco municípios, a saber: Caracaraí, Caroebe, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz. Desse levantamento realizado pela Coordenação de Assistência ao Estudante foram pesquisados por meio de entrevistas dos 269 (duzentos e sessenta e nove) o universo de 83,27 % dos discentes regularmente matriculados e ativos do Campus Novo Paraíso em 2012. No que se aduz sobre a idade escolar dos alunos, observou-se com a pesquisa que 75% estão na faixa etária de 14 a 19 anos. Evidenciando que essas populações de estudantes estão na idade-série ideal.

De acordo com as informações colhidas no relatório trimestral de outubro a dezembro de 2012 realizado pela CAES. A Coordenação de Assistência ao Estudante fez o levantamento por meio de questionário semiaberto com os discentes de todas as turmas, o qual foi possível traçar o perfil sócio-econômico e educacional dos discentes do Campus Novo Paraíso. Assim, por meio dos resultados obtidos é possível identificar as necessidades de ações e políticas sociais para os discentes, bem como, oferecer respostas para implementar um planejamento futuro para as demandas identificadas.

Assim, com bases nos dados fornecidos por aquela coordenação, os alunos do Campus Novo Paraíso possuem a faixa etária de idade predominante de 15 a 17 anos que corresponde a 42%, em segundo lugar com 23% das idades de 18 a 19 anos, em terceiro lugar 17% de 20 a 24 anos, em quarto lugar 10 % até 14 anos, em quinto lugar com 7% discentes de 25 a 29 anos, 1% de 40 a 49 anos.

Como se observa, a maioria é menor logo não trabalham, só estudam, ou seja, são sustentados pelos pais e assim possuem mais facilidades para os estudos, ou seja, mais tempo para se dedicar aos estudos. Assim, esse dado é importante, pois os discentes passam quase que o dia todo na escola, pois as aulas iniciam às 8h às 12h e das 14h às 17h10, mas antes tem o tempo de deslocamento que amplia esse horário, assim os estudantes que não trabalham facilita sua permanência, porque se os estudantes tivessem ocupações, isso possivelmente impediria de cursarem o curso na Instituição.

Além disso, há outros fatores, a escola está localizada num local estratégico, mas se torna distante, sendo oferecido transporte escolar aos discentes por meio de ônibus, a lotação dos ônibus são em média quarenta e quatro (44) alunos sentados. São setes ônibus disponibilizados gratuitamente aos discentes do Campus Novo Paraíso, no qual a empresa de transporte é escolhida por meio de licitação.

Para conhecimento dos percursos buscamos saber as distâncias dos municípios eo quantitativo de ônibus que percorrem a rota, no quais são atendidos os discentes do Campus Novo Paraíso. Assim, as distâncias entre o Campus e as sedes dos municípios advindos dos discentes são por exemplos um trecho de ida equivale a: São Luiz 62 km e São João do Baliza 79 km (um (01) ônibus), Caroebe de 106 km (um (01) ônibus), Rorainópolis de 46,5 km- Vila Nova Colina 89 Km (dois (02) ônibus), Caracaraí de 113 km (dois (02) ônibus), Vila via vicinais KM 55 (BR432) em Caracaraí dista 112 km (um (01) ônibus). Se formos calcular ida e volta esses valores dobrarão.

Assim, por conta das grandes distâncias que os discentes perfazem para chegar a instituição, os discentes passam o intervalo de aula na instituição das 12h às 14h, almoçam no restaurante da instituição pagando a sua refeição com o auxílio alimentação

disponibilizado pela instituição no valor para o almoço de R\$ 7,00 para os discentes de Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, e Subsequente, já para os discentes da metodologia da alternância esse valor aumenta, já que eles passam o tempo escola alojados nas dependências da instituições e necessitam fazer as três alimentações (café da manhã, almoço e jantar) para R\$ 21, 00 diários.

No que diz respeito à questão de raça/etnia 68% dos discentes se declararam como pardos, 17% brancos, 8% afrodescendentes, 4% não declararam, 2% Amarelo/Oriental e 1% se consideram de descendentes indígenas.

No que diz respeito ao local de moradia dos discentes, se na zona urbana ou rural, o que predomina são os discentes que residem nas sedes dos municípios, nos quais se caracterizam por serem mais urbanos que rurais. O gráfico abaixo relacionado retrata bem a distribuição dos discentes.

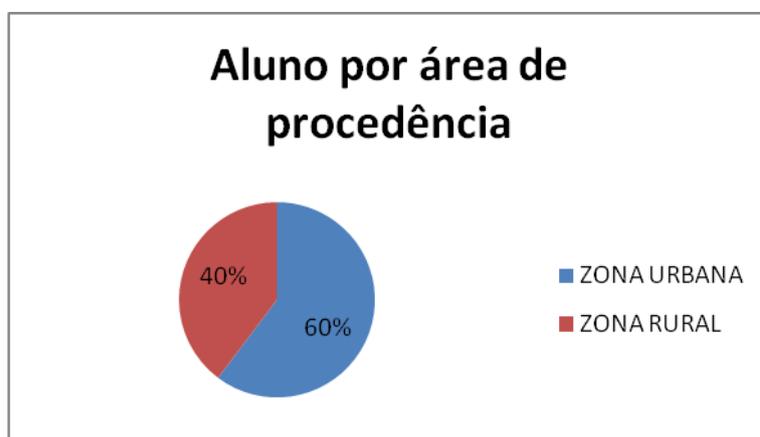


Figura 9 - Aluno por área de procedência.

Fonte: Levantamento socioeconômico e educacional simplificado. IFRR/Campus Novo Paraíso, 2012.

Cabe evidenciar um recorte do relatório trimestral da CAES de outubro a dezembro de 2012, a saber:

Sendo que fica constatado no gráfico [...] que todos os alunos residem em espaço Urbano quando relacionamos quanto à procedência de aluno por município, em que não obtivemos a percepção do alunado na referência do que se entende por espaço RURAL e URBANO. Todos apontam a Sede do município como espaço Urbano e as Vilas e Vicinais enquanto espaço Rural, por ser uma região/espaço sem urbanização, sem equipamentos sociais e destinada a atividades de agricultura, agropecuária, conservação ambiental.

Diante desse fato, é percebida a dificuldade de entendimento na diferença entre o urbano e rural, no qual se percebe o estigma do rural como atrasado está permeado nos discursos dos discentes, já explicitado anteriormente.

Já, no gráfico abaixo, está disposto como está representado os alunos por município:

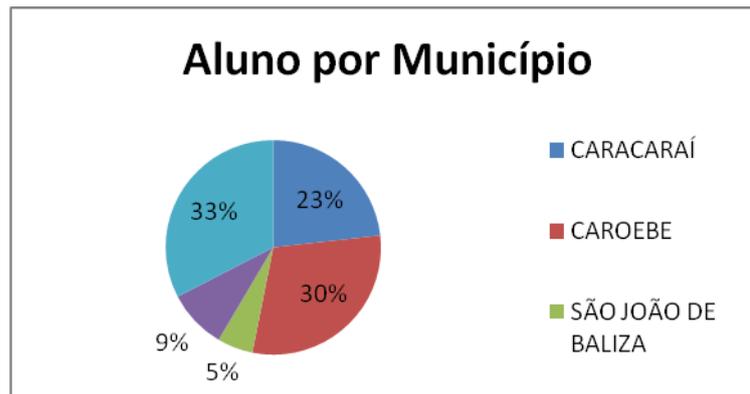


Figura 10 - Aluno por município.

Fonte: Levantamento socioeconômico e educacional simplificado. IFRR/Campus Novo Paraíso, 2012.

Neste universo de discentes pesquisados, em primeiro lugar 30 % dos discentes é oriundo de Caroebe, o município mais longe entre o IFRR-Campus Novo Paraíso, em segundo com 23% os discentes de Caracaraí, em terceiro com 33 % de Rorainópolis, 9 % alunos de São Luiz, e 5 % do São João de Baliza.

Outro aspecto pesquisado foi sobre o gênero. No que tange a relação do discente por gênero há aproximadamente um equilíbrio entre público feminino que se sobrepõe somente em 1% ao público de discentes masculinos.

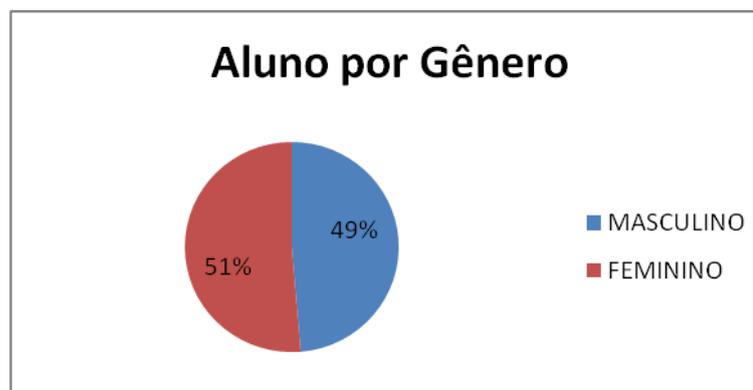


Figura 11 - Aluno por gênero.

Fonte: Levantamento socioeconômico e educacional simplificado. IFRR/Campus Novo Paraíso, 2012.

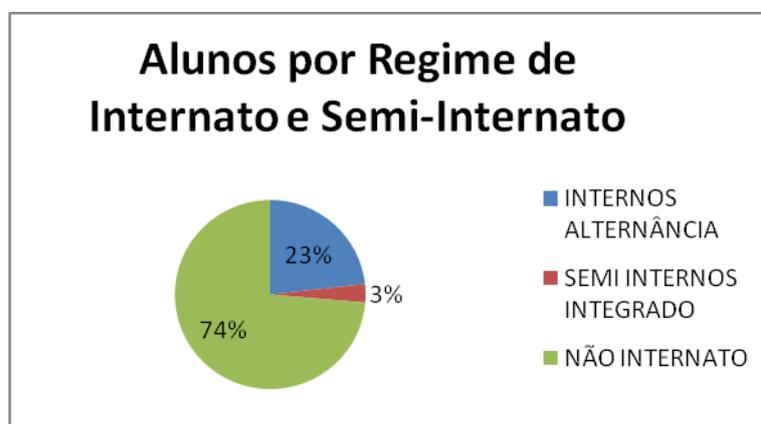


Figura 12 - Alunos por regime de Internato e Semi-Internato.

Fonte: Levantamento socioeconômico e educacional simplificado. IFRR/Campus Novo Paraíso, 2012.

Com base no gráfico 12, sobre a permanência dos discentes na instituição para os estudos, observa-se que predomina o não internato. O IFRR-Campus Novo Paraíso dispõe do sistema de Internato e Semi-Internato. O Internato é para os discentes que passam o tempo escola de 15 dias na instituição que estão estudando na metodologia da alternância. Já, o Semi-Internato é destinado para os discentes que residem nas vicinais que possuem problemas de acesso ao transporte escolar que é oferecido pelo Campus com trajeto atendido somente na BR 174 e 220. De acordo com análise do gráfico percebe-se que tão-só 26% do alunado são apreciados com alojamento escolar.

Outro aspecto identificado está relacionado aos recursos econômicos das famílias, refere-se à renda familiar com base em salário mínimo. O predominante para manutenção da renda familiar do discente, assim têm-se os seguintes resultados: 38% possui uma renda entre 01(um) Salário Mínimo a 01(um) Salário Mínimo e ½, 20 % com renda familiar de 02 (dois) SM, 18 % renda familiar de até meio salário mínimo, 14% renda familiar 01(um) Salário Mínimo à 01(um) Salário Mínimo e ½ a 02 (dois) SM, 5% de renda familiar de 02 (dois) SM e ½ a 03(três) SM salário e 5% acima de 03 (três) SM.

Com base nessa divisão da renda familiar, nota-se que a baixa renda é predominante, no qual atinge uma grande parcela dos discentes matriculados no ano letivo 2012, assim destaca-se qual a situação dos discentes no relatório do IFRR-Campus Novo Paraíso (2012, p.8):

Encontra-se em vulnerabilidade social, um traço que vem marcando o alunado do Campus Novo Paraíso que demonstra uma realidade de diversas dificuldades a ser apresentada em seu percurso formativo, seja através do baixo rendimento ou ao extremo caso de desistência e evasão escolar.

Cabe destacar que quando aduzimos o termo vulnerabilidade social referimos à maior ou menor capacidade de um indivíduo, família ou grupo social de controlar as forças que afetam seu bem estar social, representadas pelas oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade.

Portanto, observa-se o papel relevante desse estudo, com o intuito de identificar os pontos fortes e fracos para que possam ser realizadas políticas sociais da CAES com as demandas verificadas. Isso será bastante útil para o planejamento de ações e implementação ou implantação, e o acompanhamento dos alunos, para assim superarem as barreiras socioeconômicas e terem o sucesso escolar, a fim de não desistir dos estudos.

3.4 A Formação do Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio no IFRR-Campus Novo Paraíso

O Campus Novo Paraíso oferece dois cursos: o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, e Técnico em Agricultura Subsequente e o Técnico em Agricultura Subsequente em Regime de Alternância tendo como o cerne dessa formação voltada para a agricultura familiar. A formatação do curso é ofertada em módulos, mas não são oferecidas certificação intermediária, isto é, na finalização dos módulos, somente é garantido o Diploma de Técnico em Agropecuária, no final do Curso Técnico em Agropecuária.

O perfil profissional de conclusão do Técnico em Agropecuária formado no IFRR-CNP, conforme consta no Plano de Curso IFRR (2012, p. 6) será:

Capaz de planejar, executar e acompanhar todas as fases dos projetos agrícolas, administrar propriedades rurais; elaborar, aplicar e monitorar programas preventivos de sanitização na produção vegetal e animal; auxiliar na medição, demarcação e levantamentos topográficos rurais e atuar em programas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa.

O que se pretende com a formação do discente do CTA é que ele possa contribuir para fortalecer saberes, da cultura, partindo de uma postura cidadão crítica, autônoma, criativa e empreendedora, comprometida com o desenvolvimento social, científico, tecnológico e a conservação ambiental (IFRR, 2012).

O Técnico em Agropecuária atuará conformecom a legislação estabelecida no ato do credenciamento junto ao Conselho Regional de Agronomia e Arquitetura (CREA), entidade responsável pela regulamentação e fiscalização da profissão dos mesmos.

O Curso Técnico em Agropecuária, segundo o Ministério da Educação (2008, p. 176) por meio da Resolução do Conselho Nacional de Educação-CNE/CEB nº 04/99 que trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, tem estabelecida a carga horária mínima de habilitação na área de Agropecuária em 1200 horas, cabendo à escola definir as competências específicas da habilitação que oferte no sentido de “completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão da habilitação”.

O Curso Técnico em Agropecuária implantado no IFRR-CNP vem possibilitando a profissionalização de adolescentes e jovens para trabalharem na agropecuária, sendo que estes profissionais poderão atuar em propriedades privadas, na implementação e no desenvolvimento de projetos, com ênfase em desenvolvimento sustentável conforme apregoa o Plano de Curso do Curso Técnico em Agropecuária- Integrado ao Ensino Médio em 2012. No entanto, há insuficiência de informações quanto a este atendimento, segundo o Plano de Curso do Técnico em Agropecuária IFRR(2011, p. 3), “há poucos dados consistentes relacionados a esta atividade praticada nos lotes de assentamentos do Estado”.

O IFRR-CNP visando atender as demandas da região Sul do Estado de Roraima que possui característica predominante para área de agropecuária, tem como meta principal a formação integral do técnico em agricultura e agropecuária para que o mesmo possa atuar de forma proativa, corretamente, inserido no contexto local, colaborando, assim, para o desenvolvimento econômico e social da propriedade familiar e/ou da região, bem como para a melhoria da qualidade de vida de sua família e da comunidade local.

Para entendermos como o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio se encastelou, recorreremos ao primeiro Plano de Curso do CTA elaborado em 2007, o mesmo ressaltava que a oferta dos cursos pelo Instituto Federal de Roraima-Campus Novo Paraíso tem como premissa principal oportunizar a formação de profissionais que poderão intervir na realidade local, buscando superar problemas relacionados à organização social no campo, com conhecimentos relacionados à produção animal, produção vegetal, beneficiamento de produtos agropecuários e realização de atividades de extensão ligadas à agropecuária (IFRR, 2007).

Por outro lado o mesmo documento ressalta que a formação do Técnico em Agropecuária do IFRR-Campus Novo Paraíso, visa habilitar os discentes para o atendimento sistemático das necessidades de organização e produção de agricultura familiar e ou da pecuária e do desenvolvimento sustentável regional, contribuindo para o fortalecimento dos saberes, da cultura, a partir de uma atuação cidadã crítica, autônoma, criativa e empreendedora, comprometido com o desenvolvimento social, científico, tecnológico e a

conservação ambiental (IFRR, 2007). Nesta análise percebe-se a preocupação no campo teórico de desenvolver inúmeros saberes, voltado tanto para a aprendizagem profissional, como da formação humana.

Além disso, ainda sob o enfoque do antigo plano de curso, há uma contradição, no que diz respeito ao perfil que se esperava do discente do curso Técnico em Agropecuária (TA) habilitado do Instituto Federal de Roraima-Campus Novo Paraíso, é o de ser um técnico profissional competente para atuar junto às empresas públicas e privadas do setor rural, em atividades de gestão, planejamento, produção animal, vegetal e nas áreas de paisagismo e agroindústria, percebemos aqui um distanciamento para a formação mais humanista que tecnicista, mas parece ratificar a visão dominante para formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

No decorrer do tempo, o plano do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Médio teve reestruturação em 2011; umas das principais mudanças realizadas, diz respeito à redução do período do curso que antes durava quatro (04) anos, atualmente passou para três (03) anos, e as ementas dos componentes curriculares foram refeitas numa abordagem participativa. Já nessa nova reformulação, Plano de Curso Técnico Integrado Ao Ensino Médio Subsequente e o Técnico em Agricultura Subsequente em Regime de Alternância possuem como eixo central a agricultura familiar. Assim compreendido, “o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Carga Horária Total de 3.360 horas, Regime de funcionamento Integral, com execução diurna, horários: matutino e vespertino e Regime de Matrícula Modular” IFRR (2012, p. 4).

Assim o marco legal que reformula o plano do curso foi a Resolução nº 102- Conselho Superior, de 18 de setembro de 2012, no qual foi aprovado o plano do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio Campus Novo Paraíso, como pode se observar é bem recente, assim a divisão de carga horária ficou estabelecida de 3.360 horas sendo assim compreendida: Base Nacional Comum: 1930 horas; Parte diversificada: 340 horas; Núcleo Profissional 940 horas e estágio profissional/Trabalho de Conclusão de Curso 150 horas.

A oferta da Educação Profissional no Campus Novo Paraíso parte do eixo tecnológico de recursos naturais, com ênfase para curso voltado para área de produção vegetal e animal. O que se espera dos discentes formados é possibilitar os egressos possam trabalhar na agricultura familiar, pois as indústrias são poucas.

No tocante às contribuições da formação profissional oferecida no Campus Novo Paraíso, segundo o novo plano de curso IFRR (2012, p.4) sob a ótica do desenvolvimento regional refere-se a oportunidade dos que concluíram o ensino fundamental, possam ter uma profissão com o curso técnico, bem como:

Oportunizará a formação de profissionais que poderão intervir na realidade local, buscando superar problemas relacionados à organização social, com conhecimentos voltados à produção da agricultura, da produção vegetal, pecuária e beneficiamento de produtos agrícolas, podendo intervir no desenvolvimento econômico da região.

No que tange ao trecho supracitado, o mesmo está aprimorado da primeira versão Plano de Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, lançado em 2007, já discutido anteriormente.

No que expressa o atual Plano de Curso do CTA, tem como objetivo geral:

[...] a formação de cidadãos éticos, com preparação científica e a capacidade de utilizar diferentes tecnologias relativas à agricultura e pecuária considerando a diversidades de espécies vegetais e animais, buscando a autosustentabilidade dos sistemas agrícolas nos diferentes níveis, permitindo sua atuação individual ou trabalhos em grupos multidisciplinares, tendo como foco os arranjos produtivos locais, a agricultura familiar e a sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento do Estado.

Já quanto aos Objetivos Específicos do CTA são: possibilitar a construção de conhecimentos teóricos e práticos na área de agricultura e pecuária, utilizando princípios agroecológicos de produção; propor alternativas para resolução de problemas na agricultura e pecuária, a partir da análise e diagnóstico da realidade local e regional, por meio do desenvolvimento de projetos de intervenção; oportunizar o desenvolvimento do educando, enquanto cidadão, incluindo a formação ética, a autonomia intelectual e o pensamento crítico; favorecer a construção da identidade do educando, enquanto agente social e político que vive no campo, conforme preconizam as diretrizes para a educação do campo; desenvolver atitudes de respeito à diversidade social, ambiental e cultural empreendedora.

Os discentes têm como pré-requisito para se formar necessitam fazer o estágio de 150 horas, ou além dessa forma, pode ser feito ou o TCC, ou também pode fazer cursos voltados para área de formação, por exemplo; agropecuária, e fazem os relatórios desses cursos e apresentar em forma de TCC. Assim, quando terminar o seu estágio em uma das formas escolhida, o aluno deverá realizar o relatório do estágio, curso, atividade que participou, e deverá apresentar para uma banca, que é composta por um pedagogo, uma pessoa da coordenação do curso, e o orientador e o coordenador da extensão.

As empresas parceiras para a realização do estágio dos discentes do Campus Novo Paraíso são: Secretaria do Estado de Roraima-SEAPA, SP-Consultoria em Rorainópolis, Agência de Defesa Agropecuária de Roraima-ADERR, Secretaria de Agricultura dos municípios Rorainópolis, Caroebe, tem também proprietários de fazendas.

O IFRR-CNP forma técnicos dos mais diversos locais da Região Sul do Estado de Roraima, com a finalidade de desenvolver o setor primário, em especial a agricultura familiar. É fácil perceber pelo senso comum, que os discentes formados pelo IFRR, têm uma boa aceitabilidade no mercado de trabalho, mesmo assim, nem todos, em sua maioria, querem seguir a profissão.

Na figura abaixo, um instantâneo dos discentes e docentes e gestores do IFRR-Campus Novo Paraíso.



Figura 13 - Alunos do CTA em aula de campo.

Fonte: página do facebook do IFRR-Campus Novo Paraíso-2013

A formação profissional oferecida no IFRR-Campus Novo tem possibilitado aos discentes rurais que residem no Território da Cidadania Sul de Roraima a chance de ter ao seu alcance uma educação pública com qualidade, pois as escolas de ensino fundamental tem uma realidade diversa, falta docente, estrutura física, espaços didáticos diversos para aprendizagem (CARNEIRO e GOMES, 2010).

A qualificação profissional dispensada à população do entorno do Campus Novo Paraíso é um proposta para os jovens rurais terem a ascensão social e possivelmente ter melhoria da qualidade de vida. Já, para aqueles discentes que residem nos seus lotes e dali retiram a sua alimentação, pois quando concluírem o curso Técnico em Agropecuária poderá colaborar nas suas comunidades, oferecendo orientações e melhorando sua produção.

4 CAPÍTULO IV - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os discentes do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio foram os sujeitos pesquisados nesta pesquisa do IFRR- Campus Novo Paraíso, representam para a localidade a esperança de novos rumos para o desenvolvimento do campo, numa ótica de produção social que estejam ligadas a historicidade da terra, bem como em relação que possuem com o curso profissionalizante que estão cursando.

Para atingirmos os resultados elencados nesta pesquisa utilizamos o questionário semiaberto para conhecer as percepções dos discentes sobre o desenvolvimento do CTA e a importância dos conhecimentos recebidos.

Para tanto, foram produzidos dois tipos de questionários com questões interligadas. No qual foi denominado o questionário 01 com questões mais abertas para os discentes do módulo V, VI, VII e VIII, e o outro questionário 02, para as turmas do módulo I, com questões mais fechadas, tendo uma questão aberta.

Essa tática foi utilizada, tendo em vista que os discentes do módulo V em diante, já estão mais familiarizados com a instituição e logo tiveram mais condições de responder as questões abertas. Já os discentes do módulo I, como estão há pouco tempo no IFRR-Campus Novo Paraíso seria mais difícil para eles exporem as suas opiniões.

Nestes questionários buscamos conhecer dos alunos as seguintes abordagens: a motivação na escolha do curso, as perspectivas educacionais, a importância e as contribuições dos conhecimentos adquiridos para a sua vida e comunidade, o local de moradia.

Ao todo durante o período da pesquisa de dois anos (2011 a 2013) foram aplicados (cento e oitenta e cinco) 185 questionários, sendo assim dividido no primeiro ano o universo da pesquisa tínhamos um total de cento e sessenta e nove (169) alunos das turmas do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, os questionários aplicados nesse período foram: noventa e cinco (95) questionários que representou 56%, no ano seguinte, o público-alvo foi o módulo I com cento e quinze (115) alunos divididos nas três turmas, o total de questionários aplicados foram noventa (90) o que representou 78%.

Na divisão dos dois percentuais temos 67% dos sujeitos da pesquisa que participaram. Para melhor visualização foi criada o quadro abaixo para sabermos quantos discentes por sexo participaram:

Tabela 3 - Quantitativo dos discentes do Curso Técnico em Agropecuária por sexo.

Sexo	Módulo I	Módulo V	Módulo VI	Módulo VII	Módulo VIII	Total
Feminino	46	22	10	13	18	109
Masculino	44	11	01	06	14	76

Dos sujeitos participantes tivemos a predominância do público feminino com cento e nove (109) discentes, o público masculino foram setenta e seis (76) discentes. A proporção dos questionários realizados correspondeu 59% respondidos pelo sexo feminino, e 41% pelo

sexo masculino. Para chegarmos a esse resultado, no primeiro questionário não teve esta pergunta explícita, mas no termo de consentimento livre e esclarecido pode ser obter essa informação, já no segundo questionário destinado aos discentes do módulo I, já contemplava.

Portanto, neste capítulo, apresento os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada *in loco*, aplicada junto aos discentes do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFRR, Campus Novo Paraíso.

A abordagem da pesquisa é qualitativa e parte da problemática relacionada a importância da visão dos discentes tanto para a sua formação profissional e para a formação da cidadã das competências e habilidades para o mundo do trabalho. Os discentes posicionaram-se a respeito de vários temas desde a organização da escola, do curso, e de suas escolhas.

4.1 A MOTIVAÇÃO NA ESCOLHA DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

O primeiro enfoque abordado nos questionários dos discentes referiu-se sobre a motivação quanto a escolha do Curso Técnico em Agropecuária, isto é, o que fez os discentes terem optado por estudarem no curso Técnico em Agropecuária. Vale lembrar, o questionário 01 foi aplicado com as turmas mais avançadas em módulos em 2011. Buscamos identificar a motivação do aluno em está estudando no CNP no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, na elaboração dos questionários deixamos um espaço em branco para o campo outros, para que se o aluno não visse a sua opção ali, pudesse escrever a mesma, de acordo com os resultados obtivemos as seguintes informações:

No questionário 01 aplicado com os discentes dos módulos mais avançados, a primeira a questão tratou sobre: 1) O que motivou você a fazer o curso Técnico em Agropecuária? As respostas foram variadas, primeiro item referiu-se a família, no qual 26 (vinte e seis) discentes no total, correspondente a 14% da amostra do segmento das turmas mais avançadas, declaram ser ela o motivo de estarem no curso, assim discriminado: 06 (seis) alunos do módulo V, 03 (três) alunos do módulo VI, 03 (três) alunos do módulo VII, e 11 (onze) alunos do módulo VIII.

Já, para os discentes do módulo I, essa proposição apareceu no questionamento “7) Qual foi a principal razão que levou você a escolher o Curso Técnico em Agropecuária?” sendo que 03 (três) alunos marcaram essa resposta. Ver questionário 01 e 02 em apêndice.

Já a outra opção da pergunta supracitada, referiu-se ao interesse próprio, isto é, se o discente gosta da área, assim foi no total de 77 (setenta e sete) alunos equivalente a 42% do total dos entrevistados, do módulo V foram 10 (dez) alunos, 04 (quatro) alunos do módulo VI, 05 (cinco) alunos do módulo VII, e 08 (oito) alunos do módulo VIII. Para os discentes do módulo I essa proposição apareceu no questionamento “7) Qual foi a principal razão que levou você a escolher o curso técnico em Agropecuária?” com item: a) Porque quero ser técnico; sendo que cinquenta (50) alunos marcaram essa resposta.

O outro ponto destacado para escolha do curso foi denominado de “o status da Instituição por ser federal” com um total de dezessete (17) discentes, equivalente a 9% da amostra, que fizeram essa escolha com base neste; assim divididos: três (03) alunos do

módulo V, 02 (dois) alunos do módulo VI, 03 (três) alunos do módulo VII, e 06 (seis) alunos do módulo VIII. Para os discentes do módulo I essa proposição apareceu no questionamento 7) “Qual foi a principal razão que levou você a escolher o curso técnico em Agropecuária?” com item: e) *o status* da Instituição por ser federal sendo que 03 (três) alunos marcaram essa resposta.

A outra escolha oferecida foi a opção de ser “foi o único curso a ser ofertado” com 10 (dez) discentes ao todo, correspondendo a 6% da amostra, sendo todos do módulo I, já que os demais alunos dos módulos não marcaram nesse item. Para os 10 (dez) discentes do módulo I essa proposição apareceu no questionamento “7) Qual foi a principal razão que levou você a escolher o curso técnico em Agropecuária?” com item: f) Foi o único curso profissionalizante próximo da minha residência.

No espaço outros, na opção destinada aquele discente que não teve contemplado a sua opção nos itens anteriores, obtemos uma outra resposta: “porque tive um bom professor que me serviu de modelo” 01 (um) aluno módulo V. Esta opção apareceu no questionário 02 (dois) para o módulo 01 (um), no qual 02 (dois) discentes a marcaram :“7)Qual foi a principal razão que levou você a escolher o curso técnico em Agropecuária?” com item: d) “Porque tive um (a) bom professor que me serviu de modelo”.Totalizando para esses itens nos dois questionários 03 (três) discentes, correspondendo a 2% da amostra.

Outra questão expressa para os discentes do módulo I, foi o item b) Para ter uma outra opção se não conseguir passar no vestibular”. Sendo que neste quesito 16 (dezesesseis) alunos (9% da amostra) marcaram esta opção, logo o Curso Técnico em Agropecuária se tornará uma alternativa se não lograrem êxito futuramente num vestibular. E 36 (trinta e seis) discentes deixaram de responder essa pergunta totalizando 19% do total dos questionados.

Nos resultados obtidos deste questionamento, compreendermos os anseios de muitos jovens pelo Curso Técnico em Agropecuária tem outros fatores. Assim fica o paradoxo, se o mesmo está se formando apenas para ter um título, e não aplicará na prática? Pois, uma parte dos discentes pretende futuramente cursar o Ensino Superior em área não correlacionada com as Ciências Agrárias.

Inferimos a dupla função que o CTA pode está sendo internalizado por alguns estudantes, há alunos que estão no curso, pois se não conseguir o que pretendem irão trabalhar nele, pois no currículo ter um curso técnico já se torna uma vantagem maior no mercado de trabalho para ele, caso o outro candidato concorrente não tenha o curso. Fica evidente a visão para inserção no mercado de trabalho como urgente para muitos discentes pesquisados, e a vontade de por em prática os conhecimentos adquiridos por alguns.

Portanto, esse dilema vai gerar uma crise de identidade entre a proposta do curso e os projetos de vida dos discentes em formação, é preciso uma reflexão da formação técnica, para se entender o seu real papel na sociedade, no tocante aos dois caminhos: formar mão-de-obra para o mercado de trabalho, ou de estimular esse discente a prosseguir os estudos com a Educação Superior. No entanto é preciso que a formação dos discentes seja voltada para o mundo do trabalho e não para o mercado de trabalho.

No que diz respeito ao mundo do trabalho é preciso considerar que ele está permeado nos discursos que as novas qualificações necessárias que o mundo de trabalho requer. Assim, consideram o desenvolvimento do pensamento crítico, com vistas a incentivar um novo padrão de trabalhador e de educador imprescindíveis para ter a clareza do sistema vigente.

4.2 A Visão dos Discentes: Ensino Profissional, Mercado de Trabalho e IFRR

No cenário atual o capitalismo é a forma social dominante, no qual vai influenciar na educação, no qual exigem das pessoas em formação inúmeras habilidades e competências, pois o mercado de trabalho necessita de profissionais preparados que saibam lidar com as novas tecnologias que surgem a cada instante.

A questão 04 do questionário 01 buscou conhecer as perspectivas dos discentes sobre ser técnico, assim, perguntamos “Você realmente quer ser técnico em Agropecuária? Houve duas opções o sim e o não. Foi explicado para os discentes justificar a sua resposta. Os resultados para sim foram no total de 88 (oitenta e oito) discentes correspondendo a 48%, sendo assim dividido: 61 (sessenta e um) alunos do módulo I, 10 (dez) alunos do módulo V, 04 (quatro) alunos do módulo VI, 05 (cinco) alunos do módulo VII, e 08 (oito) alunos do módulo VIII. Já para não tivemos o total de 40 (quarenta) discentes equivalente a 22% sendo: 06 (seis) alunos do módulo I, 13 (treze) alunos do módulo V, 04 (quatro) alunos do módulo VI, 06 (seis) alunos do módulo VII, e 11 (onze) alunos do módulo VIII.

Para os discentes do módulo I com o questionário 02, essa proposição apareceu idêntica no item 6) Você realmente quer ser técnico em Agropecuária? Neste teve as mesmas opções já citadas, mas também teve uma opção a mais para marcar a c) ainda não me decidi, no total foram treze (13) alunos indecisos, igual a 7% da amostra sendo: 12 (doze) alunos do módulo I marcaram esta opção, e um outro do módulo V, dissertou esta questão. Para os que nada responderam a este questionamento, tivemos o total de 44 (quarenta e quatro) alunos, que soma 24% da amostra, sendo: 11 (onze) alunos do módulo I, 09 (nove) alunos do módulo V, 03 (três) alunos do módulo VI, 08 (oito) alunos do módulo VII e 13 (treze) alunos do módulo VIII.

Alguns discentes justificaram e outros não, só marcaram a opção, vejamos as justificativas apresentadas por semelhança de respostas, vale ressaltar, onde tiver [...], refere-se à caligrafia do discente que não se fez entender.

Quanto aos alunos que afirmaram quererem seguir a profissão obtivemos a seguintes opiniões:

“Eu já tenho conhecimentos para trabalhar auxiliando e orientando o produtor rural”. Discente A, **módulo V**.

“Porque tudo que eu aprendi no IFRR eu vou colocar em prática”. Discente 06, **módulo VII**.

“Sim porque adquiri conhecimentos básicos e necessários para atender aos pequenos produtores”. Discente B, **módulo VII**.

“Sim, por que através do que já possui, acredito mais do que tudo na minha capacidade, pois nada neste mundo é difícil basta a gente querer e se dedicar aquilo e ter força de vontade! Pois todos consegue basta querer e fazer acontecer”. Discente C, **módulo VIII**.

“Eu me sinto muito bem com esse curso que estamos fazendo. Porque essa é minha área”. Discente D, **módulo V**.

“Sim, e muito gratificante trabalha nessa área por motivo de aprende aqui e consumido no nossa terra, ou seja – passo conhecimento para meu avô-rural”. Discente E, **módulo V**.

“Sim, pois estou adquirindo conhecimentos privilegiados e de boa qualidade, estou sendo formada pela melhor escola técnica do estado”. Discente F, **módulo V**.

“Sim, mais sempre há uma necessidade de busca de uma melhor preparação”. Discente G, **módulo VIII**.

“Sim, pois já sabia bastante coisa na prática e agora também sei na teoria”. Discente H, **módulo V**.

“Sim, por que eu estou aqui para aprender e praticar”. Discente I, **módulo V**.

“Sim, porque e aprendi bastante e vou aprender”. Discente J, **módulo V**.

“Pois é uma área fácil mais que requer atenção e muitos cuidados, porém me acho com capacidade para executa-las e contribuir com os conhecimentos adquiridos durante esses quatro anos, pois não sei tudo mais posso aprender”. Discente K, **módulo VIII**.

“Sim, porque é uma área que eu gosto”. Discentes L e M, **módulo V**.

“Sim, pois não perderia 4 anos da minha vida, apenas para obter certificado”. Discente N **módulo VIII**.

“Sim, porque eu gosto de trabalhar na agropecuária”. Discente O, **módulo VI**.

“Sim, pois eu já me sinto como um profissional dando aula prática”. Discente P, **módulo VIII**.

“Sim, pois aprendi muito e me sinto obrigado a passar tudo que aprendi a frente”. Discente Q, **módulo VI**.

“Sim, com o pouco que sei posso passa a informação aos outros, que eu não souber estudo mais para os outros, porque nem todos sabemos de tudo. Coisa aprendemos com o passa do tempo”. Discente R, **módulo VIII**.

“Sim, mentalmente, verbalmente e fisicamente, assumirei ou posso assumir sem nenhum problema”. Discente S, **módulo VI**.

“Acho pelo meu desempenho acredito que sim”. Discente T, **módulo VI**.

“Sim, por ter obtido muitos conhecimentos teórico, e com base em alguns livros pesquisados”. Discente U, **módulo VIII**.

“Sim, me sinto preparado em algumas áreas”. Discente V **módulo VIII**.

“Sim, mais não tanto como um técnico do Paraná, Rio Grande do Sul etc. pela deficiência em nosso estado”. Discente X, **módulo VI**.

Outro aspecto que tem levado o discente a não ser técnico, refere-se a distância entre a teoria com a prática:

“Sim, na verdade mais ou menos, pois ainda tenho instigação com trabalhos práticos”. Discente A, **módulo V**.

“Não está sendo motivador na prática”. Discente B, **módulo V**.

Não, ainda falta preparação. Discentes C,D e E, **módulo V**.

“Não me sinto apta a oferecer ajuda a produtores”. Discente F, **módulo VIII**.

“Não, pois não estou totalmente preparado”. Discente G, **módulo VI**.

“Não, por mais que a instituição tenha uma boa estrutura os alunos formados aqui terão dificuldades, porque está muito defasado em questão de aulas práticas”. Discente H, **módulo V**.

“Não, porque não tem estrutura para esse nível técnico”. Discente G, **módulo V**.

“Não, pelo fato de nos ter poucas aulas práticas, ficamos prejudicados a trabalhar na área”. Discente H, **módulo VII**.

“Não, porque o conhecimento que eu tenho é muito pouco para usar em alguma coisa”. Discente I, **módulo VII**.

“Não, pois no estudo foram poucas aulas práticas”. Discente J, **módulo VIII**.

“Não, por falta de conteúdo”. Discente L, **módulo VIII**.

“Não, porque eu não aprendi quase nada”. Discente M, **módulo VIII**.

Quanto aos discentes que não querem ser técnicos, eles relataram o seguinte:

“Não, além de já ter cursado mais da metade do curso, não me sinto pronto para trabalhar [...]”. Discente A, **módulo V**.

“Não, nada a declarar”. Discente B, **módulo V**.

“Não, porque primeiro tenho que ver o que realmente eu sei de verdade, ou seja, um “estágio” para depois assumir um trabalho”. Discente C, **módulo V**.
“Não, porque necessito mais preparação”. Discente D, **módulo VIII**.
“Não, porque quero se profissionalizar primeiro. E depois entrar no ramo do trabalho”. Discente E, **módulo VIII**.

Nas falas dos discentes supracitados, percebe-se que eles têm anseio de se preparar mais, se profissionalizando, a fim de aprimorar as suas habilidades e competências.

Dos discentes que demonstraram não tem afinidade com o curso argumentaram:

“Pois não gosto da área e a escola ainda deixa a desejar em algumas partes”. Discente A, **módulo V**.
“Não me identifico com a área”. Discentes B e C, **módulo V**.
“Não, pois não gosto muito do curso”. Discente D, **módulo VI**.
“Não quero ser técnico, pois não me identifiquei com essa área”. Discentes E e F, **módulo VII**.
“Não, apesar dos conhecimentos adquiridos durante o curso, não é bem a área que quero seguir”. Discente G, **módulo VIII**.
“Não, porque eu não quero seguir a área”. Discente H, **módulo VIII**.

No tocante as essas escolhas, observa-se que os discentes não têm interesse pela área, não gostam, e nem querem exercer a profissão.

Quanto aos alunos indecisos, tivemos os seguintes argumentos:

“Sim, mais ou menos”. Discente A, **módulo V**.
“+ ou -”. Discente B, **módulo VII**.
“Ainda não”. Discente C, **módulo VI**.
“Não, acho que não estou pronta ainda”. Discente D, **módulo VII**.

O estágio foi um tema abordado dentro deste questionamento, pois representou uma importante fase no qual o discente lidou com a realidade da profissão, o que levou a se identificar com o exercício profissional, com base nos argumentos a seguir:

“No começo não achava, pois me sentia muito insegura, após meu estágio, pude perceber que estou apta basta eu querer e em busca de novos conhecimentos”. Discente A, **módulo VIII**.
“Sim, a parte prática do curso foi aprimorada durante o estágio supervisionado”. Discente B, **módulo VIII**.
“Sim, porque mesmo sem um estágio bom eu acho que sei o bastante para ajudar o estado a desenvolver a agricultura”. Discente C, **módulo VIII**.

Em síntese, com bases nas justificativas percebemos que há alguns discentes que pretendem melhorar a produção agropecuária familiar através dos conhecimentos oferecidos pelo IFRR-CNP. Logo, isto se torna profícuo conhecermos, pois apesar de não ser uma grande maioria, mas há alunos que estão interessados em melhorar, desenvolver a produtividade e desenvolvimento da agropecuária na região e o IFRR-Campus Novo Paraíso pode colaborar grandemente para isso.

Nesse contexto, há alguns alunos que se identificam com a área e estão no curso Técnico em Agropecuária, pois é o que ele gosta e quer fazer. Sabendo disso, os conhecimentos para esses tornam a aprendizagem profissional dos mesmos, muito mais prazerosa e mais eficaz. Em algumas falas dos discentes, percebeu-se o estigma positivo do IFRR-Campus Novo Paraíso por meio do ensino e aprendizagem da formação geral e a

específica, com a possibilidade de ascensão profissional e mobilidade social dos futuros egressos.

Assim, concorda-se com Ramos (2002, p. 416), pois:

Defendemos a perspectiva totalizante, pela qual se considera o processo e as relações de trabalho como realidades históricas, contraditórias e em constante transformação. Assim, não se podem tomar exclusivamente seus determinantes técnicos, operacionais e organizacionais, mas devem-se considerar as mediações de ordem econômico-produtiva, físico-ambiental, sócio histórica, cultural e política, sabendo-se que os trabalhadores são sujeitos dessa realidade, construindo relações complexas e contraditórias de trabalho.

Assim é preciso que a educação seja para formação completa do ser, observando suas realidades, levar em consideração os fatores que intervêm na sua aprendizagem.

No tocante a essa discussão as simbologias que os jovens possuem estão relacionadas com os seus projetos de vida, que irá depender do meio social em que vivem das condições ligadas à propriedade que residem. Quando a família desse discente está economicamente equilibrada pode dar a ele condições melhores, o qual poderá está incentivando a leitura e aos estudos. Já as populações mais carentes, devido a escassez de recursos, precisam trabalhar arduamente, muitas vezes o próprio discente precisar trabalhar para ajudar no sustento familiar.

Assim, como no caso de estudo de Redin (2012) da juventude de Arroio do Tigre e com base nas falas dos discentes não basta só a formação profissional para fixar o formando na sua localidade, como preconiza um dos objetivos da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Diante disso, é preciso considerar que o estímulo da juventude rural não só consiste na alusão ao trabalho, eles requerem outras formas de sociabilidade, melhores condições de bens e serviços, espaços de cultura e lazer, e sociabilidade que vá além dos conhecimentos adquiridos das técnicas agrícolas.

4.3 O Desenvolvimento do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio na Visão dos Discentes

Na segunda indagação do questionário 01 procuramos saber sobre as percepções sobre o desenvolvimento do curso com o seguinte questionamento 2) Você acredita que a estrutura da escola (equipamentos, laboratórios, ambiente físico, espaços da escola, equipe pedagógica) é apropriada para o oferecimento do curso Técnico? Vale ressaltar, que para os discentes do módulo I, não foi feita esta pergunta pelo fato de os mesmos terem iniciado recentemente os estudos e não terem assim, condições de avaliarem o contexto geral da escola.

Assim com base na analogia das respostas obtivemos que positivamente responderam 23 (vinte e três) discentes, sendo assim distribuídos, correspondendo a 24% do total da amostra do primeiro questionário assim dividido: 11 (onze) discentes no módulo V, 01 (um) discente no módulo VI, 03 (três) discentes do módulo VII, e 08 (oito) do módulo VIII. No entanto, muitos discordaram, pois negativamente se sobressaiu, os discentes que responderam não foram 58 (cinquenta e oito) discentes, equivalente a 61% da amostra, no total assim distribuído: 19 (dezenove) alunos do módulo V, 09 (nove) alunos do módulo VI,

08 (oito) alunos do módulo VII, 22 (vinte e dois) alunos módulo VII, e 14 (quatorze) não responderam, correspondendo a 15% da amostra.

Com esse questionamento obtivemos uma grande reprovação quanto a acreditação da instituição como um todo, isso foi reflexo na maioria das percepções dos discentes à ausência de aulas práticas, bem como, ambientes didáticos disponíveis. No entanto, hoje essa situação tem sido melhorada, houve contratações de docentes das áreas de Agronomia, Ciências Agrárias, Zootecnia, foi inaugurada 04 laboratórios: de sementes, de solos, de Matemática, de Química e Física.

Para ratificar a insatisfação dos discentes quanto ao tema, seguem abaixo algumas das falas transcritas. Cabe notar, que as falas foram transcritas integralmente, assim, será possível verificar em há em algumas falas há alguns erros ortográficos, incoerência, mas o mais importante é que a mensagem foi transmitida.

Diante disso, iniciamos a destacar as percepções negativas dos discentes, que foi predominante:

“A escola ainda falta alguns requisitos para este curso, por ainda estar em fase de desenvolvimento”. Discente A, **módulo V**.

“Por que ainda não temos alguns em funcionamento, pois a escola ainda é ressentida”. Discente B, **módulo VII**.

“Porque acredito que ela ainda não está muito bem estruturada para se realizar tal atividade, acredito que esta faltando alguma coisa para que ela se torne 100%”. Discente C, **módulo VIII**.

“Falta estrutura e muita, acredito que seja porque ainda é nova”. Discente D, **módulo V**.

“A estrutura da escola deixou a desejar, pois faltou laboratórios voltados para área agrícola, apiários, apriscos entre outros”. Discentes E, F e G, **módulo VIII**.

“Ainda não, pois existe deficiência em práticas e laboratorial”. Discentes H e I, **módulo VI**.

“A falta dessa estrutura na escola irá futuramente prejudicar os futuros técnicos na hora de colocar seus conhecimentos em prática, por falta da não prática”. Discente J, **módulo V**.

“Porque a falta de laboratório de solos e realizar pesquisa de química”. Discente K, **módulo VIII**.

“Faltam animais p/ a parte da pecuária, laboratórios, quadras”. Discente L, **módulo V**.

“Faltam muitas coisas. Ex.: equipamentos bons, sala de mecanização, laboratório, etc.”.

“Pois faltam laboratórios e alguns equipamentos”. Discentes M e N, **módulo VI**.

“Não existe todos os equipamentos”. Discente O, **módulo V**.

“Não temos ainda áreas específicas para aulas de campo, não temos laboratórios, não temos muitos equipamentos agrícolas, mas temos equipe pedagógica de qualidade”. Discente P, **módulo V**.

“Porque está faltando vários equipamentos e laboratórios de pesquisas, enfim a escola não está com a estrutura finalizada”. Discente Q **módulo VII**.

“Não tenho muito conhecimento prático, mas o que escuto alguns professores falando é que a escola ainda tem muito que melhorar, principalmente nas partes de equipamentos e estruturas”. Discente, **módulo V**.

“Não! Porque aqui nós não temos muitas coisas que nos ajude a entender sobre agropecuária e as matérias não nos ensinaram o que realmente temos que aprender”. Discente S, **módulo VII**.

“Não, pois a escola não oferece suporte para aulas práticas”. Discente T, **módulo V**.

“Falta estrutura e profissionais especializados na área”. Discentes U e V, **módulo VIII**.

“Porque nós teríamos aulas técnicas com animais e não tivemos”. Discente W, **módulo VII**.

“Porque não temos laboratórios e nem todos os equipamentos agrícolas, mesmo que já estão construídos não dará tempo antes do término do curso”. Discente X, **módulo VI**.

“Por uma parte! Precisamos de laboratórios, e outros equipamentos, e aqui não tem, por esse motivo ficamos prejudicados”. Discente Y, **módulo V**.

“Com relação à deficiência de aulas práticas temos todos os equipamentos mas não temos locais apropriados, para utiliza-los”. Discente Z, **módulo VI**.

“Os equipamentos, laboratórios são recursos que nos permitem aprofundar em nossas pesquisas e possibilita um melhor aprendizado”. Discente 06, **módulo VII**.

“Porque na escola existem poucos equipamentos, que ajudariam o formando futuramente a expor no mercado de trabalho”. Discentes 11 e 12, **módulo VIII**.

“Somente o que está fora de forma são a falta de equipamentos e laboratórios”. Discente 14, **módulo V**.

“É ainda falta estruturação, a escola não esta completa, mas os equipamentos oferecidos ajudam bastante”. Discente 15, **módulo V**.

“Porque a falta de laboratório de solos e realizar pesquisa de química”. Discente 09, **módulo VIII**.

“Não, pois neste momento a escola não tem estruturas eficientes para a nossa formação”. Discente 16, **módulo V**.

“Porque falta equipamento e suporte para aulas práticas” 2 discentes falaram isso. Discente 17, **módulo V**.

“Falta estrutura e profissionais especializados na área”. Discentes 07 e 08, **módulo VIII**.

“Porque não existem todos os equipamentos necessários”. Discente 18, **módulo V**.

Nesse contexto de argumentações dos discentes dos diversos módulos, ficou clarificado que os discentes das primeiras turmas tiveram a fragilidade na formação profissional para o mercado de trabalho x versus a aprendizagem para o mundo do trabalho, pois não houve muito a integração entre a teoria e prática por falta de ambientes didáticos disponíveis. Assim, é preciso que a equipe escolar não conduza às práticas pedagógicas como viés ligado a produção capitalista, pois o que se busca não é cidadãos, mas o capital humano para as grandes organizações e elevar a produtividade e lucros das empresas, sem formar de fato, mas de fachada para serem adaptados ao mercado.

Já quanto, as percepções positivas dos discentes foram menores, tivemos os destaques abaixo:

“A escola possui uma boa estrutura, mais ainda estamos longe de estarmos 100%”. Discente A, **módulo V**.

“Por que as equipe é muito boa, muito informada e avançada no ensino”. Discente B, **módulo V**.

“Sim, todos nossos professores juntamente com a estrutura e conceito da escola são de qualidade excelentes”. Discente C, **módulo VI**.

Apesar de estar em fase de estruturação a instituição é apropriada para o curso de Técnico em Agropecuária, pois há equipamentos e profissionais qualificados para a melhoria do meio”. Discente D, **módulo VIII**.

“Mais ou menos”. Discente E, **módulo VII**.

Com base nas falas supracitadas dos quatros módulos, observamos que a reclamação foi a mesma, logo as primeiras turmas do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFRR-Campus Novo Paraíso foram prejudicados com uma educação fragmentada, pois tiveram poucas aulas práticas, o que fizeram sentir muitas dificuldades de integrarem o conhecimento teórico com a prática, conforme a grande maioria dos discentes expressaram.

Entendemos aqui que a instituição tem buscado oferecer uma educação de qualidade apesar das dificuldades que tem enfrentado para conceder aos discentes as oportunidades de ampliar o horizonte formativo, como declararam alguns discentes, ficando subtendido que os conhecimentos do curso têm influenciado na abertura de novos conhecimentos sobre o meio rural e aspectos teóricos da formação de Técnico em Agropecuária.

De acordo com algumas falas, os discentes fazem alusão a mercado e emprego, percebemos que para alguns dos discentes, eles já têm a visão que a escola vai servir para a preparação para o vestibular, mercado de trabalho. Além disso, com base nas falas de alguns discentes, o curso também será muito profícuo não só para a formação profissional, mas também por proporcionar conhecimentos que no futuro serão úteis.

No que se refere a este problema identificado atualmente já se resolveu, o IFRR-Campus Novo Paraíso em junho de 2012, fez a inauguração de diversos espaços administrativos e didáticos tais como: biblioteca, casa de apoio ao servidor, laboratórios, 03 (três) alojamentos, pois já existem 02 (dois) alojamentos, 01 (um) bloco com 05 (cinco) salas de aula; estufa e área de irrigação; banheiros feminino e masculino, casa de máquinas e garagem; aviário; poço artesiano e caixa d'água;

Estas inaugurações são parte dos projetos de ampliações, a fim de está realizando os ajustes para o adequado funcionamento da instituição, a fim de melhorar a qualidade do ensino ofertado. Assim, os ambientes didáticos supracitados servem para realizar aulas práticas, o que antes não existiam para a grande parte das turmas pesquisadas nesta pesquisa, as do módulo V, VI, VII e VIII.

No que se alude à instituição escola, temos como grandes discussões sobre o tema, a visão de Gramsci no que tange a escola ser o local do resgate da dimensão política, nas diversas dimensões, a saber, a cidadã, o direito a uma qualificação para o trabalho ligada com uma qualificação para um caráter técnico-política do trabalho no mundo atual.

O Plano Nacional de Educação no disposto sobre a Educação profissional, trata de duas vertentes: uma é Educação Tecnológica (ET) e a outra a formação profissional, a ET é destinada para os mais novos, isto é, são as escolas técnicas que na sua maioria são compostas por discentes jovens, já a formação profissional visa requalificação do trabalhador para o mercado de trabalho (GARCIA, 2002).

Portanto, o distanciamento entre a teoria e prática que os alunos dos módulos V ao VII destacaram, contraria a proposta curricular elencada no plano de curso do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, pois neste instrumento legal prevê que se desenvolva o sujeito nos seguintes aspectos: cognitivo, afetivo-emocional e sociocultural, que oportunize a construção de sua autonomia, crítica, criatividade e empreendedorismo, que se dê partindo da sinergia entre teoria e prática(grifo nosso).

4.4 As Percepções dos Discentes do CTA Sobre a Importância e a Contribuição do Curso

No que tange as visões dos alunos sobre a importância e a contribuição da Educação oferecida pelo Campus Novo Paraíso aos discentes do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, os temas abordados no questionário 01 que se complementam foi assim abordada: 3) Pelo que você tem aprendido no curso, os conteúdos teóricos e práticos, o que isso tem contribuído na sua comunidade, isto é, na sua cidade, como você tem colocado em prática os conhecimentos do curso Técnico em Agropecuária? Já no

questionário 02, com ênfase para os discentes do módulo I, a questão foi redigida assim: 9) De que forma você percebe os conhecimentos do Curso Técnico em Agropecuária tem contribuído (ou irá contribuir) para o seu crescimento intelectual, para melhoria da qualidade de vida ou não tem contribuído? Cite de que forma você percebe isso.

Com esta pergunta, buscou-se conhecer o que pensa o discente sobre a contribuição e a importância da formação profissional proporcionada, bem como, os conhecimentos teóricos e práticos têm sido utilizados no cotidiano do aluno.

Assim, por semelhança de respostas, chegamos aos seguintes resultados: para os discentes que destacaram a contribuição positiva, foram 106 (cento e seis) discentes no total, 57% da amostra. Assim divididos: 65 (sessenta e cinco) alunos do módulo I, 18 (dezoito) alunos do módulo V, 06 (seis) alunos do módulo VI, 05 (cinco) alunos do módulo VII, 12 (doze) alunos do módulo VIII, já para os que declararam que não tem contribuído foram no total geral de 28 (vinte e oito) alunos, equivalente a 15 % da amostra, respectivamente: no módulo I não houve, tivemos 08 (oito) alunos módulo V, 02 (dois) alunos do módulo VI, 06 (seis) alunos módulo VII, 12 (doze) alunos do módulo VIII, os que não responderam totalizou 40 (quarenta) discentes, correspondendo a 22% da amostra, sendo: 25 (vinte e cinco) alunos do módulo I, 02 (dois) alunos módulo V, 01 (um) aluno módulo VII, 04 (quatro) alunos do módulo VI e 08 (oito) alunos do módulo VIII. Tivemos 01 (um) discente, 1% da amostra, do módulo V declarou “mais ou menos” e 10 (dez) discentes nada responderam, correspondendo a 5% da amostra.

“Acho que o curso e uma boa forma de aprender mais, pois o ensino e bem melhor, e acho que posso ter uma boa vida seguindo como curso porque essa área esta crescendo muito”. Discente A, **módulo I**.

“A comunidade ganha muito na verdade o Sul do estado, ao aprendemos novas técnicas aprendemos a usa melhor o solo assim temos uma melhor criação e ação do homem”. Discente B, **módulo V**.

“Ajudando o próximo em conhecimento científico e técnico. Seja o amigo, o vizinho, o familiar, e qualquer um que despertar o interesse ou oferecer dúvidas para serem respondidas. Assim somos os que aprendem e os que ensinam”. Discente C, **módulo VI**.

“Só falando algumas coisas que eu vejo que está errado ou quando me procuram”. Discente D, **módulo VII**.

“O aprendizado é de extrema importância na aplicação das mesmas na pratica. Os que me rodeiam vêm à evolução de ideias e conhecimentos adquiridos no âmbito escolar”.Discente E, **módulo VIII**.

Os discentes do módulo I foram bastante participativos, e ficaram bem à vontade ao expor suas opiniões, muitos relacionaram a contribuição do CTA pra formação em áreas diferentes, ou seja, alguns pretendem fazer cursos superiores que tenha relação distante com a formação profissional atual, outros querem atuar na prática no campo, ou concluir o ensino médio e tenta um emprego.

Segue abaixo as falas dos discentes que declararam o porquê não tem dado a contribuição.

“Não tenho feito nada, não gosto do curso”. Discente A, **módulo V**.

“Ainda não estou colocando em prática, mais com o término do curso pretendo fazer isso”. Discente B, **módulo VI**.

“Na verdade não estou fazendo uso de nada. Nunca coloquei nada que aprendi em pratica”. Discente C, **módulo VII**.

“Não colaboro ainda, porque este curso de Técnico em Agropecuária não fui capacitado o suficiente para eu poder ajudar na área, por isso eu vou me formar em

uma universidade estruturada e capacitada para depois poder ajudar na área do curso”. Discente D, **módulo VIII**.

“Bem no curso aprendemos mais foi aulas teóricas porque pratica quase não tinha”. Discente E, **módulo VII**.

O número de discentes que relataram o questionamento foi um número reduzido, mas a grande maioria somente escreveu “não”. Assim, percebe-se que a educação proporcionada no IFRR-Campus Novo Paraíso tem trazido bastante contribuição para o ensino e aprendizado dos alunos.

Pelo que se pode observar, as contribuições da aprendizagem no CTA são inúmeras, os discentes destacaram a ótima formação profissional que possuem, tiveram alguns que relataram as suas experiências atuando na área do curso, por exemplo, por meio informal com os vizinhos, ou colocando em prática os conhecimentos na própria propriedade de familiares. Teve discente que abordou a questão da sustentabilidade, da preservação do meio ambiente, isso pode ser visto como uma das aprendizagens de vital importância para o homem do campo, cuidar do meio ambiente em que vive, todavia, foi uma minoria que abordou essa preocupação. O que cabe uma reflexão.

Observa-se em algumas falas que os discentes têm uma elevada estima pela instituição no que tange a qualidade do ensino, a estrutura física, também dos professores capacitados e equipe pedagógica e estão dispostos em aprender cada vez mais, e tencionam em multiplicar esses conhecimentos na sua comunidade. O exemplo, para um discente supracitado, estudar no Instituto Federal de Roraima-Campus Novo Paraíso foi um sonho realizado e uma oportunidade de educação excelente.

A grande maioria dos discentes pesquisados ressaltaram diversos motivos quanto à contribuição do curso, tais como: oferecer conselhos, ajudando aos outros com os conhecimentos adquiridos no curso, aplicando os conhecimentos na propriedade familiar por exemplos do seu pai, ou avô, ampliação da visão de mundo com o curso, no que trata este último item, acreditamos que esse é o principal motivo que a educação em geral deveria enfocar, pois é muito importante que o aluno possa compreender o contexto social em que vive e as relações existentes na sociedade.

No tocante a esta discussão, com base nos pressupostos de Gramsci sobre a Educação, concordamos no sentido de a escola ser um fim em si mesmo, ela só não é capaz de que possa mudar as condições estruturais estabelecidas, ou seja, o que Nosella (2010, p. 103) discorre:

A escola mais cientificamente nunca é suficiente para educar e formar o indivíduo: toda pessoa se educa e se forma prevalentemente por si mesma; todo mundo é, antes de tudo, um autodidata. A escola acelera a formação, é o sistema Taylor da Educação, oferece um método, ensina a estudar, acostuma a uma disciplina intelectual e jamais pode substituir o espírito de iniciativa e coletiva são elementos que completam a escola, ou melhor, são completados pela escola, dependendo das situações, quer dizer, dependendo das classes sociais.

Nesse sentido corrobora Schwartzman (2005) que por exemplos as escolas públicas localizadas nos bairros mais carentes das regiões, cidades e bairros, são as escolas pobres para os mesmos, com qualidade reduzida, e o rendimento escolar está condicionada aos aspectos culturais, econômicos e sociais de suas famílias.

Diante disso, há exceções, o IFRR-Campus Novo Paraíso é uma, ele está localizado numa área ainda é desenvolvimento, carente de inúmeras políticas públicas já citadas

anteriormente, mas é uma instituição riquíssima com excelente profissional, boa estrutura, no qual tem oportunizado uma educação com qualidade e contribuído, sobretudo para o desenvolvimento local e sucesso escolar dos discentes.

4.5 A Visão dos Discentes do CTA Sobre as Perspectivas Profissionais

As perspectivas da juventude rural são avassaladoras no meio rural, pois os pais e a família precisam está preparados para as pragas, chuvas e seca em demasia. Além disso, há precárias condições de vida no campo, mas para quem possui poder aquisitivo elevado, este terá condições de até ter uma qualidade de vida melhor, já os desfavorecidos ocorrem o contrário, pois as dificuldades sociais e econômicas são marcas acentuadas no cenário rural.

Para a compreensão das perspectivas iniciais dos discentes do módulo I, foi solicitado na questão 8 do questionário 2 em apêndice B, que para o discente assinalasse a alternativa que melhor expressa sua perspectiva profissional futura: foram dadas oito (8) opções de escolha para marcar somente uma, e um espaço para outros, caso nenhuma dessas fossem a perspectiva futura do discente. Segue abaixo os resultados.

No quesito a)Trabalhar na área em quê estudo, foi a escolha de quarenta (40) discentes; já a opção b) Trabalhar em outra área de quinze (15) discentes, a opção c) Vou fazer vestibular na área de Agropecuária cinco (05) discentes, na opção d) Vou fazer vestibular para curso não ligado Agropecuária tivemos onze (11) discentes, na e) Vou prestar concurso para exercer atividade em empresa pública um (01) discente, a f) Pretendo trabalhar em empresa privada é a pretensão de dez (10) discentes, a g) Pretendo retornar para minha propriedade e aplicar os conhecimentos técnicos adquiridos foi a escolha de três(03) discentes e cinco (05) discentes optaram por h) Ainda não me decidi.

Já para os discentes dos módulos V ao VIII, a quinta questão do questionário 01, que abordou conhecer as aspirações dos discentes após a conclusão do curso. Assim, perguntou-se 5) Quais são os seus planos após o término do curso TA?

A primeira questão deste tema dispôs sobre: **a) Ir à busca de do trabalho da formação profissional que esta cursando?** Foram dadas duas opções para marcar: o sim e o não. Para a resposta **sim** foram trinta e cinco (35) alunos, correspondendo a 37% da amostra, assim distribuídos: sete (07) alunos do módulo V, seis (06) alunos do módulo VI, cinco (05) alunos do módulo VII, e dezessete (17) alunos do módulo VIII. Já para não foi em geral trinta e seis (36) discentes, correspondendo a 38% da amostra sendo: quatorze (14) alunos do módulo V, dois (02) alunos do módulo VI, sete (07) alunos do módulo VII, e treze (13) alunos módulo VIII. Não responderam totalizou vinte e quatro (24) discentes, correspondendo a 25% sendo: dez (10) alunos do módulo V, um (01) aluno do módulo VI, dez (10) alunos do módulo VII, e dois (02) alunos do módulo VIII.

Na segunda questão, foi perguntado sobre o interesse de **b) Realizar o vestibular para algum curso de Ensino Superior que tenha relação com o curso Técnico em Agropecuária.** Assim tivemos para **sim** foi no total de quarenta e cinco (45) alunos, correspondendo a 47% dos entrevistados sendo doze (12) alunos do módulo V, sete (07) alunos do módulo VI, seis (06) alunos do módulo VII e vinte(20) alunos do módulo VIII. Já para **não** o total geral foi de trinta e quatro (34) alunos, correspondendo a 36% da amostra sendo: quatorze (14) alunos do módulo V, três (03) alunos do módulo VI, seis (06) alunos do módulo VII, e onze (11) alunos do módulo VIII. **Não responderam** totalizou dezesseis (16) discentes, correspondendo a **17% dos entrevistados**, sendo: sete (07) alunos do módulo V, um (01) aluno do módulo VI, sete (07) alunos do módulo VII, um (01)aluno do módulo VIII.

A terceira questão foi a letra **c) Você pretende continuar morando no interior ? Por quê?** Essa pergunta não consta do questionário do Apêndice B. Foram dadas duas opções para marcar: o sim e o não, e deixado espaço para responder o porquê. Para os discentes que querem permanecer morando onde estão, com o sim, tivemos o total geral de: vinte e quatro (24) discentes, equivalente a 25% da amostra, sendo: três (03) alunos do módulo V, cinco (05) dos alunos do módulo VI, quatro (04) alunos do módulo VII, e doze (12) alunos do módulo VIII. Já para os discentes que não pretendem morar nas suas cidades e querem ir para capital ou outras, tivemos quarenta e cinco (45) discentes, equivalente a 47% da amostra, sendo: dezoito (18) alunos do módulo V, quatro (04) dos alunos do módulo VI, oito (08) alunos do módulo VII, e quinze (15) alunos do módulo VIII. Além disso, vinte e seis (26) discentes não responderam o item, correspondendo a 27% do total dos entrevistados.

Dos discentes que querem permanecer morando em suas cidades tivemos as falas abaixo, um ponto interessante para a permanência refere-se à relação familiar. Assim, para esses discentes, que não pretendem migrar, eles destacaram o seguinte:

“Porque meus pais possuem lotes”. Discente A, **módulo V**.

“Porque eu gosto! E tenho que ajudar meus pais porque eles investiram em mim todos esses anos para quando eu terminar eu ir pra lá!!”. Discente B, **módulo VII**.

“Pois minha família mora no interior e ainda sou menor”. Discente C, **módulo VIII**.

“Não sei como vai ser mais pretendo morar no interior perto da minha família e amigos”. Discente D, **módulo V**.

“Pretendo continuar morando onde estou”. Discente E, **módulo VI**.

“Por enquanto, pois quero ficar alguns “dias” perto da minha família”. Discente F, **módulo VIII**.

Além dos laços sociais, outros discentes destacaram a chance de poder colocar em prática na sua comunidade a aprendizagem obtida da formação técnica no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFRR-Campus Novo Paraíso, a saber:

“Para contribuir com o desenvolvimento da região, e é no interior que ocorre a maior necessidade para que ocorra esse desenvolvimento”. Discente A, **módulo VI**.

“Por que é lá que eu quero fazer e mostrar o que eu aprendi”. Discente B, **módulo VII**.

“Eu quero trazer nossas coisas para a comunidade”. Discente C, **módulo VI**.

“Porque é um lugar onde se tem grandes propriedades onde se pode trabalhar e colocar os conhecimentos em prática”. Discente D, **módulo VIII**.

“Por enquanto sim, para executar as atividades de aprendizagem”. Discente E, **VII**.

“Porque irei repassar aos agricultores da nossa cidade que eles possam uma ótima qualidade do produto, rebanho e entre outros”. Discente F, **módulo VIII**.

Essas declarações dos discentes são importantes para se conhecer as percepções destes discentes que estão interessados em contribuir para a melhoria de suas comunidades por meio de seus conhecimentos. E isso se torna gratificante para Instituição que tem conseguido alcançar esses discentes que serão multiplicadores de saberes científicos no seu dia a dia.

Sobre as oportunidades que não observam encontrar na zona rural, alguns discentes destacaram:

“Quero subir na vida conhecer novos lugares e novas pessoas”. Discente A, **módulo V**.

“Vou à busca de um estudo que ofereça melhor contribuição para a área que eu pretendo seguir”. Discente B, **módulo V**.

Outro aspecto levantando, refere-se a negatividade da imagem do campo, que é ainda fortemente estabelecida por falta de condições estruturais, políticas públicas efetivas que garantam a efetividade dos serviços para as populações campestres e também pelo anseio pessoal diverso da finalidade do curso proposta. Assim, o mesmo justificaram não pretendem continuar morando na zona rural pelos seguintes motivos:

“Por ter uma estrutura precária”. Discente A, **módulo V**.

“Por circunstâncias de curso específico da área agrícola, pois o estado oferece mais da parte educacional”. Discente B, **módulo VI**.

“Porque no interior não tem nada p/ oferta”. Discente C, **módulo VII**.

“Por que no interior não oferece curso bons no vestibular”. Discente D, **módulo VIII**.

“Não, porque na capital terei mais oportunidades”. Discente E, **módulo V**.

“Porque onde moro não tem condições tem como dar continuidade meus estudos”. Discentes F e G, **módulo VII**.

“Não, pois no meu município, não é viável a faculdade que eu quero fazer”. Discente H, **módulo V**.

“Porque eu espero estudar mais e no interior não tem essas oportunidades”. Discente I, **módulo V**.

“No interior não são ofertados tantos cursos, digo isso em faculdades. Sendo ofertados mais escolhas na capital do estado”. Discente J, **módulo V**.

“Porque não oferece suporte para um ensino superior de qualidade”. Discente K, **módulo V**.

“Pois tem pouca valorização no interior. E alguns produtores ainda não aceita as novidades da tecnologia e dificultam o trabalho do técnico em agropecuária”. Discente L, **módulo VIII**.

“Vou à busca de evoluir nas regiões urbanas”. Discente M, **módulo VII**.

“Por não oferece o curso que eu pretendo fazer”. Discente N, **módulo V**.

“Vou para capital, no interior não tem muita escolha pra fazer facul”. Discente O, **módulo V**.

Quanto ao entendimento de compreender o que leva o discente a sair de sua casa, do seio familiar para uma “cidade grande”, a fim de ter melhores condições de vida, remete-nos a seguinte reflexão esboçada por Redin (2012) no qual é subjetivo entender o que leva os jovens a migrarem para outras cidades.

Além das proposições dos discentes acima, tivemos outros discentes que pretendem migrar para outras cidades, com as seguintes justificativas:

“Pois o mercado de trabalho na capital é mais amplo”. Discente A, **módulo VIII**.

“Irei à busca de formação profissional na capital, ou grandes centros urbanos”. Discente B, **módulo VIII**.

“Não por que onde eu moro não tem local para trabalho”. Discente C, **módulo V**.

“Porque na cidade há mais chances de fazer pesquisa de trabalhos mais elaborados”. Discente D, **módulo VIII**.

Além dos interesses dos discentes apresentados antes, segue abaixo outras perspectivas dos discentes no que diz respeito às áreas pretendidas para o ensino superior e outros, tais como:

“Pretendo ir embora para Boa Vista cursar Direito”. Discente A, **módulo VIII**.

“Pretendo me formar em informática”. Discente B, **módulo VI**.

“Por que procuro especialização em outros estados”. Discente C, **módulo VIII**.

“Porque vou atrás de mais especializações”. Discente D, **módulo V**.

“Quero fazer outros cursos”. Discente E, **módulo VI**.

“Pois pretendo fazer uma faculdade de engenharia mecânica”. Discente F, **módulo VIII**.

“Quero fazer faculdade em área totalmente diferente”. Discente G, **módulo VI**.

“Porque eu quero seguir uma carreira militar em Boa Vista”. Discente H, **módulo VIII**.

“Eu pretendo aprender algo que não seja relacionado agricultura”. Discente I, **módulo VIII**.

“Para fazer uma boa faculdade em outro lugar”. Discente J, **módulo V**.

“Porque pretendo fazer faculdade na cidade”. Discente K, **módulo V**.

“Quero ir para outra cidade para entrar numa faculdade”. Discente L, **módulo V**.

Nesse contexto, a grande maioria quer ir morar na capital Boa Vista, com a finalidade de prosseguir os estudos no Ensino Superior, é fato que grande parte dos discentes egressos atualmente está morando na capital Boa Vista, não há um estudo, mas a própria instituição tem noções básicas, pois há uma rede social da instituição no qual pode ser observado esse fenômeno, e também com base nos resultados de vestibulares, por exemplos: alguns estão fazendo curso de Graduação em Biologia, Agronomia, Zootecnia e outros na Universidade Federal de Roraima e em outras instituições particulares, bem como, alguns estão trabalhando em lojas como comerciários, e outros na área de formação ou correlacionada.

Nessa questão, muitos dos discentes estão atraídos pela cidade, mas vale apontar que a dinâmica do espaço rural passa por várias interpretações e, é difícil de generalizar segundo Rendim (2012, p. 137) com base “nas indecisões, as ambiguidades e as formas contraditórias de compreensão do mundo do jovem rural”, pois almejam uma condição de vida urbana, que é apregoado na mídia, onde é possível encontrar variedades de opções, maiores universidades de qualidade, talvez um emprego mais fácil, e opções de lazer que no rural é quase nulo.

Nessa perspectiva tais fatos supracitados têm atraindo a juventude de Roraima, e com o avanço da globalização isso é reforçado, para que a juventude rural migre do campo, pois a competição no mercado de trabalho é alta, as exigências estão cada vez maiores para a obtenção de um emprego, pois só ter o Ensino Médio não é mais necessário, é preciso mais e muitas outras qualificações, como por exemplo, os cursos técnicos são uma forma de passar na frente do concorrente. Assim, muitos discentes fazem o curso, pois terão duas formações em uma, o Ensino Médio e curso técnico, embora talvez queira seguir a formação profissional, no seu currículo se torna mais atrativo e vantajoso para concorrer uma vaga de trabalho.

Cumprê destacar que o Ministério da Educação (2009, p.11) declara que a Educação no Campo emergiu devida:

A preocupação com a grande migração do campo para a cidade fez com que fossem buscados mecanismos para frear ou desacelerar o êxodo rural, passando-se a vislumbrar a educação como um instrumento eficaz para realizar essa função [...] justificavam-se todas as iniciativas a favor da educação rural e agrícola [...] como forma de “fixar” o homem ao campo [...].

No tocante a isso, é preciso considerar que apesar dos avanços na educação, infelizmente a Educação básica não faz parte para uma grande maioria, pois ainda prevalece altas taxas de analfabetismo, em especial, entre os jovens. A escola representa para muitos cidadãos a grande chance de ascensão social, no entanto, não basta ter formação técnica específica se as outras condições não forem contempladas.

Além disso, muitos discentes na zona rural vivem condições materiais impróprias, tais como, estradas de difícil acesso, precárias condições de transporte, contestável qualidade do ensino, e desmotivação dada às condições dos serviços públicos serem inacessíveis. Diante disso, estes jovens rurais almejam um projeto de vida que seja diferente do sofrimento de seus pais, no qual se percebe que a maioria dos discentes pesquisados possuem projeto de vida em busca da formação superior.

Nesse sentido, Rendin (2012, p. 129) destaca que:

A falta de perspectiva no rural condiciona também jovens com menor qualificação a arriscar a vida nas cidades metropolitanas. Alguns retornam por não se adaptarem ao ritmo e ao estilo de vida urbano, outros continuam, mas, devido à pouca qualificação, sofrem restrições significativas para conquistarem um emprego valorizado e bem remunerado.

Assim, faz-se necessário que se pense em políticas públicas para os jovens no campo, que busque a promoção de inseri-los socialmente, com atividades que trabalhem a motivação, reconhecimento, legitimação e contraste social, essas serão algumas das formas para se contrabalançar as distorções engendradas por diversas maneiras de acesso, que acenam à ascensão da qualidade de vida no rural hoje (RENDIN, 2012).

Portanto, concorda-se com Rendin (2012, p. 137) é preciso buscar o diálogo: “trata-se de pensar a formação para a juventude a partir de suas expectativas e não de pressupostos que os agentes externos tenham sobre o que seria adequado para os jovens rurais”.

4.6 Local de Moradia dos Discentes

A última pergunta do questionário I, buscou-se conhecer o local de moradia dos discentes do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, foi explicado a eles o que caracterizava o perímetro urbano e rural, e foi pedido que escrevesse o nome da cidade, Assim se perguntou “5) Você mora no perímetro: urbano ou rural?” Já no questionário II para os discentes do módulo I, foi fechada a questão, bem como a localidade para ser marcada.

Com a seguinte redação: “Você reside em: a) área urbana, b) área rural; na área urbana totalizou 110 (cento e dez) discentes, sendo assim distribuído que residem na área urbana dos municípios: 57 (cinquenta e sete) alunos do módulo I, 23 (vinte e três) discentes do módulo V, 07 (sete) discentes do módulo VI, 09 (nove) discentes do módulo VII, e 14 (quatorze) discentes do módulo VIII. Na zona rural foram 45 (quarenta e cinco) discentes, sendo 18 (dezoito) discentes do módulo I, 06 (seis) discentes do módulo V, 04 (quatro) discentes do módulo VI, 03 (três) discentes do módulo VII e 14 (quatorze) discentes do módulo VIII. Não responderam a esta questão no total 30 (trinta) discentes, sendo 15 (quinze) discentes do módulo I, 04 (quatro) discentes do módulo VI, 07 (sete) discentes do módulo VII, 04 (quatro) discentes do módulo VIII.

Da cidade de moradia dos discentes tivemos: em primeiro lugar Rorainópolis com 56 (cinquenta e seis) discentes, em segundo lugar São João do Baliza com 18 (dezoito) discentes, terceiro lugar São Luiz com 17 (dezesete) discentes, depois tivemos, Entre Rios com 12 (doze) discentes, Vila Moderna-São Luiz com 11 (onze) discentes, Caroebe e Vila de Novo Paraíso cada um teve 10 (dez) discentes, Caracará com 07 (sete) discentes, Vila Martins Pereira 05 (cinco) discentes, Vila Moderna com 04 (quatro) discentes, Vila Petrolina com 03 (três) discentes. Do universo da pesquisa 185 (cento e oitenta e cinco) discentes, 32

(trinta e dois) discentes deixaram de responder essa questão. Segue abaixo a discriminação dos números de discentes por módulo do lugar de suas residências.

A cidade de Rorainópolis é local de moradia: de 19 (dezenove) discentes do módulo I, 12 (doze) discentes do módulo V, 05 (cinco) discentes do módulo VI, 07 (sete) discentes do módulo VII, e 13 (treze) discentes do módulo VIII. A Vila Martins Pereira é local de moradia de 01 (um) discente do módulo I, 02 (dois) discente do módulo V, e 02 (dois) discentes do módulo VIII. A Vila de Nova Colina pertencente ao município de Rorainópolis é local de moradia de 01 (um) discente do módulo I, 02 (dois) discentes do módulo V, e 01 (um) discente do módulo VIII.

A cidade de São João do Baliza é local de moradia para 05 (cinco) discentes do módulo I, 03 (três) discentes do módulo V, 01 (um) discente do módulo VI, 04 (quatro) discentes do módulo VII, e 05 (cinco) discentes do módulo VIII.

A cidade São Luiz é local de moradia de, 03 (três) discentes do módulo I, 05 (cinco) discentes do módulo V, 01 (um) discente do módulo VI, 02 (dois) discentes do módulo VII, e 06 (seis) discentes do módulo VIII. A Vila Moderna em de São Luiz é local de moradia de 02 (dois) discentes do módulo V, 01 (um) discente do módulo VI, 06 (seis) discentes do módulo VII, e 02 (dois) discentes do módulo VIII.

A cidade de Caroebe é o local de moradia de 09 (nove) discentes do módulo I, 01 (um) discente do módulo V. A cidade de Entre Rios em Caroebe é local de moradia de 12 (doze) discentes do módulo I.

A cidade de Caracará é local de moradia de 04 (quatro) discentes do módulo I, 01 (um) discente do módulo V, 01 (um) discente do módulo VI, e 01 (um) discente do módulo VIII. Já a Vila de Novo Paraíso em Caracará é local de moradia de 04 (quatro) discentes do módulo I, 03 (três) discentes do módulo V, 01 (um) discente do módulo VI, e 02 (dois) discentes do módulo VIII. A Vila Petrolina pertencente ao município de Caracará é local de moradia de 01 (um) discente do módulo V, 02 (dois) discentes do módulo VI.

Segundo dados do IBGE no censo demográfico de 2010, a população masculina predomina em Roraima, assim a população rural do Sul do Estado de Roraima é maior nas duas cidades (Rorainópolis e Caroebe) das cinco atendidas pelo IFRR-Campus Novo Paraíso, no qual pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 4 - População Urbana e Rural da Região Sul do Estado de Roraima.

POPULAÇÃO	TOTAL POPULAÇÃO URBANA	TOTAL POPULAÇÃO RURAL	TOTAL
Caracará	10.889	7.495	18.384
Caroebe	3.324	4.790	8.114
Rorainópolis	10.679	14.908	25.587
São João da Baliza	4.775	2.003	6.778
São Luiz	4.555	2.295	6.750
TOTAL	34222	31491	65713

Logo, a população abrangente das cidades que pertencem ao Sul do Estado de Roraima e são atendidas pelo IFRR-Campus Novo Paraíso, são caracterizadas por: população urbana representa 52,08%, já a população rural 47,92% dessa população.

5 CAPÍTULO V - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS APLICADAS COM OS DOCENTES

Para a compreensão do desenvolvimento das práticas pedagógicas no IFRR Campus Novo Paraíso, foi utilizada a entrevista semiaberta em Apêndice D para os docentes de áreas diversas escolhidos aleatoriamente e por voluntariedade, do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. As mudanças que ocorreram foram no tocante a reformulação do plano do curso, a diminuição do tempo de término de curso, antes durava quatro anos, hoje dura três anos.

Na percepção dos docentes, houve mudanças, mas não foram suficientes, uma delas refere-se à redução da carga horária, que é um entrave, já que os discentes trazem inúmeras dificuldades da educação fundamental que não fizeram de forma efetiva na rede municipal e/ou estadual do estado de Roraima. Além disso, os docentes entrevistados em sua maioria enfatizaram que os problemas da localização atrapalha o rendimento do aluno e cansa o servidor.

Quanto à aplicação das entrevistas foram ao todo 17 (dezesete) assim dividida: 11 (onze) docentes, e 06 (seis) servidores em cargo de função gratificada, distribuídos da seguinte forma: 04 (quatro) docentes da área de formação geral e 07 (sete) docentes da área técnica. Já, quanto aos servidores em cargo de função gratificada foram: 02 (dois) servidores técnicos: 01 (um) Pedagogo e Técnico em Agropecuária, e 04 (quatro) docentes da área técnica.

O roteiro da entrevista com os docentes foi composto de três perguntas, mas como o instrumento de entrevista foi semiestruturada, no momento da entrevista surgiram novas perguntas no decorrer da conversa com o docente, no qual eu ia indagando e anotando as respostas do mesmo, e também para alguns docentes, houve o consentimento de mesmo e gravei a entrevista.

Assim, no primeiro questionamento foi sobre o que pensa o docente sobre o Curso Técnico em Agropecuária para o IFRR-Campus Novo Paraíso, o que representa essa formação para o município e Roraima.

Diante disso, argumentaram os docentes:

“É uma oportunidade de formação qualificada, e ainda melhoramento das práticas que já possui”. Docente A.

“Seria uma oportunidade para os filhos dos agricultores adquirirem algum conhecimento que possam ser aplicados nas propriedades da região”. Docente B.

“A área agrícola é fundamental na produção olericultura de culta de milho, feijão, a parte da pecuária mista, a produção, dará uma contribuição grande para região e até para a região Norte”. Docente C.

“Representa uma oportunidade de educação melhor, de mais qualidade, oportuniza o discente a ter uma profissão que é a de técnico em agropecuária no futuro para o mercado, e a tendência é melhorar a qualidade de vida”. Docente D.

“Representa uma forma de elevar o conhecimento técnico para as pessoas”. Docente E.

“O curso de agropecuária abre novos horizontes, amplia a visão dos discentes, para produção vegetal e animal, como por exemplo, a criação de pastagens e a criação de gado”. Docente F.

“Na sua maioria são alunos urbanos, e eles estão mais preocupados com Ensino Médio em si, do que com o ensino profissionalizante, eles estão querendo mais a qualidade do Ensino Médio para poder concorrer com um pouco mais de conhecimento para passar no vestibular. A preocupação deles é mais com a universidade, do que com a profissionalização em nível médio”. Docente G.

“Representa uma instituição de alto nível de qualidade, com uma experiência positiva para uma boa formação do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária para região Sul do Estado de Roraima”. Docente H.

“Representa um alto grau de instrução, a qualidade, a estrutura física não é ruim, uma referência de educação profissional, só que falta manutenção”. Docente I.

“Representa uma grande oportunidade de ensino de qualidade, um estudo reconhecido pelo resultado do ENEM 2012, e na oportunidade que terão as perspectivas de ser na área técnica como na inserção futura no nível superior”. Docente J.

“Os alunos realmente tem um ensino de qualidade. Então é diferente do Estado da Prefeitura, mas os alunos quando eles vem para cá eles tem uma visão, quando eles chegam eles veem o que é realmente a realidade, então, muitos estão aqui mas, não tem o perfil, porque os pais ao meu ver, os pais praticamente obrigam eles virem para cá, porque sabem que aqui é uma escola que eles vão ter o ensino básico bom, diferente de outras escolas, mas tem a parte prática, que eles tem estudar e não tem afinidade é aí que você a diferença de um que é, e de um que não está nem aí. Se por acaso tivesse outros cursos aqui, a não ser agropecuária, por exemplo, um técnico em Administração, aí sim, teria uma divisão de áreas aí ficariam os alunos que tem vocação para o técnico em agropecuária. É a minha visão”. Docente L.

Como se pode observar na visão dos docentes o ponto mais destacado refere-se à qualidade do ensino, a possibilidade de o curso abrir outras oportunidades para a produção vegetal e animal, a boa estrutura física da instituição, o desempenho satisfatório que os discentes terão com a aprovação no vestibular, mas para alguns além de destacarem essas qualidades recomendaram que tivesse: a manutenção da escola, novos cursos para que fiquem no curso Técnico em Agropecuária os discentes que realmente que tem afinidade com a área, pois o interesse na aprendizagem será muito mais profícuo.

O IFRR/CNP adota a competência como concepção de currículo nos seus critérios de habilidades (Plano de Curso, 2012, p.104), é importante ressaltar que a instituição trabalha com a interdisciplinaridade destinando para isso que os discentes possam desenvolver atividades integradas. Os critérios de avaliações seguem abaixo relacionados, conforme preconiza o Plano de Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (2012, p. 106):

Deverão ser realizadas, pelo menos três avaliações, utilizando instrumentos diversificados, e ainda, garantindo que em uma das avaliações pelo menos 30% do aproveitamento do aluno no módulo-esteja relacionada ao seu desempenho prático, no desenvolvimento das ações/projetos integrados. A média final para aprovação no componente curricular em cada etapa será igual ou superior a 6,0 (seis).

Como se observa no plano de curso do CTA há previsão ações e projeto integrados que são importantes ferramentas para os discentes possam ter noções de um objeto/tema em várias abordagens do conhecimento interdisciplinar.

Por outro lado, que as instituições educacionais não façam o que expressa Ramos (2003, p.412) em seu estudo encontrou os alguns problemas nas orientações oficiais para os currículos da educação profissional de nível técnico, a saber:

- a) Reduzem as competências profissionais aos desempenhos observáveis;
- b) reduzem a natureza do conhecimento ao desempenho que ele pode desencadear;
- c) consideram a atividade profissional competente como uma justaposição de

comportamentos elementares cuja aquisição obedeceria a um processo cumulativo; d) não coloca a efetiva questão sobre os processos de aprendizagem, que subjazem aos comportamentos e desempenhos: os conteúdos da capacidade.

Assim, que o currículo possa superar esses delineamentos e propor uma ação educativa voltada para o bem-estar dos discentes para a compreensão da sua realidade e o seu desenvolvimento humano, distante de uma ideologia, que escamoteia a sua realidade.

No segundo quesito da entrevista foi tratado sobre o currículo e a carga-horária das disciplinas, se as mesmas são suficientes para a formação do aluno técnico em Agropecuária?

Foi exposto sobre as mudanças internas no currículo, que vem sendo realizada, a saber:

Vem sendo reorganizado, até para poder integrar a disciplina teoria e prática, ainda já se percebeu isso na disciplina culturas anuais, o qual teve a discussão nesse sentido, que em reuniões pedagógicas se trabalha muito na perspectiva do currículo integrado, mas na prática há inúmeras dificuldades, foi realizada reuniões para que fossem direcionadas para discussões das áreas afins”. Docente A.

Na percepção do docente abaixo, o mesmo faz o relato da experiência exitosa do currículo integrado:

Teve na elaboração do plano de curso para integrar a relação entre a base comum e área técnica, que aplicar os conhecimentos de matemática, nas disciplinas específicas do curso, com isso, já vai melhorar bastante, porque estreitou (aproximou) mais as duas áreas. Tem a articulação no currículo, com o objetivo maior para fazer essa integração, para que isso aconteça, as ementas estão sendo montadas, abrangendo conteúdos que estejam diretamente relacionados com a prática. Sobre o currículo integrado é discutido na semana pedagógica é discutido com os professores da área técnica, que apresenta as disciplinas e os conteúdos e área comum, estão sendo utilizados. Docente B.

Os docentes relataram como se desenvolve a discussão da integração entre as disciplinas, os mesmos destacaram as reuniões pedagógicas, mas cabe o professor aderir ou não a essa prática, assim, observa-se que os professores entrevistados estão fazendo uso desse recurso para a aprendizagem dos discentes.

Noutro pensar, o entrevistado abaixo declara a dificuldade de ministrar os componentes curriculares em uma carga horária pequena:

Como não tenho muito tempo na instituição entrei há cinco meses, é positiva a equipe pedagógica, tivemos semana de recepção e de acolhimento. A carga horária é pequena, por exemplo, eu preciso ensinar quatro culturas em um mês, e pra falar de cada uma por exemplo, de feijão, fica puxado, mesmo assim entendo que são várias disciplinas que o discente precisa ter para se formar, mas se tivessem como aumentar. Docente C.

No tocante a prática interdisciplinar, isto é, ao currículo integrado, tivemos os seguintes argumentos:

“Eu faço na medida do possível, nem todas as disciplinas é possível, está no dilema de integrar com a área técnica, é o meu dilema, já o currículo de nível médio não há problemas”. Docente D.

“Há a articulação do currículo, tem esse objetivo”. Docente E.

“A carga horária das disciplinas, dar para apresentar, é suficiente”. Docente F.

Na visão do entrevistado, a carga horária da formação técnica que envolve as disciplinas específicas do curso, da própria aula prática está dentro da aceitação.

“As ementas tem muito conteúdo, e é preciso correr muito com a disciplina, pois a carga horária está no limite mínimo”. Docente G.

O professor entrevistado acima destacou sobre a carga horária que é insuficiente para propiciar uma boa apresentação dos componentes curriculares, sendo necessário “correr no conteúdo” e ficando a lacuna dessa aprendizagem.

Outro docente entrevistado declarou sobre o interesse dos alunos pelo curso e como aliar com a carga horária disponível:

“Como em toda escola, temos alunos que se interessam, outros que têm envolvimento e os que não têm, a carga horária é razoável, é preciso que os discentes agarre essa oportunidade que é a formação de técnico em agropecuária com eficiência”. Docente H.

Na experiência do entrevistado, as aulas integradas despertam o interesse dos discentes, e ao mesmo tempo enfatiza a oportunidade de educação de qualidade ofertada para que os discentes não percam essa chance.

“A carga horária é pequena para muitos conteúdos, sem falar nas dificuldades de aprendizagem, especialmente quando envolve cálculos e interpretação por parte dos alunos”. Docente I.

A carga horária é tênue. O perfil dos alunos começa a alterar no decorrer do curso, não tem interesse, preferem outras áreas tais como: informática, secretariado, eletrônica, e outro ponto, os discentes chegam aqui e pedem para se preparar para o vestibular, e alguns alunos cobram por isso. Há inúmeros problemas problema falta de energia, o período integral de aulas, cansa os discentes. Temos tentado criar atividades de extensão do IFRR-Campus Boa Vista, no intervalo do almoço, pois estava acontecendo vandalismos, pois os discentes ficavam sós, ou gazeteava aula. Docente J.

“A carga horária é pequena para a grandeza de assuntos, e por isso temos que correr com a disciplina”. Docente L.

Um problema apontado durante o desenvolvimento da pergunta acima, os docentes entrevistados destacaram algumas das dificuldades que sentem, uma delas refere-se aos discentes em acompanhar o curso, pois é preciso voltar aos assuntos básicos que deveriam ter aprendido no Ensino Fundamental, que são o seguinte:

“Os alunos não tem boa base de Português e Matemática, é muita defasagem”. Docente A.

Esse dado pode ser constatado com visita *in loco* na supervisão escolar, onde foi relatado o número elevado de reprovações no módulo I. Assim, de acordo com informações obtidas na instituição, os alunos quando vem para o IFRR não estão acostumados com o tipo de educação apresentado, por isso no início apresentam algumas dificuldades em especial, português e matemática, mas que, logo são superadas, pois os professores fazem revisões, o que acaba atrasando o conteúdo programático. No entanto, essa metodologia ajuda a melhorar o rendimento escolar do aluno posteriormente.

O docente abaixo apontou duas dificuldades que percebe na aprendizagem dos alunos,

O primeiro ponto refere-se a formação anterior e, o segundo ponto e do horário que os discentes saem de suas casas, e chegam aqui passam o dia todo, saem cedo e chegam tarde, apresentam sonolência na sala de aula. Se tivessem um campo de aula prática mais abrangente, se tivessem oportunidades para aplicação prática, as localidades são distantes a localização. Docente B.

A questão da distância e deslocamento dos discentes é fato, já foram apresentados em capítulo anterior os dados referentes ao deslocamento que para alguns discentes oriundos de alguns municípios superam mais de 100 km por trecho de viagem, o que faz necessário, os mesmos levantarem bem cedo para virem no ônibus que a instituição disponibiliza gratuitamente para o transporte escolar.

No tocante a outras dificuldades, seja de planejamento e outros, outro docente apontou a estrutura física que está inserida a escola, pois conforme ele:

“Os discentes possuem muitas dificuldades relacionadas a formação básica, pois é muito deficiente, tem que retroagir para ensinar matemática que assunto da Educação primária”. As situações são desfavoráveis, pois a escola foi construída num terreno de áreas alagadas, foi aterrado, o solo é infértil, no entanto, estão fazendo um projeto que está para inaugurar, é preciso procurar outra área mais drenada, mais fértil, a saída para as aulas práticas é visitar propriedades de agricultores ou fazendeiros da região, e até com pais de alunos. Docente C.

Outro problema refere-se a aprendizagem dos discentes, pois esse problema vem da Educação Estadual, lá os discentes não tem um arcabouço teórico abrangente, trazem assim, pouca habilidade de leitura e escrita, e raciocínio, o que causa desinteresse”. Para tanto, a mesma tem conhecimento que no plano de curso está sendo revisto a inclusão de disciplinas, por exemplo, Português Instrumental. Docente D.

Um dos entrevistados argumentou a nova alteração no Plano de Curso do Técnico em Agropecuária Integrado ao Médio, segundo o que se pode inferir, a carga horária ficou no limite mínimo, pois antes o curso era mais estendido de quatro anos, e hoje são três anos de duração.

“Os alunos apresentam muitas dificuldades de interpretação, cálculo, o que é necessária em algumas disciplinas ligadas a Zootecnia”. Docente E.

O entrevistado enumera as dificuldades que os discentes apresentam que interferem no desenvolvimento das aulas e na incompreensão. Assim, o professor precisa parar de ministrar o componente curricular para ensinar Português e Matemática, para que sua aula não fique prejudicada e os alunos consigam compreender.

No tocante, ainda as dificuldades de aprendizagem que os alunos apresentam, o docente abaixo foi mais enfático:

“As dificuldades vem da Educação Básica, os alunos leem, mas não compreendem Português e Matemática”. Docente F.

A formação da Educação Básica é o principal problema apontado pelo entrevistado, é fato que as escolas públicas não estão preparadas e não estão focalizadas para essa oferta com qualidade, e quando se passa a analisar as áreas rurais esse dado só piora.

Na visão do docente abaixo, mediante a transcrição da gravação da entrevista do mesmo; ele apresenta uma gama de fatores e dificuldades que permeia a agricultura local do Sul do Estado de Roraima, a saber:

Os alunos veem que o Estado a questão agrária fica em segundo ou terceiro plano, o Estado consome ou quase tudo que consome vem de fora, e não tem políticas públicas voltadas para isso, as políticas públicas voltadas para o setor agrário está incipiente, então o aluno não vê, não vislumbra o fortalecimento do setor, são poucas as pessoas que atuam nesse setor, ou as grandes empresas, ou então aquele indivíduo que tá no campo, por falta de opção em outras áreas, são pessoas mais velhas, agricultores vindos de outras regiões do país, porque no Estado a agricultura para comercialização, para transporte, armazenamento, é muito precária quase não tem energia nas vicinais, as estradas são estradas sem pavimentação, quando chove ficam intransitáveis, a estrutura de conservação de alimentos, a comercialização, as distâncias são muito grandes, então a agricultura torna-se um elemento de subsistência, quase não tem agricultura comercial, ela é incipiente, só os grandes empresários de grãos e da pecuária de corte, é tanto que a pecuária leiteira é quase insignificante, ela é praticamente inexistente, é muito incipiente, a criação de pequenos animais é incipiente e a nível de quintal de pequenos ruminantes e aves, é incipiente, a fruticultura também é incipiente, horticultura também é incipiente, então não se vê aqui desenvolvimentos para essa área, não se vê pessoas vivendo bem a partir da agricultura, da agricultura pequeno porte, da agricultura familiar, ela se torna apenas a produção de alimento para o consumo de alimentos para família, para fins comerciais é por demais escasso, não existe, sem falar nos fatores surpresa que ocorrem constantemente, as pragas que a gente conhece por falta de cuidados do setor sanitário e também a mão de obra da região que é muito cara, os insumos são muito caros, então a agricultura virá algo muito difícil de ser praticado. Docente G.

Assim, com base na fala do professor acima, o qual apresentou as dificuldades reais que a localidade apresenta, o qual ele conhece de perto por lidar com a área Agrônoma e por ter propriedade na região.

Sobre as dificuldades, a principal delas refere-se à educação básica anterior dos discentes que iniciam os estudos no Ensino Médio do IFRR-Campus Novo Paraíso, assim, abaixo mais uma fala que ressalta mais uma vez este celeuma e outros:

Há dificuldades quanto a aprendizagem dos alunos, muitos tem dificuldades na língua portuguesa, atingir o resultado é mais complexo, e é grande a dificuldade de aumentar na aprendizagem, requer muito esforço e dedicação do discente. Por outro lado à escola apresenta dificuldade de logística e física, esse ano(2013) até que melhorou a falta de água, energia, mas ainda há o desgaste para chegar no Campus dos alunos com longas viagens. Docente H.

No IFRR-Campus Novo Paraíso, adotava antes o sorteio público para entrada dos novos alunos, hoje com a nova reformulação do plano de curso, o processo seletivo para entrada do no curso é mediante uma prova objetiva e redação, que se torna bem distante dos filhos de agricultores que por não terem a oportunidade de estudar em escolas mais estruturadas, na maioria das vezes por não terem professores para todas as séries do Ensino Fundamental estudam em classes multisseriadas.

Assim, o processo seletivo é realizado com uma prova objetiva com 20 (vinte) questões de Português e 20 (vinte) questões de matemática e uma redação com tema voltado para área de agropecuária. Logo, torna-se um desafio muito grande para o discente que vive na zona rural e na sua maioria apresentam mais dificuldades aprendizagem, pois não tiveram a oferta de educação com qualidade.

Além disso, outra dificuldade refere-se a estrutura física voltada para as aulas de componentes curriculares voltados para a Zootecnia, isto é, não tem campo didático, só tem

o apiário, por conta disso, é preciso fazer visitas externas ao IFRR-CNP com os produtores, pois o manejo diário e contínuo na Zootecnia, torna-se mais teórico que prático.

Nesse sentido, o entrevistado abaixo recomenda:

É preciso que se adeque as estruturas das escolas, ambiente didáticos, em especial para as aulas práticas que os alunos reclamam muito, diminuir a burocracia, seria bom se tivesse uma cooperativa, ter um incentivo de interiorização. Outras deficiências referem-se à localização a escola, a internet, é preciso estruturar o prédio, mas o gargalo principal é a localização. Docente I.

No contexto supracitado, foi em consonância com as opiniões dos docentes supracitados, o que confirma esse argumento da deficiência de aulas práticas para os alunos em virtude de burocracia dos processos.

Temos outros problemas é preciso melhorar o acesso a comunicação, a internet é lenta, não tem comunicação telefônica, diminuir a burocracia, pois o nosso trabalho direto no campo, não se conhece quantos hectares tem o Campus Novo Paraíso, precisa ter mais intercomunicação, planejamento estratégico, falta de apoio para dar aula no campo. Docente J.

Na visão do entrevistado acima, o mesmo destaca diversas deficiências. Além disso, ele declara importante o papel da cooperativa, que atualmente a Instituição não possui, mas já vem buscando implementar ações localizadas para este direcionamento.

O cerne da discussão refere-se ao problema maior da localização da escola, pois a mesma é afastada da cidade que possui oferta de bens e serviços públicos, a mais próxima é Rorainópolis com 46,5 km de distância do IFRR-CNP.

Algumas dificuldades que enfrentamos é pela localização da escola, uma outra, a escola foi feita no aterro, então o solo não é fértil, ele é muito compacto, tem área de grande alagamentos, no meu caso por exemplo, na piscicultura, eu não posso fazer um viveiro pois eu sei que vai alagar na época de chuva, porque se não pode estourar e eu vou perder todos os meus peixes. Fizeram a escola e não planejaram, planejaram quanto ao território, e não quanto a qualidade dos solos, e também a posição da escola, ela deveria ser perto de algum núcleo próximo, pelo menos uns 3 km, porque aí já mais próximo de Novo Paraíso, você ia ver o crescimento muito mais rápido. E fica longe de todos, dificulta um pouco, a chegada dos alunos, dos professores, chegada do produtor, porque às vezes, o produtor tem preguiça de vim aqui, pois é muito longe. Docente L.

No tocante a isso, o professor ressaltou que há dificuldades de informações quanto às extensões do terreno da instituição, em uma entrevista com o gestor da Direção de Ensino, para sanar este problema foi designada uma comissão para fazer um mapeamento da área do Campus.

No terceiro item da entrevista foi sobre a visão do mesmo sobre a expectativa de formação dos alunos técnicos em agropecuária para o desenvolvimento socioeconômico da região em que se localiza?

De acordo com docentes:

“Tem algumas possibilidades, mas são poucas, mas aqueles que se sobressaem terão chance”. Docente A.

O docente A mostrou a preocupação de que há poucas chances de emprego, pois o Estado de Roraima é novo, e ainda está em desenvolvimento, no qual depende muito de orçamento federal para o equilíbrio financeiro dos municípios, e isso se eleva ainda mais quando passamos a verificar os municípios rurais.

“Os alunos terão oportunidades de empregos, se tiver o interesse dos alunos, pois tem ofertas de empregos para Técnicos em Agropecuária”. Docente B.

Este outro professor foi otimista sobre as oportunidades de emprego, mas aqui identificamos a Teoria do Capital Humano, no qual vai depender do aluno o interesse, se ele for mal e não conseguir o emprego, isto é, a culpa será dele, pois no mercado tem emprego.

“nada a declarar”. Docente C.

O docente acima não quis declara, mas percebeu-se que o docente tem pouco tempo na instituição e veio de outro Estado, tendo sido aprovado no concurso público para docência, então talvez por isso, da realidade local o mesmo desconhece e não quis declarar.

“Os discentes tem a expectativa de fazerem o vestibular, mas alguns da turma atual, é mais ligada a fazer o curso técnico, mas aposta-se na perspectivas para o Ensino Superior”. Docente D.

Já no olhar desse docente, o mesmo percebe que na turma que ministra aula, já há uma aproximação maior com o público-alvo do campus, para isso a gestão tem buscado os discentes com o perfil do curso, divulgando o edital maciçamente em especial nas áreas de produção agropecuária da região, nas vicinais, nos sítios e propriedades agropecuárias.

Além disso, outro docente ressalta e nos traz a seguinte reflexão:

Falta uma visão do campo para o campo, nossos alunos são urbanos, os rurais nós estamos alcançando poucos. Vai saturar o mercado de Técnico em Agropecuária, e não terá como absorver, pois isso não se pensou na demanda, a população quer outros cursos, enfermagem, abrir a seleção de outros cursos para outras áreas, aí quem realmente quer ser técnico em agropecuária estaria no curso. Docente E.

A entrevista supracitada destaca alguns pontos instigantes que caberia outra pesquisa. A questão da visão do campo para o campo, o mercado local tem condições de atender os egressos do IFRR-Campus Novo Paraíso? No seu conhecimento, percebe que os discentes querem outros cursos, pois na sua grande maioria não querem ser técnico em agropecuária.

“Desconheço a região, não tenho como dar essa informação”. Docente F.

O entrevistado desconhece a realidade da região, pois veio de outro estado com a aprovação no concurso para professor, por isso, não tem conhecimento das nuances que permeia o alunado e o desenvolvimento da região.

No que diz respeito à ampliação do horizonte formativo, o docente destacou:

“a maioria dos alunos visam a Educação Superior mais que a técnica”. Docente G.

No olhar deste entrevistado os que almejam a grande maioria dos discentes é só o Ensino Superior, já que, a escola oferece uma boa formação geral da base nacional comum.

O docente H fez uma abordagem bem ampla da realidade do entorno do Campus Novo Paraíso:

Formação profissional ainda não é das melhores porque o Campus está iniciando, estamos com seis anos e temos muito pouco tempo de ensinamento prático, o fazer propriamente dito, quanto as perspectivas de emprego, vejo essa situação como um autoemprego, o indivíduo, também temos donos de lotes, temos filhos de assentados da reforma agrária, então a perspectiva que eu vislumbro deles utilizarem daquilo que alguns deles já detém, nas suas terras, nos seus lotes, o que se percebeé que o aluno na sua maioria desejam empregos urbanos, eles não estão muito voltados para situação agrária, ele está aqui porque o ensino médio é um pouco melhor, mas a questão agrária não é seu foco , é o que deixa transparecer pelas conversas, nas aspirações quando eles falam, não tem tanto interesse por essa área. Docente H.

No tocante a essa as questões supracitadas pelo docente, o mesmo oferece algumas recomendações:

[...] seria capacitar o produtor os seus filhos pra que isso viesse despertar o interesse pelo setor agrário, e a juventude se envolvesse nisso, nos temos uma produção local em quantidade, em qualidade, e isso que disse hoje, é o que carecemos, uma proposta seria desmitificar um pouco, tirar o pouco o preconceito que tem o setor agrário dizer para o jovem que essa atividade pode ser um bom negócio, um meio de ganhar a vida, de se ter dignidade, de ter o seu próprio sustento, de ele ser autossuficiente, de ele viver com as suas próprias posses, ser gestor dele próprio. Docente H.

Diante disso, infere-se que o professor descreveu o cenário das dificuldades na agricultura do Sul do Estado, fruto da sua atuação nas comunidades, as dificuldades são diversas que merecem atenção das políticas públicas governamentais para sanar e/ou atenuá-las.

Outras características que permeiam as localizações rurais, que trazem para ela o estigma que a desvaloriza, segundo Peripolli et al. (2011, p. 11) são:

O cultivo desta imagem negativa, estigmatizada do campo, tem resultado, na prática, na oferta de políticas compensatórias, materializada em uma educação de baixa qualidade, em decorrência da contratação de professores sem qualificação adequada (“leigos”), veiculada em estruturas físicas precárias (barracões), transporte (sucateado), métodos e conteúdos adaptados do meio urbano, distante das preocupações e necessidades dos alunos e da comunidade camponesa, o número ainda significativo de analfabetos no campo vem confirmar isso.

O que percebemos neste depoimento e dos demais docentes é que o curso não tem chegado majoritariamente para o público-alvo ao qual foi destinado, e que a escola está evoluindo ainda não está com sua estrutura para aulas práticas, foi montada numa estrutura que não seria tão apropriada para atividades práticas de agropecuária, sendo muito vantajoso para uma boa aprendizagem é necessário que haja o equilíbrio entre a teoria e a prática.

Na argumentação de outro entrevistado, o mesmo ratifica o anseio dos discentes pela formação superior, assim, destaca que:

Com a educação proporcionada aos discentes, eles têm condições de terem êxito no vestibular, de ser aprovado, o que a grande maioria quer, e no IFRR-CNP, os discentes tem contato com o meio acadêmico e ficam mais preparados para

enfrentar o vestibular, pois a maioria infelizmente não tem vocação agrícola e não usufrui de tudo que o CNP oferece. Docente I.

Na visão do entrevistado a Educação proporcionada no IFRR tem um caráter bem diversificado para ampliação dos conhecimentos em especial para galgarem êxito no vestibular, já que a grande maioria não pretende atuar no curso técnico em formação.

Já outro docente argumentou o fato dos discentes só quererem o Ensino Médio, e o título de técnico, pois é uma qualificação a mais para esse discente:

“a maioria dos discentes está pelo Ensino Médio, a área técnica, só para pegar o diploma”. Docente J.

Logo, os interesses dos discentes convergem para o Ensino Médio, pois a formação profissional é uma formação a mais, um diploma, que irá melhorar o currículo do discente, mas não é isso que ele quer.

O docente abaixo foi otimista quanto à formação profissional e inserção no mercado de trabalho.

A perspectiva que eles encontrarão emprego é uma área em crescimento, pelo que eu tenho conhecimentos egressos daqui vão ser vendedores de produtos agropecuários, o mesmo faz o levantamento pega as informações, ou podem dar consultoria para os grandes fazendeiros. Docente L.

Apesar dos conhecimentos na prática agropecuária serem para atuar no campo, os discentes não encontra diversificação nos locais de inserção profissional, por isso, vão ser vendedores de produtos agropecuários. Nesse sentido, faz se importante fazer um mapeamento dos possíveis locais de estágio e inserção profissional dos discentes, em visita e entrevista com a Coordenação de Extensão este ano foi criada uma comissão encarregada de formar parcerias com as empresas e fazendas para locais de estágios.

5.1 O DESENVOLVIMENTO CURRICULAR DO IFRR-CAMPUS NOVO PARAÍSO

O currículo no IFRR-Campus Novo Paraíso é plurricular, sendo desenvolvido sob diversas formas, como por exemplo: o formal e vivido. Nesse sentido, o IFRR (2009) no Plano de Desenvolvimento Institucional declara que: “ambos o formal e o vivido, constituem um ambiente simbólico, material e humano que se modifica constantemente e envolvem questões de ordem técnica, política e ética e estética”.

Assim, o currículo congrega uma gama de situações que vão influenciar no desenvolvimento do ensino. Nesse sentido, o IFRR na questão do currículo para atenuar as dificuldades e ambiguidades do processo ensino-aprendizagem, valoriza a integração de saberes em contraposição as práticas disciplinares atomizadas que estão incluídas nas ações, pensamentos, e sentimentos (IFRR, 2009).

Diante disso, a concepção e ensino aprendizagem preconizada no seu PDI parte do conceito de formação prática reflexiva, e é norteada por três pilares da educação, a saber: o aprender, o aprender a ensinar e o aprender ser.

Ainda, o aprender a ser na educação, não pode ser negligenciado no que diz respeito às potencialidades de cada pessoa, tais como: a memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se, pois a educação deve preparar o aluno para

elaborar pensamentos autônomos e críticos e a formular os seus próprios juízos de valor, de forma, a saber, tomar decisões por si mesmo, bem como, saber agir nas mais diversas ocasiões da vida.

Derlors (2003) enfatiza que a escola deve ser para formação geral e não para a formação profissional exclusivamente, isto é, no sentido do ensino buscar tão só a produção de força de trabalho para o mercado de trabalho, mas que a escola também aguça os saberes nos discentes tais como: estética, artes, imaginação, criatividade.

Nesse sentido, descreve que é necessário que se tenha um equilíbrio entre as duas formações: a geral e a profissional, para que possa ser uma educação completa no sentido de atrair o discente para a busca do conhecimento e que desse saber, ele faça relação de sentido e compreensão do mundo a sua volta, pois assim ele pode ser capaz de superar as gerações precedentes.

O avanço científico, sem dúvida tem mudado as qualificações requeridas pelos novos processos de produção, antes as atividades que eram mais físicas, agora são trocadas por tarefas de produção mais intelectuais, mais mentais, por exemplo: o comando de máquinas, a sua manutenção e vigilância, ou por tarefas de concepção, de estudo de organização, na proporção que os equipamentos industriais programados, inventados pelos homens acabam sendo mais "inteligentes" e que o trabalho se "desmaterializa" (DERLORS, 2003).

6 CAPÍTULO VI - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS APLICADAS COM OS GESTORES

6.1 AS PERSPECTIVAS FORMATIVAS DO CTA NA VISÃO DOS GESTORES

O Campus Novo Paraíso oferece os Cursos Técnicos: Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Agricultura Subsequente e o Técnico em Agricultura Subsequente, e Técnico em Agropecuária em Regime de Alternância tendo como o cerne dessa formação voltada para a agricultura familiar. A formatação do curso é ofertada em módulos, e não oferecidas certificação intermediária, isto é, na finalização dos módulos, sendo garantido o Diploma de Técnico em Agropecuária no final do curso.

O perfil profissional de conclusão do Técnico em Agropecuária formado no IFRR-CNP, conforme consta no Plano de Curso IFRR (2012, p.6):

Será capaz de planejar, executar e acompanhar todas as fases dos projetos agrícolas, administrar propriedades rurais; elaborar, aplicar e monitorar programas preventivos de sanitização na produção vegetal e animal; auxiliar na medição, demarcação e levantamentos topográficos rurais e atuar em programas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa.

Embasada nessas características, a proposta do curso está calcada em formar técnicos em agropecuária para atuarem na profissão técnica. Assim quanto ao carácter da formação humanista, é enfatizado o que se pretende com a formação do discente do CTA é que ele possa contribuir para fortalecer saberes, da cultura, partindo de uma postura cidadão crítica, autônoma, criativa e empreendedora, comprometida com o desenvolvimento social, científico, tecnológico e a conservação ambiental (IFRR, 2012).

O Técnico em Agropecuária exercerá seu ofício, conforme a legislação estabelecida no ato do credenciamento junto ao Conselho Regional de Agronomia e Arquitetura (CREA), entidade responsável pela regulamentação e fiscalização da profissão dos mesmos.

As entrevistas realizadas com os gestores consistiram em conhecer e identificar a proposta pedagógica no curso na sua prática, quais as dificuldades enfrentadas, e quais os benefícios. Para tanto buscou primeiramente conhecer na percepção dos gestores quais são as perspectivas da oferta do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, posteriormente saber sobre o histórico do curso no desenvolvimento da instituição, e por último conhecer as dificuldades e avanços na trajetória da educação profissional ofertada neste Campus, em especial sobre a formação do Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

Assim, na visão dos entrevistados sobre as perspectivas formativas tivemos os seguintes argumentos:

“O IFRR-CNP buscar dar ferramentas e instrumentos para que o próprio aluno com sua família tenha alternativa de ganho, através da produção agropecuária”.
Gestor A.

Nessa perspectiva, percebe-se que na visão do gestor A, que a finalidade do curso que o IFRR- Campus Novo Paraíso se propõe consiste em oferecer uma educação para que o aluno possa ter sua profissão voltada para a atividade agropecuária e possa aplicar na sua propriedade, sendo um empreendedor e assim possa oferecer melhores condições no desenvolvimento das atividades agropecuárias.

“É uma referencia como Instituição de Ensino e para alguns as opções mais próximas de suas casas”. Gestora B.

Já num outro olhar, a gestora B, destacou que a oferta do ensino de qualidade, sendo uma oportunidade única e próxima da realidade sofrida do campo sendo uma referência por ter uma estrutura bem equipada com laboratórios específicos, biblioteca, sala de pesquisa virtual, professores capacitados.

Para o gestor abaixo, o mesmo lembrou-se do papel social que a instituição pode está contribuindo para o desenvolvimento da região, a saber:

“Possibilidade de desenvolver o Sul do Estado de Roraima tanto em aprendizagem da agricultura, intervindo no meio que ele vive, quando também a sua formação profissional”. Gestor C.

Num outra visão, o gestor abaixo, destacou os últimos resultados que tem mostrado que a Educação ofertada tem dado certo.

O nosso curso ele é bom, entendeu, tem um status bem alto, com o resultado do Enem foi um dos elementos, que ficava nos bastidores, nos corredores, foram a comunidade é ou não é? O resultado do ENEM, foi uma avaliação muito significativa, e agora agente fortaleceu muito com as atividades práticas, você viu a colheita da melancia, nos conseguimos colher mais de 1000 mil melancias. E agora nos estamos preparando o cultivo do milho com associação do feijão caupi, ao arroz, agora em junho nós estamos nas festas juninas realizando o momento com o milho daqui. O milho é um milho de qualidade, só se a chuva não aparecer, mas mesmo assim, a gente tentou. Temos duas áreas uma mais alta e outra mais baixa. Graças a Deus essa parte melhorou hoje, até porque chegou o perfil com os agrônomos, nos damos todo o apoio. Gestor D.

Na percepção deste gestor o mesmo destaca o bom desempenho que o IFRR-Campus Novo Paraíso obteve no último ENEM 2012, no qual obteve a média geral de 475,90, assim compreendendo as seguintes notas: a média em Ciências da Natureza e suas tecnologias- CN, foi de 459,09; a média Ciências Humanas e suas tecnologias- CH foi de 463, 5; a média Linguagens, códigos e suas tecnologias- LC foi de 483,78, a média da Matemática e suas Tecnologias- MT foi de 497,25, a média da redação 487,60, o número de participantes foram 80 discentes, e a média geral foi de 475, 9, obtido por meio da divisão das seguintes.

O interessante que os discentes se destacaram em primeiro lugar na área de Matemática, segundo na redação e terceiro em Português.

Nesse sentido, cumpre destacar que o IFRR-Campus Boa Vista, na capital de Roraima ficou com a melhor nota do Estado de Roraima em primeiro lugar, com a média geral de 563, 62 numa escala que vai até 1000.

Ainda, o gestor abordou sobre as produções agropecuárias que tem sido realizada com atividade prática de campo pelos alunos, dentro da área do próprio Campus, no qual hoje tem se desenvolvido mais, devido a vinda de novos servidores docentes das áreas

correlacionadas que tem dado o suporte para a produção de diversos cultivos, como por exemplos: milho e melancia.

A visão do Instituto é desenvolver a agricultura sustentável, a agricultura familiar, o pequeno produtor, visando formar os filhos desses agricultores para desenvolver as atividades com o saber técnico. Para tanto, infelizmente, a maior parte não apresenta o perfil. Gestor E.

No tocante a fala do gestor supracitado, percebe-se a visão a qual o Plano de Curso se propõe que consiste na formação de técnicos em agropecuária para atuar na agricultura familiar, no entanto, o mesmo conhece que essa finalidade não tem sido alcançada na sua grande maioria.

Nesse sentido, com vistas a chamar o público-alvo específico, os filhos de agricultores, assentados, a instituição no período de seleção para as vagas dos cursos subsequentes, integrado, é designada por portaria uma comissão de servidores que fazem a divulgação, visitando os lotes nas vicinais (as estradas que dão acesso aos sítios e fazendas) para tornar conhecido o processo seletivo para ingresso no IFRR do Campus Boa Vista, e atrair o público-alvo com maior afinidade com área.

No que tange ao desenvolvimento do curso e da própria instituição, os relatos evidenciaram um pouco da história do Campus Novo Paraíso implantado em 2007, de acordo com os entrevistados, o início das atividades do Campus e do próprio curso começaram:

De iniciativa federal em expandir a mesma qualidade de curso técnico, pelo fato da localidade onde hoje está o Campus, ser central, pensou estrategicamente em atender ao alunado do Sul do Estado de Roraima. Em 2006, aconteceram duas audiências públicas com a comunidade na Vila de Novo Paraíso, no barracão da igreja, a população foi favorável para implantação da escola, pois a mesma ia propiciar maior formação aos filhos dos agricultores, a segunda aconteceu na festa de São Cristóvão em agosto de 2006. Gestor A.

Na fala do gestor A, o mesmo apresentou em resumo o início da discussão para a criação do IFRR-Campus Novo Paraíso, pois foi um dos primeiros concursados do Campus, e esteve participando das reuniões junto à comunidade. O importante que para implantação do Campus houve o diálogo com a comunidade através de audiências públicas. Nesse sentido, a história oral dos primeiros servidores é importantíssima para a construção do histórico da mesma, pois em pesquisa *in loco* não foi encontrado um histórico documentado com fotos, arquivo digital.

Logo um memorial sobre a história da instituição é interessante para que os servidores (que geralmente são aprovados vem de outros estados e a rotatividade de servidores é elevada mediante a remoção interna e redistribuição) e alunos que cheguem possam conhecer mais da instituição que farão parte.

No tocante a essa discussão prévia com a comunidade se faz importante para conhecer as perspectivas dos pais dos futuros alunos e saber o que os move no campo, o que esperam da formação profissional de seus filhos.

No que tange ao desenvolvimento do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, os gestores apontaram:

As pretensões iniciais, nos procuramos seguir o plano que estava para a formação de quatro (4) anos na área de agropecuária procurando intervir com o máximo de aulas práticas e que ao ter os conhecimentos os discentes possam ficar mais de perto da realidade das comunidades do meio rural. E com resultado estamos formando duas (02) turmas dia 08/07/2012 e a oferta de mais cursos: um (01) na área de Agricultura e outros na área de Zootecnia para cumprir tanto o Plano de Metas e o Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI. Assim, foi realizada uma audiência pública o qual foi realizado através de ampla divulgação para explicar a finalidade de implantar o Campus na região Sul do Estado. Gestor A.

“O IFRR-CNP promove o acesso ao estudo diferenciado, reconhecido por ser uma educação de qualidade e está em destaque no Exame Nacional do Ensino Médio 2012 ficando em 8º lugar e na frente de instituições particulares da capital Boa Vista”. Gestora B.

“Desconheço o histórico da Instituição”. Gestora C.

A Educação proporcionada para os alunos do Sul do Estado de Roraima, é uma educação excelente, tanto é, que o Campus Novo Paraíso obteve um ótimo desempenho no último Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM, e também a estrutura física da instituição e recursos didáticos disponíveis, que tem sido oferecido uma educação de qualidade. Gestor D.

Um das grandes mudanças ocorridas no desenvolvimento do CTA, foi a reformulação do Plano do Curso antes o primeiro foi lançado em 2007, em 2012 foi aprovado a nova reformulação dele, nesse a duração do curso que antes era quatro (04)anos passou a ser três (03) anos, a forma de seleção também mudou, antes era sorteio público, hoje ondes discentes fazem um prova com questões de Língua Portuguesa e Matemática e uma Redação, depois tem uma entrevista com o futuro discente. Nesse sentido o gestor E, destacou:

Houve a mudança na entrada dos discentes,o processo de seleção hoje é feito por edital onde o candidato a concorrer a uma vaga no CursoTécnico Integrado ao Ensino em Agropecuária, antes ocorria mediante sorteio público, agora faz uma prova e são testados os conhecimentos da língua portuguesa, Matemática e uma Redação de tema voltado para área agrícola. Gestor E.

No que tange as mudanças e as dificuldades que a escola precisou fazer, ou seja, como se planejou para responder aos objetivos traçados para a formação dos alunos do Curso Técnico em Agropecuária, tem-se:

“A maior dificuldade enfrentada no curso é a falta de docentes da área técnica, visto que, o processo de redistribuição de professor é frequente, o que atrasa a oferta de disciplinas, emperrando no andamento do curso”. Gestor A.

“Uma dificuldade quanto ao estágio é a falta de empresas qualificadas e de profissionais técnicos da área de Agropecuária para acompanhar os formandos, a distância dos grandes centros onde tem alguns setores de estágio”. Gestora B.

“As dificuldades são o número insuficiente de professores e não identificação de alguns alunos com o curso, sendo que é os pais que incentivam seus filhos. Declarou que não há como fazer o perfil, pois é a única escola de formação profissional”. Gestor C.

“Temos problemas de infraestrutura, falta ambientes didáticos, por conta disso, falta inaugurar os laboratórios técnicos, isso decorre pela questão burocrática, a licitação demora, mas tem um servidor do CNP em Boa Vista para está dando agilidade nos processos. Logo a infraestrutura precisa evoluir mais para o novo formato produtivo”. Gestor D.

“As ementas das disciplinas foram reeditadas por meio da construção coletiva, os professores ajudaram dando suas contribuições foi incluído, disciplinas da área de agropecuária foram revisto do Plano de Curso”. Gestor E.

Nesse sentido, ainda temos muitos entraves que permeiam a Educação, tais como, a reprovação, evasão, repetência. Muitas pessoas hoje tem acesso ao ensino, porém não estão tendo êxito nos estudos, ou seja, por exemplos, muitos têm que trabalhar dois turnos, vai à escola a noite cansada do trabalho, que eleva o número de discentes em dependência, logo fracasso escolar. (GOMES, 2012).

Na visão do gestor abaixo, ele acredita no potencial dos discentes para serem os futuros formadores do próprio IFRR-CNP, assim enfatiza:

As perspectivas é que os egressos sejam os futuros servidores desta instituição, a escola sabe vai ter concurso agora, e não tem nenhum aluno que trabalhe na escola, a intenção é essa, que fique na escola no Instituto Federal Campus Novo Paraíso, os professores e profissionais da região, é o que não acontece, até mesmo porque os professores que vem de fora, como é o meu caso, eles vem e vão embora, a redistribuição é muito grande. Então se houvesse o concurso e passassem pessoas da região, ia ter daqui cinco anos pessoas da região. Hoje a escola tem outra cara, não tem mais ninguém antigo, então é bem complicado.

No que diz respeito a esta discussão, percebe-se com a alta rotatividade de servidores não se cria uma cultura organizacional, bem como, uma identidade da instituição, pois os seus atores estão “saindo constantemente de cena”, pois o Campus Novo Paraíso não é só uma oportunidade de ascensão social para os discentes que poderão ter melhores condições de passar num vestibular, concursos e outros, para outras pessoas que realizam os concursos também, pois podem trabalhar por um período e depois participar de concurso de remoção e pedir redistribuição.

Outra dificuldade que ocorreu em decorrência de ausência de professores da área técnica, em 2011, dada as condições explícitas devido às dificuldades de ambientes didáticos práticos, ausência de professores específicos das áreas de Agrárias e Zootecnia, sendo deixado de ofertar o curso, e passando a ser ofertado o de Técnico em Agricultura. Na concepção dos gestores temos: uma parte de dois gestores que desconhecem a causa do curso não ser mais ofertado, os outros destacaram:

Devido às inúmeras dificuldades de não ter como ofertar as disciplinas práticas da área técnica, dado ao elevado processo de redistribuição, docentes que saíram para capacitação, e também a questão burocrática das licitações para construção de ambientes didáticos para realização das aulas práticas, tais como, os laboratórios, aprisco, estufas. Gestor A.

“A mudança deu-se por uma série de fatores, a própria questão de não ter um quadro docentes das áreas de Zootecnia, e também por não ter os espaços didáticos para aulas práticas em virtude de atrasos das empresas licitadas”. Gestor B.

“Foi a questão da orientação do MEC, pelo Catálogo de Oferta de Cursos”. Gestora C.

Portanto, a mudança ocorreu em virtude das dificuldades de equipe de pessoal (docentes) das áreas de Zootecnia e Agronomia, bem como, dos atrasos dos processos licitatórios, assim em 2011 houve uma mudança no lançamento da oferta de cursos pelo Campus Novo Paraíso, não sendo ofertado o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, e passou a ser ofertado o Curso Técnico em Agricultura Integrado ao Ensino Médio. Depois com a vinda de novos servidores docentes; os agricultores da localidade solicitaram a vinda do curso, pois para os seus filhos, o curso só na área da agricultura limitava a atuação do profissional. Nesse sentido o gestor abaixo declarou:

Foi solicitada uma reunião pelos agricultores com a gestão da escola, pois os mesmos não queriam ficar prejudicados com a formação para os seus filhos só em

Agricultura, pois não teriam as duas partes animal e vegetal, e só o curso de agricultura não abre o leque para mais empregos. Gestor E.

Atualmente, a questão já melhorou bastante, pois os espaços didáticos supracitados anteriormente como laboratórios, estufas já estão em funcionamento.

No que diz respeito sobre o desenvolvimento curricular do CTA a integração do currículo entre as disciplinas técnicas e de formação geral, os gestores relataram como a escola vem orientando, acompanhando e avaliando esse processo, a saber:

Segundo os gestores:

O problema é quanto a localidade, e com relação do benefício da escola para esses alunos, eles estão tendo agora bastantes aulas práticas, nos estamos levando os alunos para o campo, estamos tentando trabalhar com eles forma mais técnica e prática. Acredito que não só a parte básica matemática e português, como também a parte prática é importante. Gestor A.

“foi participativo a construção das ementas, há esse interesse de se trabalhar o currículo integrado, mas nem todos os professores abraçam a ideia, logo esse investimento nem sempre é possível”. Gestora B.

“É trabalhado em reuniões pedagógicas, as interações são identificadas e os profissionais trabalham durante o semestre”. Gestor C.

“O processo de integração interdisciplinar acontece através do planejamento pedagógico entre os profissionais da área propedêutica e da área técnica, através do plano de ensino, plano de aula e projetos interdisciplinares. Sendo acompanhado pela equipe pedagógica”. Gestor D.

“Do currículo integrado, temos buscado a participação dos docentes neste processo, embora com a reformulação do curso, a carga horária teve que ser reduzida, mas contempla todo o conteúdo, há certa resistência de alguns profissionais”. Gestor E.

Logo, como se observa nas falas dos gestores supracitados há iniciativa para que ocorra o currículo integrado, mas nem sempre é possível sair da teoria, pois os docentes não estão dispostos a se integrar, o que emperra o processo.

6.2 A Proposta Pedagógica do Curso Técnico em Agropecuária do IFRR-Campus Novo Paraíso

No tocante a finalidade da proposta pedagógica do curso, o que se espera com a formação de alunos do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, segundo os gestores são:

“Que eles possam ser empreendedores de seu próprio negócio. Gestor A.

“Espera-se que a própria região tenha um maior desenvolvimento na área e que os alunos estão sendo formados possam ser inseridos, visto que a região é carente de profissionais na área”. Gestor B.

“Colocação de bons profissionais no mercado e que esses alunos sirvam de apoio para o desenvolvimento da agricultura familiar”. Gestor C.

O Instituto ele trabalha com duas dimensões o aluno tem conhecimento tanto na área básica, que é base nacional comum, e também da área específica, da área técnica. Hoje pelo resultado apresentado, o aluno consegue os dois perfis de resultado, ele consegue inserir no nível superior e consegue representar a função como técnica, e a identificação dele ou aceitar esse perfil hoje está fortalecido nas atividades práticas, nas palestras sobre a importância de ser um técnico em

agropecuária ou em agricultura, e também nas visitas técnicas nas propriedades de cultivo. Gestor D.

A formação do Técnico em Agropecuária para atuar na produção vegetal e animal, e atenção com ecossistema, assim, o CTA preconiza respeitar o bem estar animal e tratamento de resíduos, produção vegetal: por ser região de mata, respeitar o ecossistema. Gestor E.

Nas falas dos entrevistados pouco foi ressaltado sobre o para o caráter da formação humana, pois está arraigada a formação profissional estritamente que vise a ter uma certificação, como bem salienta Costa (2012, p. 421):

O produto da educação mais reconhecido é o certificado. O diploma vem a representar um bem posicional, cuja posse eleva a posição de uma pessoa, mais do que aumenta sua riqueza ou o transforma enquanto indivíduo. À medida que mais pessoas adquirem um diploma, seu valor cai, e para conseguir melhorar sua posição social ou mercado de trabalho, torna-se necessário adquirir mais diplomas.

Já para Nogueira, (2006, p. 67) o valor de um título escolar tem influências dependendo da classe social, assim preconiza Bordieu o qual “tem capacidade diferenciada que cada grupo social” possui, ou seja, o que tem capital econômico e social tende a aumentar suas possibilidades de sucesso escolar, isto é, as benesses que o diploma pode ofertar, ampliando os horizontes de alcançar o seu sucesso profissional, por exemplo, quem é filho de algum profissional liberal, tais como: advogados, médicos, dentistas, e dentre outros, ao concluírem a formação, estes na maioria das vezes vão seguir a mesma trajetória profissional de seus pais, pois já um estrutura física montada para atuar em seu exercício, seja escritório, ou consultório e outros, e terá também IDEM “uma rede de contatos profissionais, sem falar da eventual herança de um capital simbólico associado a um sobrenome”.

Sobre as expectativas de empregabilidade dos discentes do Curso Técnico Integrado em Agropecuária ao Ensino Médio os entrevistados declararam:

“É de desenvolver a ação sendo empreendedor rural, pois no Estado é grande a escassez de profissionais na área rural”. Gestor A.

O gestor A acredita que o curso técnico dará condições para o discente, tornar-se um empresário, empreendedor, no entanto, isso tende a distanciar na realidade, pois os discentes na grande maioria são urbanos, e não terão espaços para colocar em prática os conhecimentos e também há uma parte dos discentes não têm interesse na área do curso por serem urbanos.

“A questão da empregabilidade de imediato, eu creio que não ocorra, já que a preocupação dos alunos é o Ensino Superior, e não vão contribuir para o resultado esperado que se tenha investido neles”. Gestor B.

“Desconhece”. Gestor C.

“Agente tem três propostas finais, a parte deles estão empregados, mas grande maioria eu acho, aprovado em vestibular, e outros que fazem parte desenvolvem atividade no campo com mãe e pai no lote da família”. Gestor D.

No que tange a própria localização, os projetos de assentamentos da Região sul de Roraima com base nos estudos de Barniet al. (2012) “acontece a criação de novas fazendas por um mecanismo de concentração de terras”. Isso decorre de proprietários da própria localidade, ou de migrantes advindos de outros estados que vem para Roraima, em especial do Estado de Rondônia, e vão comprar um lote ou mais numa estrada vicinal que exista nesta região para realizar a criação de gados.

Assim, com o tempo esses fazendeiros vão comprando mais lotes, sejam de vizinhos e outros e aumentando as suas extensões de terra. Ainda com base nos autores supracitados (2012, p. 188) destacam que: “esse processo está bastante consolidado em faixas de distância da estrada principal que chegam até cerca de 20 km ou mais em determinadas estradas vicinais”.

Esse é o contexto que marca a região Sul do Estado, sendo que há poucas indústrias agropecuárias, o que predomina é a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas para criação de gado leiteiro e corte. Há algumas cooperativas de agricultores como já citado anteriormente, mas não há espaço para todos, só se o discente for trabalhar em sua própria terra, ou de seus familiares.

Outra questão complexa, refere-se a proposição do gestor abaixo:

Há uma grande preocupação no que tange a maioria dos discentes, descobrem que não tem aptidão para sua formação como técnico, sendo um investimento caro, com quatro anos de estudo, o que equivale um período de formação superior. Esta preocupação reside no fato de que os alunos não vão contribuir para o resultado esperado que se tenha investido neles. Gestor E.

O gestor E destacou uma grande preocupação no que tange a maioria dos discentes descobrem que não tem aptidão para sua formação como técnica, e que isso é um investimento caro, sendo 04 (quatro) anos de estudo, o que equivale um período de formação superior, antes de da reformulação de 2012 os cursos terminavam com 04 (quatro) anos de estudo, hoje são 03 (três) anos) a duração do curso.

Vale lembrar, que os discentes das primeiras turmas do CTA pesquisadas dos módulos V, VI, VII, VIII, passaram os 04 (quatro) anos de estudos, já as turmas do módulo I em 2012.1, já seguem na nova reformulação de 03 (três) anos de duração o curso.

Na análise das entrevistas com os gestores pode se perceber a perspectiva da teoria de Bourdieu no qual traz a reflexão de uma escola que cumpre outra finalidade, e muitos de nós não percebemos pelo fato de a escola conclamar pela democratização do ensino. No entanto, esta igualdade de oportunidades fica camuflada, bem como, a meritocracia e a justiça social. Bourdieu aduz que a escola reproduz e legitima as desigualdades sociais, ela se distancia da sua missão no que tange a ser uma entidade de transformação e democratização das sociedades e incide na visão de ser uma das principais organizações por meio da qual se sustenta e se convalidam os privilégios sociais.

No que tange a igualdade, isto é, a oferta de vagas para todos com qualidade, e não somente ofertar vagas para os menos desfavorecidos com qualidade discutida. Nesse sentido, a equipe gestora precisa dar condições para o trabalho pedagógico para que possam para trabalhar efetivamente, bem como, à instituição escolar necessita organizar o seu tempo, e propiciar ambientes de estudo e reflexão para os estudantes, criando assim, espaços fora dos muros da escola.

Nesse contexto, impera, em especial no campo, a visão assistencialista onde há carência de políticas públicas que efetivamente promovam um ensino de qualidade desprovido de benesses político-partidárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão apresentada nos trazem inúmeras reflexões que são os anseios dos discentes em contraposição do desenvolvimento do curso, a criação de uma escola técnica Agropecuária em Roraima pode até formar bastante mão de obra, mas o mercado de trabalho é escasso, uma vez que o que se almeja é a fixação do homem no campo para atender as demandas do capital e evitar problemas sociais na capital Boa Vista.

O que se sugere é assegurar política pública educacional assentada na reflexão crítica das questões de poder e das relações sociais, levando também em conta as mazelas cotidianas a que são submetidos o homem do campo em Roraima, verificáveis na precariedade das estradas, na inexistência de saneamento básico e água tratada.

Logo, a democratização da educação não significa a resolução para os problemas sociais inseridos na sociedade, em especial para as classes populares no campo, pois é preciso que haja investimentos conjuntos de igual medida em todas as áreas das políticas públicas que busque elevar os aspectos socioeconômicos dessas populações.

Igualmente, é preciso compreender os sujeitos que moram nas zonas rurais, indagar sobre a sua realidade e cosmovisão, ouvi-los sobre seu interesse em se fixar no campo, reconhecida sua condição de cidadãos e sujeitos de sua história. Essa prática talvez fosse apriorística no diálogo com os discentes da escola objeto dessa pesquisa: será que os filhos de agricultores desejam reeditar a mesma carreira do seu pai? Ou seriam agentes de transformação dessa mesma realidade? Assim, a oferta de outros cursos poderia abrir vagas pra os que realmente querem ser técnico em agropecuária.

Insiste-se em enfocar a perspectiva de uma escola democrática, transformadora, crítico-social dos conteúdos, que promova a ininterrupta análise da natureza da relação homem-campo-ideologia, consideradas as condições históricas objetivas.

Outro fato preocupante é observar que o IFRR permanece descontextualizado da realidade de suas comunidades: os cursos técnicos integrados ofertados no IFRR-Campus Novo Paraíso não tem um estreitamento com a comunidade, isto é, falta uma aproximação maior com ela. Quiçá os obstáculos do distanciamento da escola das cidades, a maioria dos seus servidores não serem da própria região, fazendo com que tenham duas residências, uma no trabalho e a outra no lugar de origem (geralmente na capital Boa Vista).

Quanto à integração das disciplinas, a interdisciplinaridade, há uma grande dificuldade para isto segundo as falas dos docentes, com vistas a desenvolver competências e habilidades para os dois polos, a saber, mundo do trabalho e ou/a cidadania. Observou-se que a grande maioria dos docentes enfatizou que as dificuldades estruturais emperram o desenvolvimento de ações pedagógicas, tais como a burocracia do processo de licitação, que por sua vez não corrobora satisfatoriamente para estabelecer os valores imprescindíveis nos discentes para entenderem e a ordem econômica, com o *establishment* da sociedade capitalista.

Analisando o enfoque para a educação profissional propriamente dita, não há muito o enfoque no que tange a importância do compromisso da instituição em reforçar a formação da consciência crítica nos discentes, o que leva assim a um distanciamento e alienação deles. É preciso que a formação esteja precipuamente voltada para formar nos discentes a

concepção de que eles são pessoas ativas na constituição de sua vida para que de determinado modo cooperem na mudança da realidade local.

Distante dessa abordagem, formação cidadã, o IFRR-Campus Novo Paraíso com a oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio vai apenas formando técnicos, sem a devida preparação para enfrentar o mundo do trabalho, apesar de o mesmo ter com incipiente disposição para o trabalho produtivo, sendo nessa ação desprovida de um aporte maior de valores e conceitos para a crítica, o que vai levar o discente/egresso num saber alienado, com enfoque somente para a formação profissional e base na única busca de emprego, e não para a construção da cidadania.

Na visão da grande maioria dos discentes questionados, poucos não enfatizaram a contribuição do curso para entendimento da complexidade do mundo em que se vive, isto é, com vistas a ampliar a criticidade do aluno para a formação de sua cidadania, pois uma minoria expressou que pode com o curso ter uma visão mais clara das relações da sociedade.

Quanto à formação para ampliar o horizonte formativo dos discentes, quando questionados sobre a formação proporcionada no IFRR-Campus Novo Paraíso, a grande maioria dos discentes declarou sentirem as lacunas, pois não tinham aulas práticas, o que com certeza ocasionou serem prejudicados e não tão bem preparados para atuarem no mercado de trabalho.

Os gestores do IFRR-Campus Novo Paraíso devem rever alguns conceitos que permeiam o curso CTA de forma periódica, com o intuito de alinhar e avaliar as ações pedagógicas a partir de alguma teoria ou princípios norteadores eleitos por todos os membros da equipe.

Da forma como vem sendo desenvolvido o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, se não forem revistos algumas situações preocupantes, tais como, o público-alvo contraditório ao perfil de conclusão do curso, no qual se fomenta o perfil do curso que eles possam se desenvolver, sendo empreendedores na agricultura familiar.

Um fato muito preocupante para isso se refere ao processo seletivo que se torna exclusivo, isto é, em especial para os possíveis discentes que não poderão cursar o curso, pois o seu capital cultural é baixo para galgarem o êxito no processo seletivo, sendo que alguns até poderão por seu próprio esforço, mas nem todos terão essa desenvoltura.

Assim, no próprio edital não é estabelecido a nota mínima para ser aprovado, pois tem vagas sobrando. Igualmente, a escola tem buscado os discentes, filhos de agricultores, uma vez que o curso tem “vagas para todos”, mas o público destinado terá dificuldade de serem aprovados, já que os discentes mais carentes encontrarão mais obstáculos para resolverem as questões do conteúdo programático do edital.

Nesse sentido corrobora Bourdieu, o qual declara que a escola não pode ignorar as desigualdades culturais entre os jovens e adolescentes que participam desses certames dadas as diferentes classes sociais, pois poderá favorecer o que tem mais recursos, e desfavorecer os que mais precisam.

Portanto, diante disso cabe fazer a reflexão, que o avanço da Educação Profissional precisa ter no seu planejamento quando for implantar uma instituição de ensino todos os espaços didáticos, especialmente para as aulas práticas, o que não ocorreu efetivamente com esses discentes dos módulos V, VI, VII e VIII deste Campus, pois a ausência dos conhecimentos práticos farão falta no futuro.

No tocante a isso, observaram-se as declarações dos discentes que se sentiram prejudicados, pois no exercício de sua profissão futura eles enfrentarão dificuldades dado o conhecimento fragmentado, uma vez que sua formação profissional não foi aliada a teoria com a prática, ficando lacunas na aprendizagem destes alunos, hoje egressos.

De forma geral, as análises realizadas com os três públicos retrataram situações que se interligam a ajudar ou entender os objetivos propostos nesta pesquisa, no qual a interface que o curso se apresenta destoa na sua realidade do público-alvo presente. O discente do campo, do espaço rural propriamente que dependem da Terra, é em sua maioria, pouquíssimo, o que não tem feito chegar à finalidade expressa no plano de curso, embora haja várias notícias de ex-alunosque obtiveram o sucesso escolar.

O que falta é um acompanhamento de egressos, sugerindo-se que haja espaço de discussões com ex-alunos para demonstrarem para os discentes novatos em formação as experiências adquiridas da formação e o seu progresso.

Tal fato pode estar impedindo quem realmente quer ser técnico de atuar na profissão: os jovens rurais, filhos de agricultores que residem em lotes, já que os discentes que atualmente estão no curso, na sua grande maioria, não tem afinidade e/ou ligação com o campo, impossibilitando as mudanças significativas na formação dos educandos. Decorre daí um grande descompromisso na formação para a cidadania por meio de oferta única para cursos voltados para agricultura e agropecuária, uma vez que no cenário atual as políticas públicas não favorecem tal propósito, o que é questionável, pois os discentes não estão interessados no curso.

Portanto, este estudo não tem a finalidade de ser conclusiva sobre a temática, mas de gerar discussões para a reflexão da Educação Profissional bastante em voga que se tem e de fato qual a que se quer. Na busca de benesses para a formação completa dos discentes é preciso que se reveja a questão social que o curso representa para o discente e suas comunidades para que eles possam saber lidar com os desafios da atualidade em meio aos diversos arranjos criados ou em desenvolvimento no espaço rural.

Nesse sentido, observa-se que a escola tem sido destaque no requisito de qualidade, pois obteve um ótimo desempenho no ENEM 2012, sugerindo-se que a instituição promova um encontro de egressos, no qual eles possam participar falando de suas trajetórias, tais como, o que o curso contribuiu e que lição eles tiveram com a formação profissional pelo IFRR-Campus Novo Paraíso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIAZZI, Maria Regina Filgueiras; LEAL NETO, Alberto Alves Vasconcelos. **Educação profissional integrada ao ensino médio: concepção e políticas no governo Lula.** Disponível em: <www.anped.org.br/reuniões/31ra/1trabalho/GT09-3976--Int.pdf> Acesso em: 20 dez.2012.

ARANTES, Emerson Clayton; SILVA, Euripedes Rosa da. **Evolução de um cooperativa agropecuária em assentamento de reforma agrária no estado de Roraima.** Disponível em:<revista.ufrb.br/index.php/adminrr>. Acesso em: 27 jun. 2013.

BARNI, Paulo Eduardo; FEARNSSIDE, Philip Martin; GRAÇA, Paulo Maurício L. de A. **Desmatamento no sul do Estado de Roraima: padrões de distribuição em função de projetos de assentamento do INCRA e da distância das principais rodovias (BR 174 e BR-210).**Acta Amazônica, v.42, n. 2, 2012:xxx-xxx. Disponível em: <http://www.academia.edu/1185996/Desmatamento_no_Sul_do_Estado_de_Roraima_padroes_de_distribuicao_em_funcao_de_Projetos_de_Assentamento_do_INCRA_e_da_distancia_das_principais_rodovias_BR-174_e_BR-210>. Acesso em: 10 jun. 2013.

BERNADIM, Márcio Luiz. Educação e trabalho na perspectiva de egressos do ensino médio e estudantes universitários. **Nuances: estudos sobre Educação**, ano 19, v. 1, n.25, p.200-217, jan./abr.2013. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2168/bernardim>>. Acesso em: 28 de nov.2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação-PNE.** Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=1107>. Acesso em: 20 nov.2012.

CARNEIRO, Adeline; GOMES, Crisonéia. **Caracterização do entorno do IFRR/Campus Novo Paraíso: diversidade e complexidade sociocultural e ambiental de uma escola da região Amazônica.** Disponível em: <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/439/277>>. Acesso em: 10 nov.2012.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves. Reestruturação produtiva, reforma administrativa do estado e gestão da educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v.30, n.109, p.1139-1166, set./dez.2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 ago.2012.

CATANI, Afrânio Mendes. A sociologia de Pierre Bourdieu: ou como um autor se torna indispensável ao nosso regime de leituras. **Educ. Soc.**, v.23, n.78, p.57-75, abr. 2002.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. A reforma da educ prof. **ANPED. Crítica-Anuário do GT Trabalho e Educação da Anped, 2006.** Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: 13 jul. 2012.

CIAVATTA, Maria; RUMMERT, Sônia Maria. As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional. **Educ.Soc.**, Campinas, v.31, n.11, p.461-480, abr./jun. 2010. Disponível em:<<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 nov.2012.

COSTA, Fábio Luciano Oliveira. O estado neoliberal e a promulgação da educação enquanto mercadoria. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, SP: UFSCar, v.6, n.2, p. 413-426, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br>>. Acesso: 15 fev. 2013.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**.2. ed. São Paulo: Cortez;Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003. (“Os 4 pilares da Educação” de Jacques Delors).

ENEM por escola. Disponível em:<<http://sites2.uai.com.br/inforgraficos>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

ESTACHESKI, Joice; OLIVEIRA,Rita de Cássia da.**Educação profissional a partir dos cadernos do cárcere: em busca da compreensão**.In: ANPED SUL, 9. SEMINÁRIO EM PESQUISA DA REGIÃO SUL. 2012.

FERRETI, Celso João; SILVA JUNIOR, João dos Reis. Educação profissional numa sociedade sem empregos. **Cadernos de pesquisa**, n. 109, mar. 2000.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0904t.PDF>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

GOMES, Selma Regine. O fracasso escolar: contribuições de Bordieu. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais-UEG/UNU, Iporá,v.1. n.1, p.142-148, 2012.**

IBGE. Instituto Brasileira de Geografia e Estatística. **Uma síntese de indicadores sociais: uma análise das condições da população brasileira 2010**. Rio de Janeiro. 2010. (Estudos & pesquisas, informação democrática e socioeconômica; 27).

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educ. Soc.**, Campinas, v.28, n.100, p.1153-1178, out.2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 dez.2012.

_____.Ensinso Médio agora é para vida: entre o pretendido, o dito e feito.**Educação & Sociedade**, ano 21, n. 70, abr. 2000.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. **Pesquisa pedagógica: do projeto à implementação**.Porto Alegre: Artmed, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, MirzaSeabra. **Educação escolar:políticas, estrutura e organização**.10.ed.São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA,Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA,Maria Alice. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições**.Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378.pdf.2009>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

PAULA, Lucília Augusta Lino de. **O movimento estudantil UFRuralRJ: memórias e exemplaridade**. 2004. 317 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1484/1/tese.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

PEREIRA, Isabel. Brasil. Educação Profissional. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio Expressão Popular, 2012.

RAMOS, Marise Nogueira. **O novo ensino médio à luz de antigos princípios: trabalho, ciência e cultura**. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/292/BOLTEC292C.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2012.

RENDIN, Ezequiel. Jovem rural em questão. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v.25. n.1, p.123-139, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/sociaisehumanas/article/view/2894>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

SEPLAN. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. **Produto Interno Bruto Estadual e Municipal**. Elaboração: Luciano Monteiro do Amaral, Milton Antonio do Nascimento. 7.ed. Boa Vista: CGEES/SEPLAN-RR, 2011. 115p.

SILVA, Marilda; VALDEMARIM, Vera Tereza (Org.). **Pesquisa em educação: métodos e modos de fazer**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SOUZA, Silvana Colares Lúcio. **A contribuição da educação profissional para a inserção dos alunos no mercado de trabalho da microrregião do extremo Sul Catarinense-Caso IFET Campus Sombrio**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Brasília, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/9110>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

TAVARES, Moacir Gubert. **Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

TEIXEIRA, Michelle Freitas; COUTINHO, Adelaide Ferreira. Educação do campo: processos e desafios de uma construção histórica. **Ciências Humanas em Revista**, São Luiz, v.7, n.2, 2009. Disponível em: <<http://www.nucelohumanidades.ufma.br/pastas/CHR/2009/Michelle%20Teixeira/v.7.n.2.pdf>>. Acesso em: 24 de nov. 2012

APÊNDICE(S)

APÊNDICE A-Questionário1



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto de Agronomia
Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola - PPGEA
Linha de Pesquisa – Educação

QUESTIONÁRIO PARA OS DISCENTES DO MÓDULO V, VI, VII E VIII:

Identificação: Não é necessário se identificar, mas informe qual é a sua turma -
_____ e o módulo _____

1) O que motivou você a fazer o curso Técnico em Agropecuária?

Família () Interesse próprio, isto é, gosta da área () o status da Instituição por ser federal ()
() foi o único curso a ser ofertado () () Outro, justifique a sua resposta:

2) Você acredita que a estrutura da escola(equipamentos, laboratórios, ambiente físicos, espaços da escola, equipe pedagógica) é apropriada para o oferecimento do curso Técnico em Agropecuária (TA), logo para o seu bom desenvolvimento profissional?

Sim() Não()

Justifique sua resposta:

3) Pelo que você tem aprendido no curso, os conteúdos, o que isso tem contribuído na sua comunidade, como você tem colocado em prática os conhecimentos do curso TA?

4) Você realmente quer ser técnico em Agropecuária?

Sim () Não ()

Justifique sua resposta:

5) Quais são os seus planos após o término do curso CTA? Para cada opção(letra) marque uma resposta.

a) Ir à busca de trabalho na formação profissional que está cursando. (SIM) (NÃO)

b) Realizar o vestibular para algum curso de Ensino Superior que tenha relação com o curso Técnico em Agropecuária. (SIM) (NÃO)

c) Fazer o vestibular para um curso Superior não relacionado com o curso profissionalizante que estou cursando? (SIM) (NÃO)

e) Outro (justifique sua resposta):

6) Você mora?

No perímetro urbano ()

No perímetro rural ()

Escreva o nome de sua cidade.

APÊNDICE B- Questionário 2



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA - PPGEA
LINHA DE PESQUISA – EDUCAÇÃO

Mestranda: Taliana Pereira de Souza

Orientador: Prof. Dr. Flávio Anício Andrade

Turma: 01/2011

Senhor (a) professor (a),

Pelo presente convidamos você a participar do nosso trabalho de Dissertação que iremos apresentar como requisito para a conclusão de Mestrado em Educação Agrícola, oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ, respondendo este questionário.

O objetivo deste questionário é coletar dados que possam embasar nosso trabalho, e na medida do possível, contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos na área de agropecuária, oferecidos pelo IFRR-Campus Novo Paraíso.

Na certeza de contar com a sua imprescindível colaboração, antecipamos nossos agradecimentos.

Taliana Souza

Título do Projeto: **Vicinalis do conhecimento: o olhar discente sobre o desenvolvimento do curso Técnico em Agropecuária no IFRR-Campus Novo Paraíso.**

INSTRUÇÕES GERAIS:

Responda aos questionamentos com sinceridade e muita atenção

1) Sexo:

(a) Masculino.

(b) Feminino.

2) Você reside em: () Zona urbana () Zona rural.

3) Em qual da localidade abaixo você reside? **a)** () Caracará; **b)** () Caroebe; **c)** () Entre Rios; **d)** () Rorainópolis; **e)** () São João da Baliza; **f)** () São Luiz do Anauá; **g)** () Vila de Martins Pereira- Rorainópolis; **h)** () Vila Moderna-São Luiz do Anauá; **i)** () Vila de Novo Paraíso-Caracará; **j)** () Vila de Petrolina-Caracará **l)** Vila de Nova Colina-Rorainópolis

4) Você realmente quer ser técnico em Agropecuária?

(a) Sim.

(b) Não.

(c) Ainda não me decidi.

5) Qual foi a principal razão que levou você a escolher o curso técnico em Agropecuária?

- (a) Porque quero ser técnico.
- (b) Para ter outra opção se não conseguir passar no vestibular.
- (c) Por influência da família.
- (d) Porque tive um (a) bom professor(a) que me serviu de modelo.
- (e) *O status* da Instituição por ser federal.
- (f) Foi o único curso profissionalizante próximo de minha residência.
- (g) Outro, descreva:

6) Assinale a alternativa que melhor expressa sua perspectiva profissional futura:

- (a) Trabalhar na área em que estudo.
- (b) Trabalhar em outra área.
- (c) Vou fazer vestibular na área de Agropecuária.
- (d) Vou fazer vestibular para curso **não ligado** Agropecuária.
- (e) Vou prestar concurso para exercer atividade em empresa pública.
- (f) Pretendo trabalhar em empresa privada.
- (g) Pretendo retornar para minha propriedade e aplicar os conhecimentos técnicos adquiridos.
- (h) Ainda não me decidi.

Outros: _____

7) De que forma você percebe os conhecimentos do Curso Técnico em Agropecuária tem contribuído(ou irá contribuir) para o seu crescimento intelectual, para melhoria da qualidade de vida ou não tem contribuído. Cite de que forma você percebe isso:

APÊNDICE C- Roteiro de Entrevista Para os Gestores



UFRRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Mestranda: Taliana Pereira de Souza

Orientador: Prof. Dr. Flávio Anício Andrade

Turma: 01/2011

Senhor (a) professor (a),

Pelo presente convidamos você a participar do nosso trabalho de Dissertação que iremos apresentar como requisito para a conclusão de Mestrado em Educação Agrícola, oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ, respondendo este questionário.

O objetivo deste questionário é coletar dados que possam embasar nosso trabalho, e na medida do possível, contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos na área de agropecuária, oferecidos pelo IFRR-Campus Novo Paraíso.

Na certeza de contar com a sua imprescindível colaboração, antecipamos nossos agradecimentos.

Taliana Souza

Título do Projeto: **Vicinalis do conhecimento: o olhar discente sobre o desenvolvimento do curso Técnico em Agropecuária no IFRR-Campus Novo Paraíso.**

INSTRUÇÕES GERAIS:

Responda aos questionamentos com sinceridade e muita atenção

ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS GESTORES:

Identificação: _____ **Área de atuação:** _____

- 1) O que o curso técnico Agropecuária representa para o IFRR- Campus Novo Paraíso e Roraima?
- 2) Como tudo começou, como foi a oferta do curso Técnico em Agropecuária? Quais foram as pretensões iniciais e como os resultados vem sendo vistos do curso?
- 3) O IFRR realizou algum tipo de pesquisa de demanda na região (Consulta popular, Audiência Pública) para a implantação do curso? Como se deu isso?
- 4) Que mudanças e as dificuldades que a escola precisou fazer, ou seja, como a escola se planejou para responder aos objetivos traçados para a formação dos alunos do curso Técnico Agropecuária?
- 5) Por quê o curso não foi mais ofertado, que fatores levaram a isso?
- 6) Como se dá a integração do currículo entre as disciplinas técnicas e de formação geral? Como a escola orienta, acompanha e avalia esse processo?
- 7) O que se espera com a formação de alunos Técnico em Agropecuária?
- 8) Qual a probabilidade/ expectativas? de empregabilidade desses alunos?

APÊNDICE D- Roteiro de Entrevista para os Docentes



UFRRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Mestranda: Taliana Pereira de Souza

Orientador: Prof. Dr. Flávio Anício Andrade

Turma: 01/2011

Senhor (a) professor (a),

Pelo presente convidamos você a participar do nosso trabalho de Dissertação que iremos apresentar como requisito para a conclusão de Mestrado em Educação Agrícola, oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ, respondendo este questionário.

O objetivo deste questionário é coletar dados que possam embasar nosso trabalho, e na medida do possível, contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos na área de agropecuária, oferecidos pelo IFRR-Campus Novo Paraíso.

Na certeza de contar com a sua imprescindível colaboração, antecipamos nossos agradecimentos.

Taliana Souza

Título do Projeto: **Vicinais do conhecimento: o olhar discente sobre o desenvolvimento do curso Técnico em Agropecuária no IFRR-Campus Novo Paraíso.**

INSTRUÇÕES GERAIS:

Responda aos questionamentos com sinceridade e muita atenção

ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS DOCENTES:

Identificação: _____

Área de atuação: _____

1) O que o curso técnico Agropecuária representa para o IFRR- Campus Novo Paraíso e Roraima?

2) O currículo e a carga-horária das disciplinas são suficientes para a formação do aluno técnico em Agropecuária?

3) Qual é a expectativa com a formação de alunos técnicos em Agropecuária para o desenvolvimento socioeconômico na região em que se localiza?

APÊNDICE E – Modelo de Termo de Consentimento



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Considerando a Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996, do Conselho nacional de Saúde, venho por meio deste convidá-lo(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa de mestrado que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-URRJ. Cujo tema é Viciniais do conhecimento: o olhar discente sobre o desenvolvimento do curso Técnico em Agropecuária, está sob a orientação do Prof. Doutor Flavio Anício Andrade.

A sua participação na pesquisa consiste em oferecer informações as perguntas que serão realizadas pela própria pesquisadora, sem qualquer prejuízo e ou constrangimento para o pesquisado(a). Os procedimentos aplicados por esta pesquisa não oferecem riscos a sua integridade moral, física, mental, ou efeitos colaterais. As informações obtidas através das coletas serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto e para a composição da dissertação do mestrado, resguardo sempre sua identidade. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato pelo telefone 91364889.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações acima, no caso de aceitar fazer parte do estudo assine no final do documento.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____
RG _____ CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa e, os procedimentos nela envolvidos, bem como os benefícios decorrentes da minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.

Local: _____ Data: ____/____/____ Nome e

assinatura _____

ANEXO(S)

ANEXO A- Relação dos Gestores e Suas Funções no CNP

RELAÇÃO DOS GESTORES DO CAMPUS NOVO PARAÍSO

Nº	NOME DO GESTOR	FUNÇÃO
01	Eliezer Nunes Silva	Diretor Geral – DG
02	Adenilza Ferreira Silva	Chefe de Gabinete – GAB
03	Emmerson Rodrigues de Moraes	Diretor do Departamento Técnico – DETEC
04	Tarcizio Vilas Boas Santos Silva	Coordenador de Extensão – CEX
05	Romildo Nicolau Alves	Coordenador de Pesquisa e Pós-Graduação – CPP
06	Bernard Martoni Mansur Corrêa da Costa	Coordenador de Comunicação Social – CCS
07	Fernando Luiz Figueiredo	Diretor do Departamento de Ensino – DEN
08	BraulioCrisanto Carvalho da Cruz	Coordenador(a) dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – CCIEM
09	Josianny Limeira Figueira	Coordenador dos Cursos em Regime de Alternância – CCRA
10	Denise Araújo da Silva	Coordenadora de Assistência ao Estudante – CAES
11	Acenilza Ferreira da Silva	Coordenadora de Registros Escolares – CORES
12	Hallyson Thiago Araújo de Souza	Diretor do Departamento de Administração e Planejamento – DAP
13	Gelda Márcia Lacerda Macedo	Coordenadora de Gestão de Pessoas – CGP
14	Carlos Felipe Rocha Carneiro	Coordenador da Tecnologia da Informação – CTI
15	Josebeth Jones	Coordenador de Finanças – COFIN
16	Tiago de Oliveira Lima	Coordenador de Almoxarifado e Patrimônio – CAP
17	Maria Aparecida Xavier Silva	Coordenador de Transporte e Manutenção – CTM
18	Bruno Martoni Mansur Corrêa da Costa	Coordenadora de Protocolo e Arquivo – CPA
19	Natã Ribeiro Guimarães	Coordenador de Alojamento Escolar – CALOJ

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas do IFRR-CNP abril/2013.

ANEXO B - Relação de Todos os Servidores do Campus Novo Paraíso

Nº	NOME DO SERVIDOR(A)
1	ACENILZA FERREIRA DA SILVA
2	ADENILZA FERREIRA DA SILVA
3	ADMILSON ALVES DOS SANTOS
4	ADMILSON RODRIGUES DE CARVALHO
5	ALFREDO FERNANDES DE BRITO NETO
6	ANDREIA SANTOS CEZÁRIO
7	ANTONIA LUZIVAN MOREIRA POLICARPO
8	ANTONIO WILLIAMS DE OLIVEIRA NETO
9	ARMANDO GOMES NETO
10	BERNARD MARTONI MANSUR CORRÊA DA COSTA
11	BRAULIO CRISANTO CARVALHO DA CRUZ
12	BRUNO MARTONI MANSUR CORRÊA DA COSTA
13	CARLOS FELIPE ROCHA CARNEIRO
14	CINARA OLIVEIRA ALMEIDA VILAS BOAS
15	CLARICE DUARTE GONÇALVES
16	CRISTIANE PEREIRA DE OLIVEIRA
17	CRISLAINE MESSIAS DE SOUZA SANTOS
18	DANIEL BATISTA MENDES
19	DANIELI LAZARINI DE BARROS
20	DENISE ARAÚJO DA SILVA
21	DIOGO SAUL SILVA SANTOS
22	DJAIR ALVES DE MELO
23	EDNALDO GOMES PEREIRA
24	ELIEZER NUNES SILVA
25	ELLEN ADALGISA FEITOSA BARBOSA
26	EMMERSON RODRIGUES DE MORAES
27	EVERALDO CARVALHO LIMÃO JUNIOR
28	FABRÍCIO SILVEIRA SANTOS
29	FERNANDO LUIZ FIGUEIRÊDO
30	GABRIELA ALMEIDA OLIVEIRA
31	GILMAR CABRAL DOS SANTOS
32	GELDA MÁRCIA LACERDA MACEDO
33	GLAUCO EDUARDO ROCHA
34	HALLYSON THIAGO ARAÚJO DE SOUZA
35	HILTON XAVIER DE ARAUJO
36	HUGO GONÇALVES GABRIEL FILHO
37	ISAAC SUTIL DA SILVA
38	JADINÉA LEANDRO LEITE
39	JANDERSON ALBERTO NOBRE DA SILVA
40	JERUSA SOARES

41	JOSEBETH JONES
42	JOSIANNY LIMEIRA FIGUEIRA
43	JOSIMAR DA SILVA CHAVES
44	JULIANO JONAS SÁBIO DE MELO
45	LEANDRO PEREIRA LOPES
46	LEE MARCOS CRUZ DE SOUZA
47	LUZINETE MAIA DOS SANTOS
48	MARCELO CALIXTO MINEIRO
49	MARCOS FERREIRA SÁ
50	MARIA APARECIDA XAVIER SILVA
51	MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA LIMA
52	MARICÉLIA CARVALHO MOREIRA LEITE
53	NATÃ RIBEIRO GUIMARÃES
54	OZEANE BARROSO RICARDO
55	RAFAEL JORGE DO PRADO
56	RUY GUILHERME CORREIA
57	PEDRO DOS SANTOS PANERO
58	RAFAELLA DA SILVA PEREIRA
59	RAIMUNDO DE ALMEIDA PEREIRA
60	ROMILDO NICOLAU ALVES
61	ROSELI VIEIRA ZAMBONIN
62	SANDOVAL MENEZES DE MATOS
63	SEVERINO MANUEL DA SILVA
64	SIDNEY RAMOS DOS SANTOS
65	TARCÍSIO GOMES RODRIGUES
66	TARCIZIO VILAS BOAS SANTOS SILVA
67	TÁRSIS ARAÚJO MAGALHÃES RAMOS
68	TIAGO DE OLIVEIRA LIMA
69	VÉRITHA PESSÔA DE SOUSA
70	VONIN DA SILVA E SILVA

Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas do IFRR-CNP abril/2013.